



MUNICÍPIO DE OUREM

Relatório de Gestão

Ano Económico de 2005





Índice

Nota Introdutória	
1 – Conjuntura	6
1.1 – Fora da União Europeia	6
1.2 – União Europeia e Zona Euro	8
1.3 - Nacional	10
1.3.1 – Evolução Político-legal	10
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico	12
1.3.3 – Conjuntura do tecido empresarial	18
1.3.4 – Evolução tecnológica e cultural	19
1.3.4.1 – Utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação	19
1.3.4.2 – Dados da cultura	19
1.4 – Conjuntura na área do Município	23
1.4.1 – Caracterização do Município	23
1.4.2 – Análise SWOT	24
1.4.2.1 – Pontos Fortes	24
1.4.2.2 – Oportunidades	25
1.4.2.3 – Pontos Fracos	25
1.4.2.4 – Ameaças	26
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	27
2 – Enquadramento interno	29
2.1 – Alterações no órgão executivo	29
2.2 – Política de recursos humanos adoptada	30
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal	30
2.2.2 – Evolução dos recursos humanos	30
2.3 – Actividades desenvolvidas	37
3 – Análise Orçamental	72
3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica	72
3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica	79
3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas	86
3.3.1 – Evolução das GOP's	86
3.3.2 – Estrutura das GOP's	92
3.4 – Evolução da execução orçamental	94
3.4.1 – Orçamento da Receita	94
3.4.2 – Orçamento da Despesa	95
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	96



<u>3.5 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	98
3.5.1 – Resultado corrente	98
3.5.2 – Resultado orçamental	98
4 – Fontes de Financiamento	100
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	100
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	100
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	101
4.1.3 – Indicadores	101
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	102
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	102
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	103
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado	103
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	104
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	104
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	105
4.2.5 – Fundos Comunitários	105
4.2.6 – Endividamento Municipal	106
4.2.6.1 – Curto Prazo	106
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	106
4.2.7 - Indicadores	107
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	109
<u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u>	109
5.1.1. – Estrutura das despesas de funcionamento	109
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	110
5.1.3 - Indicadores	110
<u>5.2 – Despesas com pessoal</u>	110
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	111
5.2.2 – Indicadores	111
<u>5.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	111
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	111
5.3.2 – Indicadores	112
<u>5.4 – Serviço da dívida</u>	112
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	112
5.4.2 - Indicadores	113
<u>5.5 – Apoios concedidos a terceiros</u>	113
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	114
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	114
5.5.3 – Indicadores	115



5.6 – Investimento Municipal	115
5.6.1 – Investimento directo	115
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	115
5.6.1.2 – Indicadores	115
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	116
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	116
5.6.2.2 – Indicadores	116
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	117
6 – Cumprimentos legais na despesa	119
6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal	119
6.1.1 – Limite dos encargos com pessoal do quadro	119
6.1.2 – Limite dos encargos com pessoal fora do quadro	119
6.2 – Cumprimento do limite da capacidade de endividamento	120
7 – Análise Económico-Financeira	122
7.1 – Análise da Situação Económica	122
7.1.1 – Condições Económicas	122
7.1.2 – Proveitos	124
7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos	124
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	125
7.1.3 – Custos	127
7.1.3.1 – Estrutura dos custos	127
7.1.3.2 – Evolução dos custos	128
7.1.4 – Resultados	131
7.1.4.1 – Resultado operacional	131
7.1.4.2 – Resultado financeiro	132
7.1.4.3 – Resultado corrente	132
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício	132
7.2 – Análise da Situação Financeira	133
7.2.1 Condições Financeiras	133
7.2.2 – Dívidas de terceiros	137
7.2.3 – Dívidas a terceiros	138
8 – Outras disposições	141
8.1 – Proposta de aplicação de resultados	141
8.2 – Evolução previsível da actividade	141
8.3 – Factores relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	143



Nota Introdutória

Os documentos que agora apresentamos – Relatório de Gestão e Prestação de Contas – reportam-se a 2005, último ano do ciclo autárquico correspondente ao mandato que há pouco terminou.

Devido às contingências do calendário eleitoral, acontece que estes documentos são apreciados por órgãos com composição diferente daqueles que foram responsáveis pelo planeamento e execução do exercício em apreço.

Trata-se de documentos que falam por si e, devido à sua extensão, poderão motivar pouco a sua análise cuidada. Permitimo-nos, mesmo assim, convidar a essa análise para que se possa ter uma percepção clara do quadro em que exercemos a administração autárquica do Município de Ourém, sujeitos a condicionantes diversas que decorrem do contexto nacional e global em que vivemos.

Não pretendendo tecer considerações muito específicas sobre os documentos que apresentam elevado detalhe, entendemos mesmo assim extrair algumas conclusões.

Ao nível da receita de que dispusemos para o exercício de 2005, houve um esforço conseguido de aumento das receitas próprias, prejudicado pelo mau quadro económico nacional e internacional, como se verifica pela diminuição da receita da derrama.

Também ao nível da receita, os documentos traduzem a situação resultante de um repentino impedimento de acesso ao crédito para um conjunto de investimentos planeados ao longo de anos e que não podíamos deixar de concretizar, sob pena de perdermos oportunidades únicas para o concelho. Esta situação foi atenuada porque continuámos com uma política de grande contenção das despesas correntes que tem originado a transferência de receitas correntes para investimento.

Ao nível da despesa, verifica-se um aumento das despesas correntes em resultado de novas situações decorrentes de novos serviços ou equipamentos que entraram em funcionamento e vieram melhorar a qualidade de vida da população do concelho.



Também a este respeito fomos prejudicados pela conjuntura nacional e internacional, particularmente através de aumentos de custos com combustíveis e impostos para o Estado.

Pretendemos destacar o facto de os documentos em análise traduzirem ainda as opções de investimento adoptadas para o mandato que terminou. O mandato que entretanto se iniciou estabeleceu prioridades diferentes, com particular destaque para a educação.

O ano 2005 foi o último de um ciclo de quatro anos que conheceu o mais elevado investimento autárquico da história do concelho de Ourém.

Continuámos com um crescimento razoável da actividade municipal e, apesar das dificuldades resultantes daquilo que foi a alteração das regras do jogo já durante o jogo, continuámos a ser um município com uma economia sólida que resultou dos princípios que temos defendido para a nossa gestão – rigor e competência.

Deixamos o nosso agradecimento a todos os colaboradores do município ao longo deste exercício, aos mais diversos níveis, com particular destaque para os funcionários municipais.

Ourém, Abril de 2006

O Presidente da Câmara Municipal


David Catarino



1. Conjuntura

1.1 Fora da União Europeia

No decurso de 2005, o crescimento da actividade económica mundial continuou a derivar da influência impulsionadora dos Estados Unidos e da Ásia, apesar de um notório abrandamento ocorrido (estima-se um crescimento em 2005 na ordem dos 3,2%, em detrimento dos 3,8% registados em 2004). Este enfraquecimento foi generalizado a todas as regiões, essencialmente pela vulnerabilidade e incerteza adjacente ao mercado do petróleo que se pautou por um aumento dos preços muito acentuado, pelos constrangimentos relacionados com o sector das matérias-primas, pela persistência de alguns riscos geopolíticos, pelos apertos na política monetária dos Estados Unidos e, em alguns países, pela maturação do ciclo de investimento que usualmente se segue a um ano de crescimento muito rápido.

O crescimento nas economias industrializadas, deverá situar-se em 2,5%, substancialmente inferior aos 3,1% ocorridos no ano económico anterior, apresentando estes países, em regra, níveis de produção industrial e de transacções comerciais algo débeis.

No conjunto do ano de 2005, o preço médio *spot* do petróleo *Brent* situou-se em 54,4 dólares o barril, ou seja, 42,4% acima do valor médio registado em 2004, tendo o euro registado uma ligeira apreciação face ao dólar, bem mais ténue do que a ocorrida no ano económico anterior (0,1% que compara com 9,9% em 2004). O aumento sentido no preço do petróleo ao longo de 2005, em continuidade ao já sucedido em 2004, continua a dever-se essencialmente aos seguintes três factores:

- Um forte crescimento da procura, especialmente da China e da Índia, e uma incapacidade em suprir esta procura, sobretudo dos países produtores que estão fora da OPEP;
- A percepção pelos mercados do notório risco de interrupção dos fornecimentos de vários produtores, desde o Iraque e a Arábia Saudita, em virtude do



terrorismo, à Venezuela e à Nigéria, por causa da instabilidade política e à Rússia por instabilidade empresarial;

- Um forte investimento de fundos americanos em produtos financeiros sobre o petróleo, especulando na alta do preço, plausível pelas duas razões anteriores.

Para a OMC (Organização Mundial de Comércio), o crescimento do comércio nas nações emergentes foi significativo, tendo sido impulsionado, principalmente, pela onda de recordes nos preços do petróleo e as altas nos preços de *commodities*.

O ritmo de crescimento no comércio mundial deverá ter caído em 2005, para 6,5% em comparação aos 9% registados em 2004, sendo esta queda, um reflexo da desaceleração da economia mundial observada neste último período.

Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos, o aumento do preço do petróleo, o aumento das taxas de curto prazo e a ocorrência de uma época de furacões anormalmente nefasta, contribuíram para um arrefecimento do nível de crescimento para 3,5%, em comparação com os 4,2% do ano anterior. O abrandamento só não foi tão acentuado, dada a influência das taxas de médio e longo prazo na procura interna, e do efeito cumulativo das anteriores depreciações do dólar, as quais permitiram impulsionar o nível de exportações.

No último trimestre, a actividade desacelerou ainda de forma mais pronunciada, tendo o PIB crescido 3,1% em termos homólogos reais (3,6% no 3º trimestre). Para este agravamento da desaceleração terão contribuído o abrandamento do consumo privado e das exportações.

Em 2005, o défice da balança comercial aumentou para 5,8% do PIB (5,3% em 2004), situando-se no 4º trimestre em 6,2%. A taxa de inflação média foi de 3,4% (2,7% em 2004, situando-se no 4º trimestre em 3,7% e a taxa de desemprego de 5,1% (5,5% em 2004).

Japão



Estima-se que, no Japão, o PIB tenha aumentado em 2005 aproximadamente 2,3% (2,7% em 2004). O aumento da procura interna e das rendas de habitação, em resultado do aperto verificado no mercado laboral e da redução da reestruturação industrial, foi compensado por um menor nível de procura à importação chinesa.

A taxa de desemprego situou-se em 4,4% (4,7% em 2004), sendo de registar uma deflação de -0,3% (0,0% em 2004).

Economias em desenvolvimento

Apesar de um abrandamento em aproximadamente um ponto percentual, o crescimento nas economias em desenvolvimento permaneceu bastante robusto, estimando-se um valor de 5,9% para 2005.

Em parte, esta variação reflecte a performance registada pela China e Índia, respectivamente com crescimentos de aproximadamente 9% e 7%. A China surge como o principal beneficiário das alterações ocorridas ao nível das quotas internacionais do mercado têxtil, facto que contribuiu para um rápido crescimento das exportações, nomeadamente no decurso do primeiro semestre. No segundo período, quer os Estados Unidos quer a União Europeia, restabeleceram o regime de quotas, atenuando deste modo, o impacto ocorrido no primeiro semestre.

No que concerne à identificação por regiões, destaca-se a emergência da Ásia, onde o crescimento foi generalizado, fortemente impulsionado pelo desempenho da China e da Índia. A América Latina evidenciou uma forte recuperação na maior parte dos seus países. O Médio Oriente apresentou um crescimento maior do que o esperado

1.2 União Europeia e Zona Euro

União Europeia

De acordo com o Eurostat, a taxa de crescimento real do PIB da União Europeia (UE-25) deverá situar-se em aproximadamente 1,5%, em detrimento dos 2,4% verificados em 2004.



O consumo privado e a FBCF (Formação bruta de capital fixo) denotaram ambos um crescimento, respectivamente de 1,6% e 2,3%, embora manifestando um abrandamento no nível de acréscimo, se efectuada comparação com os valores verificados no ano anterior (respectivamente 2,1% e 2,9% em 2004).

O saldo da balança externa deverá significar um excedente de 0,8% do PIB (1,2% em 2004), tendo as exportações crescido 3,9% e as importações 4,2%, ou seja, registando um ritmo de variação menos acentuado, se efectuada comparação com os valores obtidos no período transacto (respectivamente 6,7% e 6,9% em 2004).

Área euro

Segundo projecções do Eurostat, a actividade económica na área euro deverá patentear um crescimento moderado, sendo que em 2005, a taxa de crescimento real do PIB deverá situar-se em aproximadamente 1,3%, em detrimento dos 2,1% verificados em 2004, sendo a economia menos dinâmica entre as economias avançadas. O consumo privado e a FBCF, deverão ter crescido respectivamente 1,4% e 2,3%, ou seja, abaixo dos valores ocorridos em 2004 (respectivamente de 1,5% e 2,9%).

As exportações e as importações deverão ter crescido a ritmo bem mais moderado do que o ocorrido em 2004, devendo denotar um aumento de 3,4% e 3,9% respectivamente (6,4% e 6,5% em 2004). A Balança externa deverá apresentar um saldo positivo em aproximadamente 1,5% do PIB (2,1% em 2004).

Em 2005, a taxa de inflação média deverá ter continuado a denotar uma grande estabilidade deste indicador, devendo ter sofrido um ligeiro aumento para 2,2% (2,1% em 2004), associado principalmente ao aumento dos preços dos bens industriais energéticos, embora se reflecta uma tendência para a diminuição da capacidade de influência deste factor. Em sentido oposto, a taxa de desemprego diminuiu para 8,6% (8,9% em 2004), com destaque para a diminuição de 1,7 p.p em Espanha, situando-se em 9,2%.



No que concerne à situação monetária e financeira, importa referir que, na reunião de 1 de Dezembro de 2005, o Conselho do BCE (Banco Central Europeu) decidiu aumentar as taxas de juro oficiais em 25 p.p., após terem permanecido inalteradas por um período de cerca de dois anos e meio em níveis historicamente baixos. Segundo o BCE, esta decisão visou ajustar o grau acomodatório da orientação da política monetária na área euro, tendo em conta os riscos para a estabilidade de preços. Deste modo, a taxa mínima de proposta das operações principais de refinanciamento aumentou para 2,25% enquanto que as taxas de facilidade permanente de cedência de liquidez e de facilidade permanente de depósito subiram para 3,25% e 1,25% respectivamente.

No âmbito das finanças públicas, em Dezembro, foram divulgadas as actualizações dos Programas de Estabilidade e Crescimento. No que respeita ao saldo orçamental, a Grécia e Portugal deverão apresentar défices acima dos 3% do PIB em 2005, respectivamente de -3,7% e -6,0%.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução Político-legal

Actos eleitorais

No contexto nacional e dadas as circunstâncias de, em 2004, Sua Excelência o Presidente da República ter procedido à dissolução da Assembleia da República, ocorreram em 2005, eleições legislativas antecipadas. No mencionado acto eleitoral, o PS garantiu a maioria dos assentos parlamentares com 120 mandatos, tendo este partido político constituído Governo. Ao nível dos restantes partidos, verificou-se a atribuição de 72 mandatos ao PPD/PSD, 14 mandatos ao PCP/PEV, 12 mandatos ao CDS/PP e 8 mandatos ao B.E..

Ainda em 2005, ocorreram eleições autárquicas, tendo ao nível das Câmaras Municipais, o PSD garantido 158 presidências (das quais 20 em coligação com o CDS/PP, PPM e MPT), o PS 109, a coligação PCP/PEV 32, o CDS-PP e o Bloco de



Esquerda uma cada. Os movimentos de cidadãos, fora do quadro partidário, elegeram 7 presidentes de câmara.

Alterações legislativas

Em 2005, procedeu-se à sétima Revisão Constitucional, alteração efectuada no sentido de permitir a possibilidade de convocação e efectivação de referendo sobre a aprovação de tratado que vise a construção e aprofundamento da União Europeia.

A exemplo do já ocorrido em anos anteriores a LOE/2005 (Lei n.º 55-B/2004, alterada pela Lei n.º39-A/2005) no seu artigo 19º, suspendeu os limites de endividamento municipal previstos na Lei das Finanças Locais, estabelecendo uma diminuição destes, em 50%.

No que concerne a competências, a LOE/2005 no seu artigo 11º, prorrogava até 31 de Dezembro de 2005, o prazo previsto no n.º1 do artigo 4º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, para transferência de competências para os municípios, facto que não veio a ocorrer, veja-se que a LOE/2006 (Lei n.º60-A/2005), estabelece no n.º1 do artigo 25º, nova prorrogação de prazo, agora até 31 de Dezembro de 2006.

Ainda por observância à LEO/2005, no seu artigo 20º, eram estipuladas, discriminadamente, diversas situações que seriam autorizadas e legisladas no decurso de 2005, em matéria de taxas municipais, no sentido de alargar as taxas que os Municípios podem cobrar. Contudo, verifica-se que nenhuma das situações previstas foi objecto de legislação.

No âmbito de legislação diversa com impacto ao nível da gestão pública municipal, importa observar as seguintes situações, todas com incidência ao nível dos recursos humanos:

- Lei n.º 43/2005 (determina a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os



suplementos remuneratórios de todos os funcionários, agentes e demais servidores do Estado até 31 de Dezembro de 2006);

- Lei n.º 46/2005 (estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais);
- Lei n.º 47/2005 (estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares);

A aguardada revisão à Lei das Finanças Locais, cujo primeiro enlace se iniciou com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2004 de 29 de Outubro, ao se criar uma estrutura designada de “Equipa para a revisão do regime financeiro dos municípios e freguesias”, continua sem data prevista de término, sendo que esta será uma importante oportunidade para reforçar a autonomia das autarquias locais, que poderá permitir promover um aumento dos níveis de descentralização e, conseqüentemente induzir uma maior proximidade e responsabilização das decisões de provisão pública aos cidadãos a quem elas mais directamente respeitam.

1.3.2 Enquadramento macroeconómico

Evolução

Portugal ainda tem que emergir do abrandamento que se seguiu ao rebentar da bolha relacionada com a adopção do euro. Em 2004, teve início uma recuperação gradual impulsionada pela procura interna, mas a actividade enfraqueceu durante o segundo semestre de 2004, face a preocupações acerca de competitividade. Note-se que Portugal tem sido particularmente afectado pela crise na União Europeia, revelando-se um dos elos mais fracos deste espaço económico, devido à sua especialização produtiva ser particularmente vulnerável à concorrência internacional. Neste sentido, de acordo com o Eurostat, o PIB deverá ter crescido em 2005, aproximadamente 0,4%, manifestando um ritmo de crescimento bastante modesto, (inferior aos 1,2% verificados em 2004), manifestando a manutenção de um diferencial de crescimento negativo da economia portuguesa em relação à área do euro (divergência em aproximadamente 0,9 p.p)



O débil nível de crescimento verificado, reflecte a influência de choques económicos significativos, alguns de natureza mais temporária e outros de efeito mais estrutural. O aumento extraordinário do preço do petróleo, ocorrido nos últimos dois anos, e a fase exigente de indispensável consolidação orçamental, contribuiu para um período de fraca conjuntura do ciclo económico, sendo que se admite que estas ocorrências perdurem no médio prazo. A par destes efeitos mais duradouros, a economia portuguesa defronta outros problemas estruturais, designadamente os que resultam da concorrência de novos países agora integrados no mercado europeu e mundial, tornando-se inevitável promover reacções de adaptação aos novos factores da concorrência, induzindo a médio prazo, alterações de comportamento e estrutura.

O abrandamento da economia portuguesa reflectiu uma redução acentuada do contributo da procura interna para o crescimento do PIB, essencialmente decorrente de uma queda muito acentuada da FBCF (-3,1%) e da desaceleração do consumo público e, em menor grau, do consumo privado. No entanto, o crescimento da procura interna mantém um crescimento relativamente forte em termos médios, embora com um perfil de desaceleração ao longo do ano, circunstância associada a taxas de juro baixas (apesar do aumento verificado no último trimestre de 2005), e a novas formas contratuais que envolvem o alargamento do prazo de amortização da dívida. A crescente concorrência do sector bancário, permitiu aliviar as restrições de liquidez das famílias, não obstante o seu elevado nível de endividamento, e canalizar o acréscimo de liquidez para o financiamento de despesas de consumo adicionais.

No que respeita à FBCF e após fortes reduções registadas em 2002 e 2003 e um crescimento marginal no ano de 2004 (0,2%), estima-se que este agregado da despesa tenha representado uma quebra de 3,1% em 2005. Este comportamento é generalizado a todos os sectores institucionais, com excepção do investimento em habitação por parte das famílias para o qual se estima um crescimento virtualmente nulo.

As exportações deverão ter apresentado um crescimento inferior ao das importações dos mercados de destino, o que se traduzirá numa continuada perda de quotas de mercado. Após um crescimento de 5,4% em 2004, estima-se que as exportações



tenham desacelerado para 1,8% em 2005, representando uma perda da quota de mercado de 3,6%, após uma diminuição de aproximadamente 2% verificada em 2004. Contudo, o contributo líquido do comércio externo (exportações menos importações), deverá ter aumentado muito ligeiramente. A evolução verificada reflecte, em larga medida, os seguintes aspectos:

- a) uma evolução desfavorável dos indicadores de competitividade das exportações portuguesas, em particular no que diz respeito à evolução dos custos unitários do trabalho, face aos países da área euro;
- b) uma crescente integração no comércio internacional de países com reduzidos custos unitários do trabalho, cujas exportações concorrem directamente com as exportações portuguesas em sectores de reduzido conteúdo tecnológico e de capital humano, como é o caso dos têxteis, vestuário e calçado;
- c) a dificuldade de atracção de novo investimento directo estrangeiro já realizado no passado, a favor de outras zonas geográficas com menores custos salariais, maior dotação de capital humano e uma localização geográfica e/ou sistema fiscal mais favorável para as empresas.

No que concerne ao mercado de trabalho, 2005 caracterizou-se por um aumento da taxa de desemprego, atingindo o valor de 7,6% no final do período (6,7% em 2004), embora este aumento da taxa de desemprego não resulte em larga medida de uma perda líquida de emprego (o qual terá registado uma redução marginal em 2005), mas sim de um aumento da população activa, tendo sido acompanhado por uma expressiva subida do desemprego de longa duração.

A taxa de variação média anual do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) no decurso de 2005, foi de 2,1% em detrimento dos 2,5% ocorridos em 2004, apesar dos efeitos decorrentes do aumento dos impostos indirectos, em particular o aumento da taxa normal do IVA de 19% para 21% em Julho de 2005, e do aumento dos preços dos bens industriais energéticos.

Síntese de indicadores económicos nacionais



- Consumo privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Consumo privado	Eurostat	VHA	-0,3	2,3	2,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-41	-35	-38
Volume de Vendas no Comércio a Retalho - Total	INE	SRE-VE	-22	-11	-12
Bens Duradouros	INE	SRE-VE	-32	-16	-17
Bens não Duradouros	INE	SRE-VE	-16	-9	-3
Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (Deflacionado)	INE	VH	-2,5	2,1	2,3
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-15,9	4,2	3,1
Importações de Bens de Consumo	INE	VHA	:	:	:

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Vendas de Cimento	CIMPOR E SECIL	VH	-16,8	-1,7	-3,3
Adjudicação de Obras Públicas	ANEOP	VHA	-24,2	38,8	-11,1
Licenças de Construção - Novas Habitações	INE	VHA	-11,3	-8,5	-3,4
Empréstimos para Habitação	DGT	VHA	-8,3	10,9	:
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-13,3	2,9	-2,9
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	-21,0	23,9	0,5
Índice de Produção Industrial - Bens de Investimento	INE	VH	-8,2	-4,4	-3,1
Importações de Bens Equipamento (excl. Mat. Transp)	INE	VHA	:	:	:
Exportações de Bens Equipamento (excl. Mat. Transp)	INE	VHA	:	:	:

- Comércio internacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Importações Totais	INE	VHA	-1,6	9,7	:
UE	INE	VHA	-1,9	9,9	:
Extra UE	INE	VHA	-0,7	9,0	13,9
Exportações Totais	INE	VHA	2,6	5,3	:
UE	INE	VHA	2,1	6,7	:
Extra UE	INE	VHA	4,8	-0,1	7,2

- Oferta



INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Índice de Produção Industrial Total	INE	VH	0,1	-2,7	0,2
IPI - Indústria Transformadora	INE	VH	-0,4	-0,8	-1,5
Índice de Volume de Negócios na Indústria - Total	INE	VH	-2,1	4,3	2,5
Índice de Confiança da Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-16	-9	-10
Índice de Conjuntura à Indústria Transformadora	INE				
Produção Actual	INE	SRE-VE	-8	-7	-6
Procura Global	INE	SRE-VE	-34	-22	-24
Procura Externa	INE	SRE-VE	-27	-19	-24
Stocks de Produtos Acabados	INE	SRE-VE	11	5	5
Taxa de Utilização da Capacidade Produtiva	INE	%	80	81	79
Índice de Confiança - Construção de Obras Públicas	INE	SRE-VE	-52	-45	-42
Inquérito de Conjuntura à Const. de Obras Públicas	INE				
Apreciação da Actividade	INE	SRE-VE	-35	-29	-25
Carteira de Encomendas	INE	SRE-VE	-68	-64	-60
Indicadores de Confiança do Comércio	INE	SRE-VE	-9	-6	-9
Indicador de Conjuntura do Comércio	INE				
Volume de Vendas	INE	SRE-VE	-19	-8	-13
Actividade no Mês	INE	SRE-VE	-23	-21	-23
Nível de Existências	INE	SRE-VE	5	4	5

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Contratação Colectiva	MSST	VITA	2,9	2,9	2,7
Remunerações por trabalhador na Indústria	INE	VHA	2,9	2,9	3,8
Remunerações por trabalhador no Comércio a Retalho	INE	VHA	4,0	4,4	2,2
Emprego Total	INE	VH	-0,4	0,1	0,0
Taxa de Desemprego	INE	%	6,3	6,7	7,6
Novos Desempregados Registados	IEFP	VHA	10,4	3,2	3,6
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	19,0	3,6	2,2
Ofertas de Emprego (fim de período)	IEFP	VH	14,1	-27,1	8,3

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VM12	3,3	2,5	2,1
Índice de Preços no Consumidor (IPC)	INE	VM12	3,3	2,4	2,3
IPC Transaccionáveis	INE	VH	2,6	1,5	1,6
IPC não Transaccionáveis	INE	VH	4,5	4,0	3,5
IPC Subjacente	INE	VH	3,2	2,4	1,8
IPC Alimentação e Bebidas não alcoólicas	INE	VH	2,6	1,1	-0,6
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VM12	0,8	2,7	4,1



- Finanças Públicas – Execução do Estado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Receita Total	DGO	10 ⁶ Euro	31.658	31.399	32.982
		VHA	-1,4	-0,8	5,0
Receita Corrente	DGO	10 ⁶ Euro	30.912	31.025	32.602
		VHA	0,8	0,4	5,1
Impostos Directos	DGO	10 ⁶ Euro	11.255	11.308	11.549
		VHA	-5,4	0,5	2,1
Impostos Indirectos	DGO	10 ⁶ Euro	17.338	17.075	18.951
		VHA	4,4	-1,5	11,0
Receita de Capital	DGO	10 ⁶ Euro	746	374	380
		VHA	-47,9	-49,8	1,5
Despesa Total	DGO	10 ⁶ Euro	36.511	40.648	42.079
		VHA	-1,4	11,3	3,5
Despesa Corrente	DGO	10 ⁶ Euro	33.096	37.074	38.629
		VHA	-1,8	12,0	4,2
Despesa Corrente Primária	DGO	10 ⁶ Euro	29.065	33.333	34.660
		VHA	-2,7	14,7	4,0
Despesa de Capital	DGO	10 ⁶ Euro	3.415	3.574	3.451
		VHA	1,7	4,6	-3,4
Saldo Global	DGO	10 ⁶ Euro	-4.853	-9.248	-9.097
Saldo Corrente	DGO	10 ⁶ Euro	-2.184	-6.049	-6.026
Saldo Corrente Primário	DGO	10 ⁶ Euro	1.847	-2.307	-2.058
Saldo Primário	DGO	10 ⁶ Euro	-823	-5.507	-5.129
Dívida do Estado	IGCP	10 ⁶ Euro	83.377	90.739	101.758
		VH	4,9	8,8	12,1

- Câmbios (fim de período)

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
Dólar Americano	BP	EUR/USD	1,263	1,362	1,180
		VH	20,435	7,8464	-13,3910
Libra Esterlina	BP	EUR/GBP	0,705	0,705	0,685
		VH	8,347	0,0355	-2,8012
lene	BP	VH	8,570	3	-1
Franco Suíço	BP	VH	7,264	-1	1
Real	BP	VH	-1,288	-1	-24

- Mercado monetário e de capitais

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2003	2004	2005
EURIBOR (3 MESES)	BP	%	2,124	2,155	2,488
Índice PSI Geral	BP	VH	17,4	18,0	17,2
Capitalização Bolsista (Total)	CMVM	VH	10,8	8,2	4,6
Índice PSI 20	CMVM	VH	15,8	12,6	13,4



Estrutura da economia

Portugal, tal como os seus parceiros europeus, desenvolveu uma economia cada vez mais baseada nos serviços, nos últimos 25 anos. O sector dos serviços representa 56,8% em termos de emprego e 70,9% do valor acrescentado bruto (VAB), enquanto o sector agrícola só absorve 12,1% do emprego e contribui apenas com 3,5% para o VAB, abaixo dos 24% registados em 1960. A indústria transformadora alterou a sua estrutura tradicional, passando de uma elevada dependência das indústrias têxtil, do calçado, das cerâmicas, da cortiça, da reparação naval, da alimentação e bebidas, para uma situação em que os novos sector ganham dinâmica de crescimento, nomeadamente o dos automóveis e componentes, da electrónica e farmacêutico, entre outros, tornando-se cada vez mais importantes na economia. Os serviços tornaram-se o sector mais dinâmico, com o comércio e os transportes e comunicações, o turismo e os serviços financeiros a apresentarem taxas de crescimento muito positivas.

No que respeita à distribuição do VAB, ainda não existem dados disponíveis com reporte ao ano económico de 2005.

1.3.3 Conjuntura do tecido empresarial

A internacionalização apresenta-se actualmente e de forma crescente, como uma estratégia determinante da competitividade empresarial, sendo uma condição de sobrevivência das empresas.

Nestas circunstâncias, segundo o ICEP, a conjuntura económica caracteriza-se por:

- Interdependência das economias, globalização dos mercados e mundialização da concorrência;
- Concentração de mercados por zonas geográficas/económicas;
- Adesão ao Euro e previsível alargamento dos países da UE;
- Evolução das tecnologias da informação e comunicação;
- Encurtamento do ciclo de vida dos produtos;
- Especialização e estruturação em cadeias de valor;



- Tendência crescente para o consumo de serviços “versus” produtos;
- Intensificação do movimento de fusões/aquisições e alianças estratégicas, a nível empresarial;
- Produtos e empresas portuguesas que não são, de forma geral, competitivos;
- Importância crescente da informação (partilha e não posse) e das novas tecnologias;
- Reforço da importância de conceitos como sejam os da competitividade sustentada, da internacionalização via cooperação empresarial, de estratégias de diferenciação, dos factores complexos ou dinâmicos da competitividade, de progressão na cadeia de valor dos produtos, de imagem de marca, de controlo das funções de distribuição e comercialização;
- Persistente desvantagem competitiva de Portugal ao nível da imagem, em alguns mercados.

1.3.4 Evolução tecnológica e cultural

1.3.4.1 Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação

No que concerne à evolução tecnológica, evidencia-se alguma escassez informativa. Porém, num contexto de crescente importância das Tecnologias da Informação e Comunicação, numa era informacional emergente, importa referir dados relativos à utilização destas tecnologias, quer pelas famílias quer pelas empresas, pois serão fortemente indutores de alterações significativas, particularmente no que concerne ao relacionamento da administração pública com o cidadão.

Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias

De acordo com o INE, em 2005, 42,5% dos agregados domésticos possuíam computador e 31,5% tinham acesso à Internet a partir de casa. A análise evolutiva destes indicadores revela taxas de crescimento elevadas, observando-se, entre 2002 e 2005, um crescimento médio anual de 16,6%, no que respeita ao computador, e de 27,8% no que concerne à Internet.



Quadro - Posse de computador e ligação à internet pelos agregados domésticos (2002-2005)

Designação	2002	2003	2004	2005
Posse de computador	26,8%	38,3%	41,3%	42,5%
Ligação à internet	15,1%	21,7%	26,2%	31,5%

O desinteresse face à Internet, bem como o preço e a falta de habilitações para utilização desta tecnologia constituem os principais factores que condicionam a expansão da Internet nos agregados domésticos.

Quadro - Razões para não ter ligação à internet em casa

Razões	%
Tem acesso à Internet noutra local	19,6%
Não quer Internet, porque acha o seu conteúdo perigoso ou prejudicial	23,4%
Não precisa de Internet, porque não a acha útil, interessante, etc.	58,0%
O custo do equipamento é elevado	53,5%
O custo do acesso é elevado	49,2%
Não sabe utilizar a Internet	52,0%
Incapacidade física	1,7%
Preocupações com privacidade ou segurança	12,2%
Outras	37,2%

Fonte:INE

A comunicação e a pesquisa são as actividades mais frequentes no uso da Internet. Cerca de 80% dos indivíduos que acedem à Internet enviam/recebem e-mails e pesquisam informação sobre bens e serviços e 51,3% utilizam a rede para leituras/download de jornais/revistas online. Será relevante referir que 44% dos utilizadores liga-se a organismos/serviços públicos, tendo como principais propósitos a obtenção de informações em sites de organismos da Administração Pública (36,7%), o download de impressos/formulários oficiais (25,8%) e o preenchimento e envio online dos mesmos (28%).



As formas de comércio tradicional, ainda permanecem vincadas na sociedade portuguesa, como expressa o facto de apenas aproximadamente 12% dos utilizadores da Internet terem comprado ou encomendados bens ou serviços online.

Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas

Segundo resultados do inquérito realizado pelo INE às empresas com dez ou mais pessoas ao serviço, 91% utilizam computadores, 82% dispõem de e-mail e de acesso à Internet e 37% têm presença na Internet através de *website*.

Quadro - TIC nas empresas com dez e mais pessoas ao serviço, segundo a dimensão das empresas

Escalão de pessoal ao serviço	Utilização de computador	Utilização de e-mail	Acesso à Internet	Posse de website
Total	91,0%	81,8%	81,5%	37,1%
10 a 49 pessoas ao serviço	89,6%	79,1%	78,6%	33,4%
50 a 249 pessoas ao serviço	99,1%	96,7%	98,1%	55,9%
250 e mais pessoas ao serviço	100,0%	99,8%	100,0%	76,4%

Fonte:INE

Por actividade económica, importa destacar que a utilização de TIC está generalizada nas empresas que se dedicam a Actividades Financeiras e Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais, com a totalidade destas a utilizar computador, e-mail e a aceder à Internet. Em contrapartida, as empresas ligadas à Construção são as que revelam níveis mais baixos de penetração das TIC, sendo que neste sector, 75% das empresas utilizam computador, 64% acedem à Internet e 58% dispõem de e-mail.

Não havendo reporte estatístico relativo a 2005, no que concerne à interacção com organismos ou serviços públicos, será de referir que, em 2004, 58% das empresas com dez e mais pessoas ao serviço utilizaram a Internet para interagir com as mencionadas entidades. Nestes casos de interacção das empresas, 93% fazem-no com a finalidade de obterem formulário e/ou impressos, 91% para preencher e submeter formulários e/ou impressos online e 90% para obter informações. De realçar



que, no que respeita quer à apresentação de propostas de fornecimento de bens e/ou serviços, quer a efectuar reclamações e/ou sugestões, apenas foram finalidades referidas por apenas 11% e 20% das empresas, respectivamente.

1.3.4.2 Dados da cultura

O Instituto Nacional de Estatística, ainda não dispõe de informação cultural reportada ao ano económico de 2005, sendo que divulgou no final do citado ano, informação relativa a 2004.

Museus

Os 258 museus considerados registaram um total de 8,9 milhões de visitantes, e dispõem de um acervo constituído por 19,6 milhões de objectos, onde predominam os objectos de filatelia e fotografia. Os museus mais procurados foram os Jardins Zoológicos Botânicos e Aquários com uma média de cerca de 220 mil visitantes, seguidos dos Monumentos Musealizados que registaram, em média, cerca de 192 mil visitantes.

Artes Plásticas

Os 732 espaços apurados realizaram tendencialmente exposições temporárias de pintura (32%), sendo que o número médio de visitantes por exposição realizada foi de 809.

Espectáculos ao vivo

Neste contexto, realizaram-se 23.371 sessões de espectáculos ao vivo, diurnas e nocturnas, registando um total de cerca de 7 milhões de espectadores. O teatro é a modalidade que continua a ter maior representatividade, ao ser responsável por 48% das sessões realizadas, verificando-se um preço médio do bilhete de 10,3 euros.

Os concertos de música ligeira e clássica registaram 2 milhões de espectadores, dos quais 77% assistiram a concertos de música ligeira e 23% a concertos de música



clássica, verificando-se um preço médio por bilhete de 12,7 e 11,8 euros, respectivamente.

Cinema

No total dos 246 recintos apurados (594 écrans), realizaram-se 659.066 sessões (54% nocturnas) correspondendo a um total de 18,8 milhões de espectadores, verificando-se um preço médio de 4,1 euros por bilhete.

Desporto

O número de praticantes inscritos nas Federações Desportivas ascendeu a 402 mil, sendo que as modalidades com maior número de inscritos foram o futebol com 33% do total, seguido do andebol (8%), do voleibol (7%) e basquetebol (4%). Os homens representavam 80% dos praticantes inscritos.

1.4 Conjuntura na área do Município

1.4.1 Caracterização do Município

Ourém, cidade e sede de Município do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39° 30' N e 39° 50' e a longitude 8° 30W e 8° 40'W. O Município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria.¹

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda e Vilar dos Prazeres,

¹ Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9



registando em 2001, uma população superior a 46 mil habitantes distribuídos por 18 freguesias.

No que concerne a infra-estruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o sector terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do sector secundário (42%) e por fim o sector primário (3%).

O turismo e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 6 milhões de visitantes.

1.4.2 – Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à auto-estrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Dinamismo Económico – 40% das PME Excelência (ano de 2001) do distrito de Santarém têm residência geográfica no Concelho de Ourém;
- Forte dinamismo empresarial (em particular a industria hoteleira, e do sector da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do sector da construção civil no contexto regional e nacional;
- Baixa taxa de desemprego;
- Forte capacidade de atracção de imigrantes;



- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supra-municipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de um escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Investimentos em curso no domínio do saneamento básico, permitindo uma melhoria muito significativa nos padrões e qualidades de vida das populações;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a actividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos dinossaúros, Santuário, Museus, Castelo, ...).

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do concelho face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima), que poderão vir a reforçar a sua coesão e complementaridades, através da construção do IC9;
- Potencialidade do Centro de Negócios no apoio aos investidores e empresários concelhios;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visitação religiosa;
- Acções previstas para a cidade de Fátima (Nova Basílica e Centro de Congressos), que permitirão a sua qualificação;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- Campo de Golfe previsto para Caxarias, que permitirá a dinamização de fluxos de visitantes com elevado poder de compra.

1.4.2.3 – Pontos Fracos



- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias: Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento da populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade no concelho, como consequência na sua infra-estruturação e dinamização cultural;
- Agricultura em acentuado declínio e sub-aproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade rústica fragmentada;
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém e reduzido aproveitamento turístico da sede de concelho face à proximidade de Fátima;
- Elevado número de escolas do 1º ciclo com reduzido número de alunos, gerando situações pedagógicas e económicas indesejáveis;
- Parque escolar desajustado;
- Carências em equipamentos desportivos;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade do serviço de caminho de ferro;
- Cobertura do concelho por extensões de saúde ainda por complementar;
- Centralidade do concelho dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da actividade turística, embora com tendências a se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);



- Atraso na construção do IC9, gerando problemas nas acessibilidades intra-concelhias e inter-urbanas;
- Integração do concelho no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade do concelho e das duas cidades;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios.

1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município

Quadro - Indicadores

INDICADORES	
Área (km ²)	416,1
Freguesias (n.º)	18
População residente (hab.) - 2001	46.216
População residente (homens) - 2001	22.042
Variação populacional (1991 - 2001)	15,0
Densidade populacional (hab/Km ²) - 2001	111,0
N.º de famílias - 2001	16.265
Dimensão média das famílias - 2001	2,8
Pop. 0 - 14 (%) - 2001	16,9
Pop. 15 - 24 (%) - 2001	14,1
Pop. 25 - 64 (%) - 2001	50,4
Pop. 65 e mais (%) - 2001	18,6
Taxa de Crescimento Natural	-1,2
Taxa de Natalidade	10,8
Taxa de Mortalidade	12,0
Relação de feminilidade	109,7
Índice de Envelhecimento	110,0
Índice de Dependência Total	55,1
Taxa de Actividade	44,1
Pop. Empreg. - CAE 0 (%) - 2001	3,1



Pop. Empreg. - CAE 1 - 4 (%) - 2001	42,4
Pop. Empreg. - CAE 5 - 9 (%) - 2001	54,5
Médicos por 1000 habitantes (2000)	0,9
Taxa média de mortalidade infantil (96/00)	2,9
Pensionistas em 31/12/00 por 100 hab.	22,1
Pensão média anual por pensionista activo (2000, em Euros)	2.196,4
Indicador Per Capita do Poder de Compra (Portugal = 100), 2000 (%)	71,16



2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2005, verificaram-se alterações, quer no que respeita à composição do órgão executivo quer no que concerne à distribuição de funções gerais, essencialmente decorrentes das eleições autárquicas ocorridas durante o período, conforme o quadro que abaixo se apresenta

Quadro – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
David Pereira Catarino	Presidente	01/01 a 21/10	- Coordenação Geral - Planeamento - Estudos e Projectos - Recursos Humanos - Relações exteriores/representações do Município - Planeamento Urbanístico - Gestão de Projectos - Acompanhamento das seguintes unidades orgânicas: Departamento de Ordenamento do Território e Obras; Departamento de Projecto de Requalificação Urbana de Ourém e Fátima; Divisão de Planeamento e Desenvolvimento; Apoio ao tecido económico;
		21/10 a 31/12	- Funções idênticas às do período anterior, acrescentando o acompanhamento à Divisão de Estudos e Projectos
Victor Manuel de Jesus Frazão	Vice-Presidente	01/01 a 21/10	- Substituição do Presidente da Câmara nas suas faltas e impedimentos - Gestão Administrativa e Financeira: (Aprovisionamento e património; Contabilidade; Taxas e Licenças; Tesouraria; Metrologia; Feiras e Mercados; Acompanhamento dos serviços de apoio; Acompanhamento da Divisão Administrativa e Financeira; Contencioso; Fiscalização Municipal; Processos de contra-ordenação)
		21/10 a 31/12	- Funções idênticas às do período anterior
Armando Ferreira Neto	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 21/10	- Ambiente (Acompanhamento da Divisão de Ambiente)
			- Urbanismo (Acompanhamento da Divisão de Ordenamento do Território)
			- Obras Municipais (acompanhamento da Divisão de Obras Municipais)



Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
João Manuel Moura Rodrigues	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 21/10	- Educação, Desporto e Cultura (Apoio à Juventude; Biblioteca/Mediatecas; Acção Social; Educação; Transportes Escolares; Museus; Equipamentos Desportivos Municipais; Equipamentos Culturais Municipais; Arquivo Histórico; Desporto e Tempos Livres)
			- Acompanhamento da Divisão de Educação, Desporto e Cultura
		21/10 a 31/12	- Ambiente (Acompanhamento da Divisão de Ambiente)
			- Urbanismo (Acompanhamento da Divisão de Ordenamento do Território)
Avelino Conceição Subtil	Vereador	01/01 a 21/10	- Obras Municipais (acompanhamento da Divisão de Obras Municipais)
Maria de São José Pereira Gil Ferreira	Vereadora	01/01 a 21/10	
António Ribeiro Gameiro	Vereador	01/01 a 21/10	
Humberto Lopes Piedade	Vereador a Tempo Inteiro	26/10 a 31/12	- Educação, Desporto e Cultura (Apoio à Juventude; Biblioteca/Mediatecas; Acção Social; Educação; Transportes Escolares; Museus; Equipamentos Desportivos Municipais; Equipamentos Culturais Municipais; Arquivo Histórico; Desporto e Tempos Livres)
			- Acompanhamento da Divisão de Educação, Desporto e Cultura
José Manuel Pereira Alho	Vereador	21/10 a 31/12	
José de Oliveira Fernandes	Vereador	21/10 a 31/12	
Nuno Miguel Oliveira Mangas	Vereador	21/10 a 31/12	

2.2 Política de recursos humanos adoptada

2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal

Em 2005, a estrutura orgânica, e o quadro de pessoal não foram sujeitos a alterações.

2.2.2 – Evolução dos recursos humanos

Pessoal segundo o grupo profissional



O ano de 2005, demonstra uma variação negativa do número de funcionários da autarquia em aproximadamente 2%, que em termos absolutos significou um decréscimo de 7 funcionários. A variação ocorrida foi essencialmente influenciada pela diminuição do pessoal operário, auxiliar e de outros grupos, apesar do aumento verificado ao nível do pessoal dirigente, técnico superior, técnico profissional e administrativo.

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afectos ao Município foi de 21,7, ou seja, aproximadamente 22% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, técnico, informática e técnico profissional.

Quadro – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

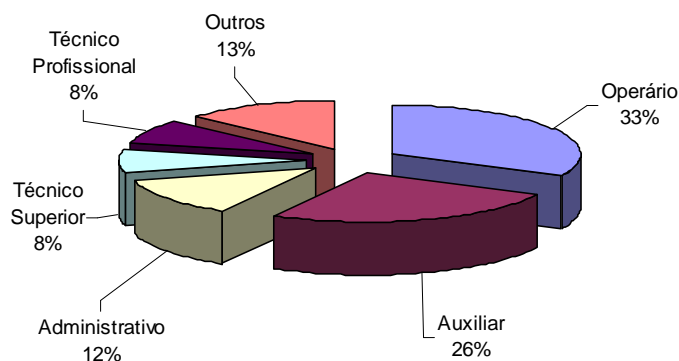
Designação	2003	2004	Var. Abs.	Var.(%)	2005	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	9	-2	-18,18	11	2	22,22
Técnico Superior	17	25	8	47,06	27	2	8,00
Informática	2	2	0	0,00	2	0	0,00
Técnico	3	6	3	100,00	6	0	0,00
Técnico Profissional	19	25	6	31,58	26	1	4,00
Administrativo (a)	41	39	-2	-4,88	41	2	5,13
Operário	122	115	-7	-5,74	107	-8	-6,96
Auxiliar	70	91	21	30,00	87	-4	-4,40
Outros Grupos	28	27	-1	-3,57	25	-2	-7,41
Total	313	339	26	8,31	332	-7	-2,06
Grau de Tecnicidade Superior	8,95	10,03	1,08	28,88	11,45	1,42	14,12
Grau de Tecnicidade Geral	16,61	19,76	3,15	160,46	21,69	1,92	9,73

(a) inclui a chefia administrativa

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal operário (33%), auxiliar (26%) e administrativo (12%). O pessoal técnico profissional e técnico superior, representavam igualmente 8% do total dos recursos humanos afectos ao Município.



Gráfico – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de homens continua a evidenciar dominância, significando estes, cerca de 65% do total dos recursos humanos disponíveis.

A idade média situa-se nos 42,4 tendo sofrido um ligeiro aumento face ao valor do ano anterior. O escalão etário dos 40-49 é o mais representativo com 121 funcionários, tendo sofrido um acréscimo de 8%.

Sob o ponto de vista da idade média segundo o grupo profissional, é no pessoal de informática (24,0), técnico (29,5) e técnico superior (33,5), que se verificam as médias mais baixas. Em oposição, as médias de idades mais elevadas verificam-se no pessoal operário (48,8) e dirigente (44,1).

Importa realçar que 85 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 14 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos e 1 com idade superior a 70 anos, embora no cômputo geral, o somatório deste escalões não tenha sofrido qualquer variação, face aos valores ocorrido no ano anterior.



Quadro – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2003	2004	Var. Abs.	Var.(%)	2005	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 18 anos	0	0	0	--	0	0	--
18-24	6	12	6	100,00	7	-5	-41,67
25-29	37	43	6	16,22	43	0	0,00
30-39	67	87	20	29,85	76	-11	-12,64
40-49	106	112	6	5,66	121	9	8,04
50-59	74	66	-8	-10,81	70	4	6,06
60-69	23	19	-4	-17,39	14	-5	-26,32
70 ou mais	0	0	0	--	1	1	--
TOTAL	313	339	26	8,31	332	-7	-2,06
Número de Homens	187	223	36	19,25	216	-7	-3,14
Número de Mulheres	102	116	14	13,73	116	0	0,00
Média de Idades	41,65	41,71	0,06	0,14	42,39	0,68	1,63

Absentismo

Face a 2004, o ano de 2005 regista um aumento do grau de absentismo em aproximadamente 77%, apresentando uma variação absoluta de 2.396 dias, que em termos *per capita* significa um aumento do absentismo superior a 7 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 3.834 dias (aumento de 72% face ao ano anterior) e a maternidade e paternidade com um total de 1.048 dias (aumento de 70%).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 5.511,5 dias em detrimento dos 3.115,5 dias ocorridos em 2004. *Per capita*, o total de dias de ausência atingiu os 16,6 dias, ou seja, claramente superior aos 9,2 dias apurados por relação a 2004.



Quadro – Evolução do Absentismo

uni: dias

Designação	2003	2004	Var. Abs.	Var.(%)	2005	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	44	40	-4	-9,09	70	30	75,00
Maternidade e Paternidade	560	618	58	10,36	1048	430	69,58
Nascimento	20	5	-15	-75,00	8	3	60,00
Falecimento Familiar	166	121	-45	-27,11	200	79	65,29
Doença	3753	2226	-1527	-40,69	3834	1608	72,24
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	187	0	-187	-100,00	181	181	--
Trabalhador Estudante	50	28,5	-21,5	-43,00	114,5	86	301,75
Com Perda de Vencimento	10	22	12	120,00	12	-10	-45,45
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--	4	4	--
Outras	14	55	41	292,86	40	-15	-27,27
TOTAL (dias de ausência)	4804	3115,5	-1688,5	-35,15	5511,5	2396	76,91
Dias de ausência (per capita)	15,35	9,19	-6,16	-40,12	16,60	7,41	80,64

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2005, demonstra um acréscimo do número de acidentes, em aproximadamente 164%, que em termos absolutos significou um aumento de 18 acidentes face ao valor ocorrido em 2004.

Contudo, importa salientar que, apesar dos 29 acidentes ocorridos denotarem um aumento significativo face ao número registado em 2004, o número de dias perdidos com baixa (637) apresenta um decréscimo de 37,6% que, em termos absolutos, representa uma diminuição em 174 dias.

Face às circunstâncias, poder-se-á concluir que, apesar do aumento do número de acidentes ocorrido em serviço, a menor gravidade destes, repercutiu-se numa diminuição no número de dias perdidos com baixa.



Quadro – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2003	2004	Var. Abs.	Var.(%)	2005	Var. Abs.	Var. (%)
Acidentes ocorridos no local de trabalho							
Menos de 60 dias de baixa	25	7	-18	-72,00	25	18	257,14
60 dias ou mais de baixa	5	4	-1	-20,00	3	-1	-25,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	30	11	-19	-63,33	28	17	154,55
Acidentes "in itinere"							
Menos de 60 dias de baixa	0	0	0	--	1	1	--
60 dias ou mais de baixa	1	0	-1	-100,00	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	1	0	-1	-100,00	1	1	--
Total (a) + (b)	31	11	-20	-64,52	29	18	163,64
N.º de dias perdidos com baixa	1260	463	-797	-63,25	637	174	37,58

Acções de formação

Neste âmbito, apenas se consideram as acções de formação ocorridas durante o período normal de trabalho.

Observa-se que, em 2005, participaram 34 funcionários em 37 acções de formação, facto que, face a 2004, representou uma diminuição quer no número de participantes, quer no número de acções de formação realizadas, de 13% e 14%, respectivamente.

Quanto à duração das acções de formação, registou-se um aumento do número de acções de formação com duração inferior a 30 horas e com 120 horas ou mais. Em sentido inverso, observa-se uma diminuição do número de acções de formação com durações compreendidas entre as 30 e as 119 horas.

Denota-se ainda que o rácio entre o total dos participantes e o total de funcionários ao serviço, sofreu um decréscimo em aproximadamente 11%, apresentando um valor de 0,10. Deste modo, constata-se que, em 2005, 10% dos funcionários participaram em acções de formação, pelo que se conclui que, ao ritmo do índice apresentado, cada funcionário participará em regra, numa acção de formação em cada 10 anos.



Quadro – Evolução das acções de formação realizadas

Designação	2003	2004	Var. Abs.	Var.(%)	2005	Var. Abs.	Var. (%)
Contagem das acções realizadas							
Menos de 30 horas	26	22	-4	-15,38	23	1	4,55
de 30 a 59 horas	11	11	0	0,00	11	0	0,00
de 60 a 119 horas	10	10	0	0,00	1	-9	-90,00
com 120 horas ou mais	0	0	0	--	2	2	--
Total	47	43	-4	-8,51	37	-6	-13,95
Número de funcionários participantes	39	39	0	0,00	34	-5	-12,82
Participantes / funcionários	0,12	0,12	-0,01	-7,67	0,10	-0,01	-10,98

Concursos externos de pessoal

Quadro – Concursos externos de ingresso

Designação	Qt.
Grupo de Pessoal Técnico Superior	
Gestão e Planeamento em Turismo - Estagiário	1
Jurista - Estagiário	1
Assistente Administrativo	2

Quadro – Contratos a termo

Designação	Qt.
Grupo de Pessoal Técnico Superior	
Engenharia Florestal	1
Arquitectura - Estagiário	1
Grupo de Pessoal Informática	
Técnico de Informática Adjunto - Nível I	2
Grupo de Pessoal Técnico Profissional	
Topógrafo - 2ª classe	1
Grupo de Pessoal Administrativo	
Assistente Administrativo	1
Grupo de Pessoal Operário	
Pedreiro	2
Serralheiro	1
Grupo de Pessoal Auxiliar	
Auxiliar de Acção Educativa	4



No decurso de 2005 verificaram-se 4 concursos externos para ingresso no quadro da autarquia e 13 contratos a termo, sendo essencialmente respeitantes a recursos humanos qualificados

2.3 Actividades desenvolvidas

Departamento de Administração e Planeamento

No decurso de 2005, as funções gerais administrativas estiveram sujeitas essencialmente ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído pela Divisão Administrativa e Financeira e pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento.

Quadro – Dados estatísticos genéricos

Descrição	2004	2005	Var. (%)
Registos de entrada de correspondências	24.363	22.432	-7,93
Concursos de aquisição de bens e serviços	72	59	-18,06
Requisições externas	2.878	2.720	-5,49
Editais	108	231	113,89
Escrituras públicas	16	25	56,25
Contratos avulso	39	31	-20,51
Autos de expropriação amigável	57	20	-64,91

No que concerne a aspectos estatísticos genéricos, salientam-se as diminuições ocorridas no número de registos de entrada de correspondências (7,9%), concursos de aquisição e bens e serviços (18%), requisições externas (5,5%), contratos avulso (21%) e autos de expropriação amigável (65%), estes reportados a parcelas de terreno prementes para a modernização da Linha do Norte, em que é interveniente a REFER, E.P.. Em sentido inverso regista-se o aumento do número de editais (114%) e de escrituras públicas (56%).



Regulamentos Municipais

Durante este período procedeu-se à elaboração ou alteração dos seguintes regulamentos municipais:

- Regulamento de Trânsito de Ourém (decorrido o período de inquérito público);
- Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem;
- Regulamento Municipal sobre o Licenciamento de Actividades Diversas (alterado o artigo 58º);
- Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas (alterado o artigo 28º);
- Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança da Taxa pela Exploração de Inertes;
- Regulamento Geral de Taxas e Licenças (alterado o artigo 49º).

Contra-Ordenações

No ano de 2005 foram instaurados 415 processos de contra-ordenação em detrimento dos 256 ocorridos no ano de 2004, denotando um acréscimo em cerca de 62%. Na sua maioria, reportam-se à violação de diplomas respeitantes às áreas do urbanismo e da venda ambulante, sendo que neste último âmbito, a incidência preponderante concerne à cidade de Fátima.

Património Municipal

Com o intuito de se proceder ao arrolamento e avaliação dos bens de domínio público do município, efectuou-se um contrato de outsourcing, o qual se concluiu em Dezembro de 2005. Consequentemente, procedeu-se à inclusão no inventário municipal, dos bens objecto de avaliação.

Taxas e Licenças



No que respeita a taxas e licenças gerais, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro – Taxas e Licenças Gerais

Descrição	2004	2005	Var. (%)
Acampamentos ocasionais	1	0	-100,00
Álvaras de licenciamento sanitário	5	8	60,00
Licenças de caça	630	111	-82,38
Ocupação da casa mortuária	43	36	-16,28
Cemitério - Abertura de covais	32	40	25,00
Cemitério - Venda de terrenos	16	11	-31,25
Substituição da caça de caçador	6	0	-100,00
Inspecção de elevadores	149	69	-53,69
Exames de carta de caçador	29	29	0,00
Feira de Santa Iria	0	8	--
Fogueiras e queimadas	3.160	0	-100,00
Licença de guardas-nocturnos	2	4	100,00
Horário de funcionamento	8	94	1.075,00
Licença de arraial	89	85	-4,49
Licença de ruído	2	38	1.800,00
Averbamento em máquinas de diversão	3	4	33,33
Licença de máquinas de diversão	56	53	-5,36
Registo de máquinas de diversão	11	6	-45,45
Provas desportivas	13	5	-61,54
Publicidade	369	284	-23,04
Terrado semanal	22	23	4,55
Rendas	116	74	-36,21
Renovação da carta de caçador	205	168	-18,05
Segunda via da carta de caçador	4	2	-50,00
Segunda via da licença de condução e emissão de licença	28	16	-42,86
Segunda via da licença de ciclomotor	3	16	433,33



Quadro – Taxas e Licenças Gerais (Continuação)

Descrição	2004	2005	Var. (%)
Pagamento de terrados	516	413	-19,96
Transferência de ciclomotores	237	266	12,24
Troca de licença de ciclomotores	3	4	33,33
Licença de venda ambulante de lotarias	2	0	-100,00
Segunda via de livrete de ciclomotor e averbamentos	77	30	-61,04
Licença de venda em mercados	8	10	25,00
Licença para vendedores ambulantes	3	8	166,67
Registo de ciclomotores	98	100	2,04
Licença de renovação do cartão de mercado	330	259	-21,52
Licença de renovação do cartão de vendedor ambulante	25	29	16,00
Renovação de licença de condução	294	284	-3,40

No que concerne à variação ocorrida em fogueiras e queimadas, esta resulta da alteração dos procedimentos anteriormente estabelecidos, particularmente, no que concerne ao licenciamento desta actividade. Verifica-se um aumento significativo nas licenças de ruído e na emissão de horários de funcionamento.

Elaboração e acompanhamento de candidaturas

Quadro – Elaboração e acompanhamento de candidaturas em 2005

Programa	Designação do projecto	Aprovação
Programa AGRIS - Subacção 3.4	Vigilância Móvel Motorizada das Florestas	Aprovada em anos anteriores
Brigadas Autárquicas de Voluntários_Ano 2005	Vigilância Móvel das Florestas	Aprovada em 2005
Programa AGRIS - Subacção 3.4	Beneficiação e Construção da Rede Viária, Construção e Manutenção de Pontos de água, Operações de Silvicultura e Sinalização	Aprovada em anos anteriores
Programa AGRO - Medida 3.1	Arranjo Paisagístico da Mata Municipal	Aprovada em anos anteriores
Programa AGRO - Medida 3.1	Beneficiação dos Espaços Verdes envolventes à Quinta de Casal dos Frades	Aprovada em anos anteriores
Fundo Florestal Permanente	Campanha de Sensibilização dos Cidadãos para o Risco de Incêndio	Aprovada em 2005
Fundo Florestal Permanente_Ano 2005	Intervenções de silvicultura preventiva	Em apreciação



Quadro – Elaboração e acompanhamento de candidaturas em 2005 (continuação)

Programa	Designação do projecto	Aprovação
Leader +	Promoção do Vinho de Ourém	Aprovada em 2005
Leader +	Parque de Merendas de Espite	Aprovada em 2005
Leader +	Roteiro Turístico do Concelho de Ourém	Aprovada em anos anteriores
Leader +	Solar do Palhete	Aprovada em anos anteriores
Leader +	Área Ambiental do Agroal	Aprovada em anos anteriores
Leader +	Apoio ao Turismo no Centro Histórico de Ourém	Aprovada a ficha de intenção em 2005
PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas	Núcleos Rurais e Históricos da Freguesia de Fátima	Aprovada em 2005/ Desistência da candidatura
PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo - Subprograma 1 - Medida 1.1	Casa do Administrador	Desistência
PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo - Subprograma 1 - Medida 1.2	Requalificação do Agroal	Aprovada em 2005
PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo - Subprograma 1 - Medida 1.1	Requalificação da Zona Envolvente à Nova Basílica	Em apreciação
URBCOM - Urbanismo Comercial	Revitalização da Zona Comercial de Ourém	Aprovada em anos anteriores
URBCOM - Urbanismo Comercial	Revitalização da Zona Comercial de Fátima	Aprovada em anos anteriores
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Construção do Novo Edifício dos Paços do Concelho	Aprovada em anos anteriores
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Elaboração do Plano de Pormenor em Fátima, para a área entre as Avenidas Papa João XXIII e D. José Alves Correia da Silva	Aprovada em anos anteriores
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	EN 356-3 Caxarias	Aprovada em 2005
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Construção do Edifício Multiusos da Freixianda	Aprovada em 2005
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Requalificação Urbana das Vilas de Caxarias e Freixianda	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Beneficiação da Rede Viária Municipal	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Despoluição das Bacias Hidrográficas da Riberira de Seiça - Bacia 47 - Sub-Bacia 9 (parte)	Aprovada em 2005
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Despoluição das Bacias Hidrográficas da Riberira de Seiça - Bacia 47 - Sub-Bacias 1 a 6A	Aprovada em 2005
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Despoluição das Bacias Hidrográficas da Riberira de Seiça - Bacia 51	Aprovada em 2005
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	23º Curso de Administração Autárquica	Aprovada em 2005
Protocolo de Modernização Administrativa	Implementação do sector de metrologia e eliminação das barreiras arquitectónicas	Em apreciação



Estudos iniciados ou concluídos

Enumeram-se no quadro abaixo exposto, os estudos mais relevantes iniciados ou concluídos no decurso de 2005, no âmbito do DAP.

Quadro – Estudos mais relevantes, iniciados ou concluídos em 2005 (DAP)

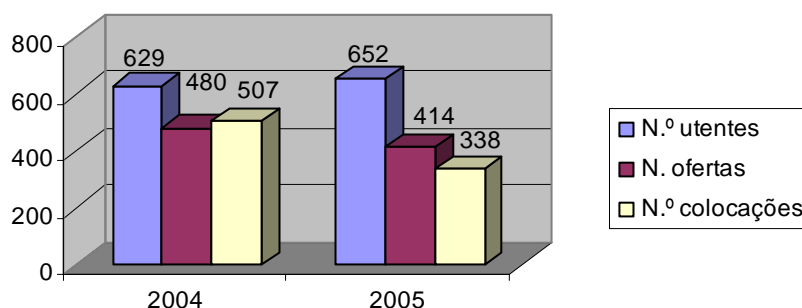
Designação	Observações
Caracterização dos estabelecimentos de restauração e bebidas	Criação e actualização da base de dados
Caracterização higio-sanitária dos estabelecimentos de restauração e bebidas	Desenvolvido através de um estágio curricular do ensino superior na área da nutrição
Rede de painéis de publicidade na área do Município de Ourém	Proposta de implementação de uma rede de painéis publicitários e seu modelo de gestão
Sinalização turística para a área do Município de Ourém	Tendo em vista a elaboração de uma candidatura (DRE/LVT)
Caminhos do Tejo - Caminho Norte	Elaboração de proposta ao traçado apresentado pelo Centro Nacional de Cultura
Regulamento municipal de valorização da gastronomia local	Em curso
Castelo e Paço do Conde (Pólo cultural e unidade museológica)	Estudo económico-financeiro
Estudo de mobilidade e transportes de Fátima	Estudo desenvolvido com recurso a outsourcing
Projecto de Harmonização de Taxas e Tarifas	Estudo desenvolvido no âmbito da AMLEI, tendo em vista a harmonização
Manual de Auditoria Interna	Documento já aprovado pelo órgão executivo, tendo em vista a implementação deste serviço
Renegociação dos empréstimos de médio e longo prazo	Tendo em vista a renegociação de condições mais favoráveis
Concessão dos equipamentos desportivos	Tendo em vista a viabilidade de concessionar os equipamentos desportivos a uma empresa municipal

UNIVA

No decurso de 2005, registaram-se 652 utentes (uma média de 54 pessoas por mês) deste serviço denotando um aumento em aproximadamente 3,7%, dos quais 74% eram do sexo feminino. Em oposição, o número de ofertas de trabalho (414), cuja maior incidência se reporta ao sector hoteleiro, fabril, comercial e da construção civil, sofreu uma quebra da ordem dos 13,8%. De realçar que se procedeu à colocação de 56 estagiários e 18 pessoas ao abrigo de programas ocupacionais. Em termos totais ocorreram 338 colocações, ou seja, uma variação negativa em 33%, quando efectuada comparação com o valor ocorrido no ano anterior.



Gráfico - Evolução do número de utentes/ofertas/colocações



Caracterizando os utentes, verifica-se que a faixa etária mais representada se situa entre os 25-45 anos, os quais significam 41% do número total de utentes. Relativamente à estrutura habilitacional, constata-se que aproximadamente 21% dos utentes possuem habilitações literárias inferiores ao 9º ano e, em oposição, 20% possuem um Bacharelato ou Licenciatura.

Tecnologias de Informação e Comunicação

As TIC vêm emergindo abruptamente, promovendo o aparecimento de uma nova Era (Era Informacional), pautada por mudanças tecnológicas, sociais e organizacionais muito significativas.

O Município de Ourém integra o projecto Leiria Região Digital, acção que nasceu no âmbito do então designado POSI (Programa Operacional da Sociedade da Informação) e agora designado POS_C (Programa Operacional Sociedade do Conhecimento). Inicialmente, o promotor do projecto foi a AMAE (Associação de Municípios da Alta Estremadura), contando com a contribuição da AMLEI (Área Metropolitana de Leiria), tendo esta última, passado a ser a promotora do projecto.

O projecto LRD é composto por sete projectos e dezassete sub-projectos e deste os que têm relevância para o município de Ourém, são seis, a saber:

- 2.1 Sítios Internet Autárquicos



- 2.2 Sítios Internet Autárquicos
- 2.3 Serviços On-Line
- 2.4 Compras electrónicas
- 3.1 Pontos Municipais de banda larga
- 4.1 Rede Camarária de banda larga

O projecto LRD, por um lado, visa impulsionar os processos de transformação social, urbana e económica, através da disseminação das novas tecnologias, do acesso à informação e de um empenhado esforço de comunicação com os cidadãos. Por outro lado, visa consolidar o posicionamento da Alta Estremadura como Região Digital reforçando a especificidade dos seus recursos na área das tecnologias da informação e da comunicação.

Ao nível do que já foi efectuado, destacam-se os investimentos em infra-estruturas de comunicações e na aquisição de equipamentos activos de rede e servidores. Estes investimentos permitiram melhorar a performance da nossa rede informática, a criação de um intranet e a implementação do correio electrónico interno e externo para todos os funcionários.

No que diz respeito às acções a desenvolver nos próximos meses, enumeram-se as seguintes:

- Passagem de cabo de fibra óptica para todos os edifícios onde funcionam serviços municipais, incluindo o estaleiro, bem como os edifícios onde estão instaladas as empresas municipais e o quartel dos Bombeiros Voluntários. Isto na cidade de Ourém. Em Fátima prevê-se a ligação do Posto de Turismo e o Edifício dos Monfortinos, mas apenas numa segunda fase do subprojecto das redes camarárias de banda larga. A implementação desta rede de fibra óptica é de vital importância, não só para melhorar as comunicações informáticas entres os edifícios abrangidos, mas também porque cria uma infra-estrutura de enorme potencial que permitirá transportar dados, voz e vídeo em simultâneo.
- Instalação de dez Hotspots (3 em Ourém, 3 em Fátima, 2 em Caxarias, 1 em Freixianda e 1 em Olival).
- Instalação de, pelo menos um computador, por freguesia, para acesso gratuito à internet;



- Renovação do parque informático dos serviços municipais, com substituição de cerca de 50% dos PC's existentes.
- Aquisição de um sistema de *storage* para precaver eventuais acidentes informáticos que impossibilitem a recuperação de dados.
- Aquisição de software aposicional direccionado para o trabalho corporativo, atendimento remoto e para disponibilizar serviços aos cidadãos via internet.
- Aquisição de novos servidores de processamento para instalação do software referido no ponto anterior.
- Aquisição de novos servidores de processamento para instalação do software referido no ponto anterior.
- Aquisição de novos servidores de processamento para instalação do software referido no ponto anterior.
- Aquisição de uma solução de voz ip que irá reduzir os custos de comunicações e melhorar e diversificar os serviços que podem ser associados a esta tecnologia.

Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras

Divisão de Ambiente

Sector de Águas e Saneamento – Subsector Água

- Gestão do sistema de abastecimento de água

Na área do Município de Ourém, o abastecimento de água está concessionado à empresa CGEP desde 1996. Recentemente, houve um aditamento ao contrato inicial, o qual prorrogou o período de concessão por mais 5 anos (25 + 5: concessionado até 2027) e transferiu responsabilidades em matéria de investimento para a concessionária.

- Sistema em alta



Durante 2005, procurou-se legalizar os furos de abastecimento de água, acção que se debate com entraves legais, essencialmente reportados às dificuldades adjacentes ao registo dos terrenos.

No que concerne à análise de água do abastecimento, detectaram-se ligeiros problemas relacionados com partículas radioactivas em algumas freguesias.

- Sistema em baixa

Persiste a necessidade de remodelar algumas redes de abastecimento de água, principalmente nas zonas mais antigas de Ourém e Fátima.

Em 2004, iniciou-se o levantamento dos fogos que não possuem ligação à rede pública de água, o qual não sofreu evolução no decurso de 2005. Os dados até agora recolhidos permitem concluir que cerca de 15% dos alojamentos totais de Ourém não estão ligados à rede pública de abastecimento de água. Note-se que esta ausência de ligação não se reporta à inexistência de infra-estruturas públicas, mas ao incumprimento legal que se associa à obrigatoriedade de ligação.

- Sistema de combate a incêndios

No ano de 2005, foi efectuada uma primeira reunião entre o serviço de protecção civil municipal e os comandantes de bombeiros de Ourém, Fátima e Caxarias, no sentido de melhorar o sistema de combate a incêndios, particularmente através da rede de abastecimento de água.

- Investimentos da CGEP no âmbito do aditamento ao contrato

No período em análise não foi efectuada qualquer investimento por parte da CGEP, em resultado da data em que ocorreu o aditamento ao contrato.

Sector de Águas e Saneamento – Subsector Saneamento



A área do Município de Ourém é constituída, basicamente, por quatro bacias (regiões ou zonas em que as linhas de água convergem todas para o mesmo lugar ou linha de água mãe: Bacia Hidrográfica do Alto Nabão; Bacia Hidrográfica de Fátima; Bacia Hidrográfica do Lis e Bacia Hidrográfica de Seiça.

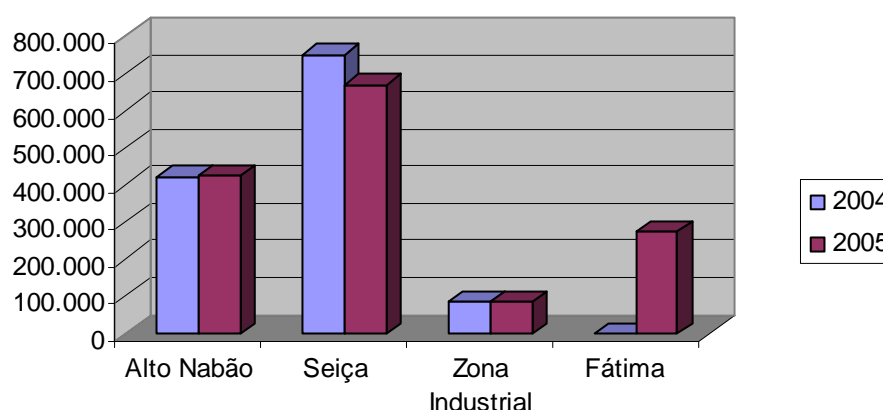
A rede de esgotos ou rede em baixa dispõe de uma extensão de 184.303 metros, apresentando uma taxa de cobertura da população de aproximadamente 55,5%.

A empresa SIMLIS, S.A é responsável pelo sistema em alta na freguesia de Fátima, incluindo os emissários das freguesias de Cercal, Espite e Matas.

- ETAR's

Em Junho de 2005 entrou em funcionamento a ETAR de Fátima (Vale Cavalos) à responsabilidade da SIMLIS S.A., tendo-se encerrado, em Dezembro, a ETAR de Fátima antiga (Alvega). Note-se que a ETAR existente já não possuía capacidade suficiente para tratar o caudal de esgotos provenientes da cidade de Fátima, provocando problemas ambientais na Ribeira de Alvega. As ETAR's do Alto Nabão, Seiça e da Zona Industrial estão a cargo da Ambiourem, E.M.

Gráfico - Evolução dos caudais totais em m3



O volume de caudal total verificado na ETAR de Seiça sofreu uma diminuição em aproximadamente 11% face ao valor verificado no ano anterior. A variação respeitante



à ETAR de Fátima deve-se ao facto de esta apenas ter iniciado o seu funcionamento no final do primeiro semestre de 2005.

- Redes de saneamento

Desde finais de Março de 2005, a empresa municipal Ambiorém é responsável pela manutenção das redes de saneamento de esgotos domésticos, permanecendo a manutenção de águas pluviais a cargo da autarquia.

- Limpeza, desobstrução e desratização das redes de esgotos

No decurso de 2005 foram efectuadas acções de desratização nas redes existentes, nomeadamente em Ourém e Fátima. A limpeza e desobstrução de colectores incidiu com maior frequência nas redes mais antigas (Fátima, Ourém e Vilar dos Prazeres).

- Ramais de esgotos – ligação de ramais domiciliários

Por observância aos dados existentes, constata-se que dos ramais com possibilidade de ligação, apenas 30% estão ligados, denotando um ligeiro aumento, face ao valor registado em 2004 (26%). Contudo, a situação permanece preocupante, pelo que se tem remetido ofícios aos munícipes, informando a obrigatoriedade da ligação. No que concerne às redes mais antigas, carece promover uma acção de fiscalização, aferindo a ocorrência de eventuais ligações sem contrato ou tecnicamente mal executadas.

Sector de Higiene e Limpeza

- Gestão do Sistema de Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Os sistemas de recolha existentes na área do Município de Ourém dividem-se em três grupos:

- 1) O sistema de RSU's indiferenciáveis;
- 2) O sistema de recicláveis



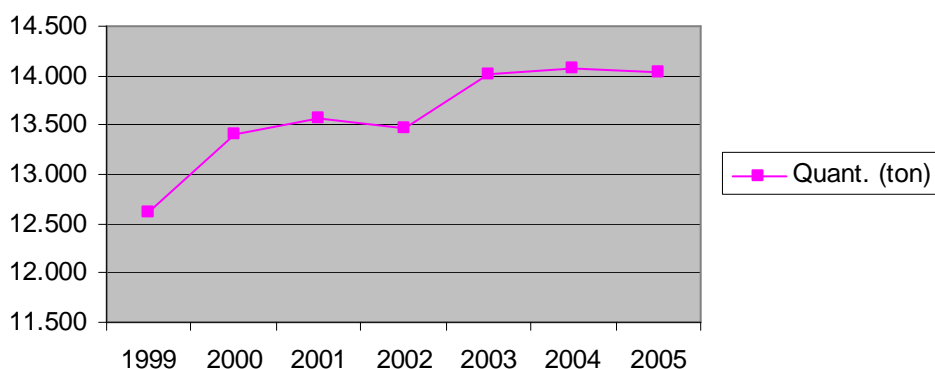
3) O sistema de recolhas especiais – monos

No sistema de RSU's indiferenciáveis existe o sistema em baixa que está entregue à empresa STL e o sistema em alta da responsabilidade da Valorlis. No sistema de recicláveis, a Valorlis é a empresa responsável por todo o sistema, desde a recolha até à valorização. As recolhas especiais estão a cargo da empresa municipal Ambiorém, ficando a Valorlis responsável pelo transporte e valorização. Para além destes sistemas, existe a limpeza urbana assegurada pela STL.

Produção/Recolha de RSU's

Verifica-se que a produção de RSU's tem vindo a evoluir a um ritmo considerável nos anos mais recentes. No entanto, o ano de 2005 assinala uma inversão da tendência, apresentando uma diminuição do volume recolhido em 30,720 toneladas, face ao valor ocorrido no ano anterior. O valor de capitação situou-se nos 0,765kg/hab. dia.

Gráfico - Evolução da quantidade de RSU's recolhidos anualmente



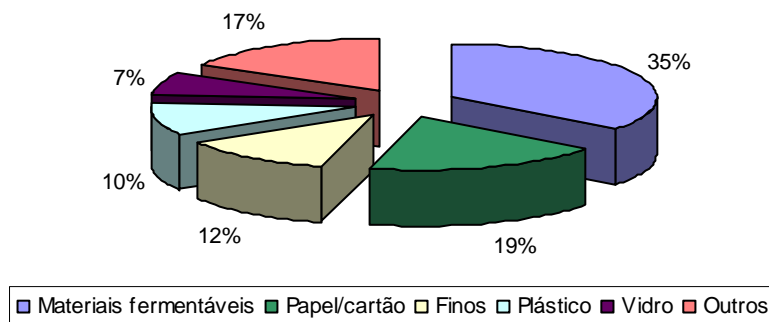
Através da análise mensal, verifica-se que o mês de Agosto (período de maior fluxo de peregrinos e de regresso dos emigrantes) continua a registar o maior volume médio mensal de produção de resíduos sólidos.

Composição física dos resíduos



No que diz respeito à composição física dos resíduos, 35% respeitam a materiais fermentáveis, 19% a papel/cartão, 12% a finos, 10% a plástico, 7% a vidro e 17% a diversos.

Gráfico - Composição física média dos resíduos



Quantidade/manutenção de contentores

Tem existido um reforço do número de contentores nos últimos anos, principalmente no aumento dos de maior dimensão (800 a 1100 litros). Em 2005 existiam 2.732 contentores, dos quais 2.107 dispunham de uma capacidade entre 800 a 1100 litros e 635 com uma capacidade de 110 a 240 litros, verificando-se um aumento no número de contentores de 15%, face ao ano anterior. A manutenção dos contentores é assegurado pela empresa STL, conforme estabelecido contratualmente.

Periodicidade de Recolhas

Desde o dia 10 de Novembro de 2005, a recolha diária que se efectuava nos centros urbanos de Ourém e Fátima, mas que excluía Domingos e Feriados, passou a incluir, sem encargos adicionais, o Domingo.

Recolha consignada

Em 2005 foi implementada a recolha consignada, a qual respeita aos contentores adicionais disponibilizados de forma directa a uma entidade singular ou colectiva.



Limpeza Urbana

Nos últimos anos tem-se observado um aumento dos núcleos urbanos, pelo que se tornou necessário efectuar um novo contrato com a STL, estabelecendo um aumento da extensão base de varredura mensal, em 205km.

Recolhas especiais – monos

O regulamento municipal inclui na categoria de “monos” ou “monstros”, todos os resíduos volumosos e/ou pesados , como electrodomésticos ou móveis, que não podem nem devem ser colocados nos contentores existentes para a recolha indiferenciada de RSU's.

A recolha é efectuada pela empresa municipal Ambiourém, após solicitação do utente detentor do resíduo, sendo proibida a sua deposição na via pública ou em qualquer outro espaço público com excepção dos casos em que foi dado prévio consentimento, com vista à sua posterior recolha. Verifica-se que os munícipes não solicitam este serviço com a frequência desejada, sendo prática corrente a sua deposição sem aviso na via pública ao arrepio do estipulado.

Ecopontos e Ilhas Ecológicas

Nos últimos tempos, tem-se disponibilizado novos sistemas de deposição de resíduos (contentores subterrâneos ou “ecotainers” de 3.000 litros), particularmente nas zonas urbanas das cidades de Ourém e Fátima. Este sistema tem a vantagem de tornar as ruas mais limpas e os contentores mais enquadrados. Note-se a existência de 112 ecopontos e 17 ilhas ecológicas, ou seja, garantindo-se a indicação comunitária, relativa à existência de um ecoponto por 500 habitantes.

- Limpeza de Matos

A partir de 5 de Maio do ano transacto entrou em funcionamento um serviço de atendimento ao público (todas as quintas-feiras). Este serviço presta apoio e



esclarecimentos nas áreas da limpeza florestal, redução do risco de incêndio, pareceres no âmbito da arborização e reflorestação, queimas, queimadas e fogo controlado e participação e encaminhamento de processos de planeamento e ordenamento dos espaços rurais e florestais. Complementarmente, desenvolve acções de sensibilização florestal junto das populações, com o intuito de dinamizar a limpeza da vegetação herbácea e arbustiva em torno das edificações, protegendo-as durante a época estival dos incêndios florestais.

- Sistema de Resíduos Industriais e fluxos prioritários de resíduos

Este sistema está relacionado com a gestão de óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de equipamentos eléctricos, pilhas e acumuladores, resíduos de construção e demolição, tendo-se procedido à sua fase inicial de desenvolvimento.

Sector do Ambiente e Espaços Verdes

- Gestão Ambiental

Neste contexto, continuaram a desenvolver acções de fiscalização ambiental, não só tendo em vista a dissuasão e o levantamento dos “crimes ambientais”, mas também procurando de forma pedagógica, alterar as práticas e hábitos dos munícipes, sempre que estas não se coadunem com as mais elementares regras de um desenvolvimento ambiental equilibrado e sustentável.

Durante o ano de 2005, não foram efectuadas acções de sensibilização ambiental, à excepção das realizadas pela STL.

- Gestão de Espaços Verdes

A manutenção dos espaços verdes é desenvolvido pela empresa municipal Ambiorém, a qual intervém, inclusive, nos jardins afectos aos edifícios escolares.

Divisão de Estudos e Projectos



Esta divisão, tem como principal missão realizar ou acompanhar o desenvolvimento por equipas exteriores aos serviços da Autarquia, de estudos e projectos em consonância com o interesse do município. Assim, enumeram-se os mais significativos:

Quadro – Principais projectos realizados

Descrição	Observ.
Arranjo da Zona Envolvente da Junta de Freguesia de Formigais	
Rampa para Deficientes na Escola do 1º Ciclo do E.B. da Freixianda, Seiça e Zambujal	
Jardim de Infância de Ourém (N.ª Sr.ª da Piedade)	Estudo Prévio
Espaço de Lazer e Entretenimento na Gondemaria	
Jardim de Infância da Atouguia	
Arranjo do Espaço Envolvente da Escola do 1º Ciclo de Vale do Porto	Estudo Prévio
Adaptação de Edifício Municipal para Novas Instalações da DOT, Rua Melvin Jones, Ourém.	Estudo Prévio
Ponto de Água do Balancho, Caxarias.	
Elaboração do Estudo para o Reordenamento e Definição de uma Rua do Plano de Pormenor do Centro de Saúde, Ourém.	
Mercado de Espite - Criação de Espaço de Apoio à Família	
Ampliação da Escola do 1º Ciclo do E.B. da Mata, Urqueira.	
Ampliação da Escola do 1º Ciclo do E.B. de Boleiros, Fátima.	Estudo Prévio
Edifício Polivalente de Ourém, Rua Santa Teresa de Ourém, Ourém.	Desenvolv.
Edifício Solar de Baco, Centro Histórico de Ourém, Ourém.	Estudo Prévio
Elaboração do Plano de Segurança Contra Incêndios do Jardim de Infância da Atouguia, Ourém e Gondemaria	
Complexo Escolar de Fátima, Rua das Covinhas, Fátima.	Iniciado
Ampliação da Escola do 1º Ciclo do E.B. de São Jorge (instalações sanitárias), São Jorge, Freixianda.	
Serviço de Metrologia de Ourém, Mercado Municipal de Ourém, Ourém.	
Qualificação da Envolvente da Capela de Santo Amaro, Ourém.	
Qualificação da Rua Luís de Oliveira Rito, Ourém.	
Arranjo de Jardim e Criação de "Ilha" para Contentores e Ecoponto, Rua S. João de Deus, Fátima.	
Iluminação Pública do Largo do Fontanário, Pinheiro do Murtal, Atouguia.	
Reperfilamento e Qualificação da Rua 1.º de Dezembro e Cruzamento das Ruas de Castela e 1.º de Dezembro, Ourém.	



Divisão de Obras Municipais

No decurso de 2005 foram lançadas a concurso as seguintes empreitadas:

Quadro – Contratos de empreitadas lançados a concurso em 2005

N.º	Designação da empreitada	Tipo	Estimativa de Concurso	Valor de Adjudicação
1	Construção do Edifício dos Paços de Concelho	Público	5.636.088,99 €	4.607.488,12 €
2	Recuperação do Centro Histórico de Ourém - Infra-estruturas enterradas no interior da	Limitado	120.643,73 €	146.970,96 €
3	Despoluição das bacias hidrográficas do rio Lis e da Ribeira de Seixa - Bacia 47 (Seixa)	Ajuste Directo alínea b) n.º 136	-----	30.500,00 €
4	Despoluição da bacia de Seixa - Bacia 51 (Alburitel) - Pavimentação de estradas	Ajuste Directo alínea b) n.º 136	-----	6.669,00 €
5	Ampliação da rede de abastecimento de água, rua do Barroco, Bairro - freguesia de	Ajuste Directo	7.800,00 €	9.160,00 €
6	Beneficiação de Jardins de infância - Pavimento na zona do brinquedo no pátio do	Ajuste Directo	Anulado	
7	Remodelação do sistema de abastecimento de água - Substituição de conduta na rua de	Ajuste Directo	Anulado	
8	Construção e beneficiação de pontes e pontões - Alargamento do Pontão de Entre	Ajuste Directo	19.498,87 €	21.669,54 €
9	Remodelação da Rede de Esgotos - Remodelação das Lições das Redes em	Limitado	40.396,47 €	46.656,16 €
10	Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Rua de Santo António, Fátima	Ajuste Directo	14.312,00 €	16.839,00 €
11	Urbanização da Cidade de Fátima - Recuperação da Rotunda Sul - Trabalhos Não	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	27.113,60 €
12	"Recuperação e beneficiação de arruamentos no Concelho – Construção de colector de	Limitado	32.196,40 €	36.732,90 €
13	Construção da Piscina de Aprendizagem de Caxarias - Instalações Mecânicas	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	204.342,24 €
14	"Ampliação das Redes de Abastecimento de Água – Travessa Caminho da Fonte, Feteira -	Ajuste Directo	6.265,00 €	7.740,00 €
15	Demolição de Obras Ilegais no n.º 89 a 93 da Rua Jacinta Marto – Fátima	Ajuste Directo	16.285,43 €	17.783,15 €
16	Remodelação da rede de esgotos - Remodelação das redes em baixa à caixa n.º	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	40.635,04 €
17	Arranjo de Espaços Públicos - Parque de Estacionamento para Autocarros Junto aos	Ajuste Directo	21.178,61 €	22.502,35 €
18	Urbanização da Sede do Concelho - Requalificação da Rua Luís de Oliveira Rito,	Limitado	51.476,42 €	58.763,87 €
19	Sistemas de drenagem de águas residuais - remodelação da rede de esgotos na zona	Ajuste Directo	20.505,00 €	24.604,50 €
20	Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seixa - Bacia 47 - Sub-	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	32.951,25 €
21	"Recuperação de caminhos na freguesia de Formigais - Beneficiação do C. M. 1026"	Ajuste Directo	24.590,00 €	24.600,00 €
22	Construção do Jardim-de-infância de Atouquia	Público	556.40,00 €	464.953,73 €*
23	Construção do Jardim-de-infância de Gondemaria	Público	675.323,72 €	689.824,62 €*
24	Beneficiação de Edifícios Municipais - Substituição da Cobertura do Edifício dos	Ajuste Directo	Anulado	



Quadro – Contratos de empreitadas lançados a concurso em 2005 (continuação)

N.º	Designação da empreitada	Tipo	Estimativa de Concurso	Valor de Adjudicação
25	Despoluição da Bacia de Seça - Bacia 51 - Alburitel - Reposição de Pavimentos	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	198.368,30 €
26	Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seça - Bacia 47 (Seça) -	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	176.056,85 €
27	Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seça - Bacia 47 (Seça) -	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	225.478,78 €
28	Construção do Estádio Municipal de Fátima - Mastros de Bandeira e Estrutura para	Ajuste Directo	12.739,39 €	19.200,00 €
29	Despoluição da Ribeira de Seça , Bacia 51 (Alburitel) Sub-bacia 1 (ampliação) - Pêras	Limitado	33.544,43 €	34.995,67 €
30	Ampliação do Jardim-de-infância de Urqueira	Público	164.995,66 €	147.111,85 € *
31	Construção do Edifício Misto do Cercal - Junta de Freguesia e Jardim de Infância	Público	682.35,18 €	
32	Remodelação da rede de esgotos - ligação de esgotos ao edifício Fatimae, em Fátima	Ajuste Directo	15.748,34 €	18.247,57 €
33	Concepção / Construção do Parque Linear (Equipamento Integrado na Operação	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	72.031,63 €
34	Outros trabalhos especializados - Rectificação das redes de gás em locais de confecção de	Ajuste Directo	13.105,00 €	12.700,00 €
35	Ampliação da rede de drenagem de águas residuais - Rua do Forninho , Coroados	Ajuste Directo	16.340,57 €	19.072,45 €
36	Alteração do acesso ao loteamento da CASUR - Infra-estruturação da Via - Valada, Fátima	Ajuste Directo	14.850,94 €	16.289,14 €
37	Construção do Estádio de Fátima - iluminação e infra-estruturas para transmissão televisiva	Ajuste Directo alínea b) n.º 1 do	-----	280.626,49 €
38	Construção da Piscina de Aprendizagem de Caxarias - Iluminação exterior	Ajuste Directo	15.189,50 €	15.052,80 €
39	Beneficiação de Edifícios Municipais - Remodelação do arquivo histórico municipal	Ajuste Directo	19.055,48 €	23.081,60 €
EMP-DIV 1	Beneficiação de Edifícios Municipais - Adaptação de Salas Interiores na Divisão de	Ajuste Directo	-----	3.236,95 €
EMP-DIV 2	Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Execução de By-Pass no Pontão de	Ajuste Directo	-----	195,95 €
EMP-DIV 3	Concepção / Construção do Mercado Municipal (Equipamento Integrado na	Ajuste Directo	-----	3.750,00 €
EMP-DIV 4	Concepção / Construção do Mercado Municipal (Equipamento Integrado na	Ajuste Directo	-----	4.990,59 €
EMP-DIV 5	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Ligação de Água ao Estádio de Fátima	Ajuste Directo	-----	399,04 €
EMP-DIV 6	Beneficiação de Parques e Jardins - Drenagem de Jardim da Rua Francisco Sá	Ajuste Directo	-----	1.914,00 €
EMP-DIV 7	Remodelação do Sistema de Abastecimento de água - Colocação de Boca de Incêndio na	Ajuste Directo	-----	251,50 €
EMP-DIV 8	Ampliação da Rede de Abastecimento de água - Águas Formosas, Freguesia de Rio de	Ajuste Directo	-----	4.987,00 €
EMP-DIV 9	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Abastecimento à Rotunda de Casal	Ajuste Directo	-----	3.491,00 €
EMP-DIV 10	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - Lugar da Malhada - Laqoa do	Ajuste Directo	-----	3.970,00 €
EMP-DIV 11	Recuperação de Caminhos na Freguesia de Espite - Alargamento do Caminho entre	Ajuste Directo	-----	3.240,00 €



Quadro – Contratos de empreitadas lançados a concurso em 2005 (continuação)

N.º	Designação da empreitada	Tipo	Estimativa de Concurso	Valor de Adjudicação
EMP-DIV 12	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua da Cruz, Bairro - Freguesia de N.ª	Ajuste Directo	-----	2.704,00 €
EMP-DIV 13	Conservação da Rede Viária - Reposição de Pavimento na Estrada de Alvega	Ajuste Directo	-----	575,50 €
EMP-DIV 14	Conservação da Rede de Esgotos Pluviais de Fátima - Algar Junto à Av.ª Beato Nuno	Ajuste Directo	-----	4.300,00 €
EMP-DIV 15	Conservação de Bens - Rectificações em Redes de Gás no Pavilhão Gimno-desportivo	Ajuste Directo	-----	825,00 €
EMP-DIV 16	Conservação de Bens - Rectificações em Redes de Gás no Pavilhão Gimno-desportivo	Ajuste Directo	-----	900,00 €
EMP-DIV 17	Conservação de bens - Rectificações em redes de gás nas instalações das Piscinas	Ajuste Directo	-----	1.075,00 €
EMP-DIV 18	Conservação de bens - Execução de ramal de água para a Piscina de Aprendizagem de	Ajuste Directo	-----	489,87 €
EMP-DIV 19	Conservação de bens - Rectificação em redes de gás no Agrupamento Cónego Dr. Manuel	Ajuste Directo	-----	2.810,00 €
EMP-DIV 20	Conservação de Bens - Rectificação em redes de gás no Agrupamento de Escolas AjeFátima	Ajuste Directo	-----	2.320,00 €
EMP-DIV 21	Conservação de Bens - Anulação de Boca de Incêndio e Execução de uma nova em Casal	Ajuste Directo	-----	347,05 €
EMP-DIV 22	Conservação de Bens - Construção de dois ramais para o abastecimento n	Ajuste Directo	-----	979,74 €
EMP-DIV 23	Drenagem de águas pluviais - Rua da Fonte - Alburitel	Ajuste Directo	-----	4.158,50 €
EMP-DIV 24	Drenagem de águas pluviais - Rua Artur Vieira Dias - Alburitel	Ajuste Directo	-----	4.981,25 €
EMP-DIV 25	Concepção / Construção do Mercado Municipal - Trabalhos preparatórios para a	Ajuste Directo	-----	2.083,00 €
EMP-DIV 26	Captação e distribuição de água - Ampliação da rede de abastecimento - Rua da	Ajuste Directo	Anulado	
EMP-DIV 27	Ampliação da rede de abastecimento de água - Várzea da Cassinheira, Freguesia de Casal	Ajuste Directo	Anulado	
EMP-DIV 28	Rectificação em redes de gás - Jardim de Infância de Casal dos Bernardos	Ajuste Directo	-----	3.560,00 €
EMP-DIV 29	Captação e distribuição de água - Ampliação da rede de abastecimento de água - Rua	Ajuste Directo	-----	2.435,00 €
EMP-DIV 30	Conservação de Bens - Mudança de um ramal e duas bocas de incêndio - Rua do Falgar -	Ajuste Directo	-----	575,20 €
EMP-DIV 31	URBCOM de Fátima - Arrecadação anexa ao bar / esplanada - Trabalhos vários	Ajuste Directo	-----	715,17 €
EMP-DIV 32	Execução de baixadas eléctricas - Abastecimento eléctrico ao edifício multiusos	Ajuste Directo	-----	2.150,00 €
EMP-DIV 33	Ampliação da Rede de Esgotos - Traseiras do Hotel Avenida - Fátima	Ajuste Directo	-----	4.546,50 €
EMP-DIV 34	Rampa de Acesso ao Recreio da Escola do Zambujal - Atouquia	Ajuste Directo	-----	3.773,50 €
EMP-DIV 35	Alteração na Rua da Biquinha - Vale Travesso	Ajuste Directo	-----	138,84 €
EMP-DIV 36	Mudança de Boca de Incêndio e Contador de água na Rua do Vale - Lourinha	Ajuste Directo	-----	510,84 €
EMP-DIV 37	Mudança de boca de Incêndio em Espite	Ajuste Directo	-----	377,37 €



Quadro – Contratos de empreitadas lançados a concurso em 2005 (continuação)

N.º	Designação da empreitada	Tipo	Estimativa de Concurso	Valor de Adjudicação
EMP-DIV 38	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água e Construção de Ramais Domiciliários	Ajuste Directo	-----	2.375,00 €
EMP-DIV 39	...by-pass - Porto do Carro	Ajuste Directo	Anulado	
EMP-DIV 40	Estaleiro Municipal de Ourem - PT do Estaleiro Municipal	Ajuste Directo	-----	3.530,00 €
EMP-DIV 41	Conservação de Bens - Ramal de Rega na Urbanização Dr. Alves - N.ª S.ª da Piedade	Ajuste Directo	-----	103,72 €
EMP-DIV 42	Conservação de Bens - Mudança de Ramal nos Vilões	Ajuste Directo	-----	338,48 €
EMP-DIV 43	Conservação de Bens - Alteração de Boca-de-Incêndio e de Ramal Domiciliário na Rua	Ajuste Directo	-----	743,77 €
EMP-DIV 44	Conservação de Bens - Colocação de Ramal de eqa na Urbanização do Ribeirinho	Ajuste Directo	-----	330,88 €
EMP-DIV 45	Conservação de Bens - Anulação de By-Pass na Rua Dionísio Pais, em Porto do Carro	Ajuste Directo	-----	195,95 €
EMP-DIV 46	Viação Rural – Abertura de caminho, junto à Quinta da Parreira – Nossa Senhora das	Ajuste Directo	-----	4.900,00 €
EMP-DIV 47	Conservação de Bens - Ramal 90 para a Piscina de Aprendizagem de Caxarias	Ajuste Directo	-----	1.236,11 €
EMP-DIV 48	Sistema de Denagem de Águas Residuais - Execução de Dois Ramais 160 mm na	Ajuste Directo	-----	1.050,00 €
EMP-DIV 49	Sistema de Drenagem de Águas Residuais - Execução de Ramal de 160 mm na	Ajuste Directo	-----	650,80 €
EMP-DIV 50	Remodelação da Rede de Esgotos - Ligação de Esgotos Domésticos e Pluviais ao Túnel,	Ajuste Directo	-----	4.924,50 €
EMP-DIV 51	Ramais Domiciliários de Esgotos - Ramal 160 mm - Av.ª Beato Nuno - Cova ad Iria, Fátima	Ajuste Directo	-----	525,00 €
EMP-DIV 52	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água e Construção de Ramais Domiciliários -	Ajuste Directo	-----	3.963,00 €
EMP-DIV 53	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária - Revestimento Cerâmico da Loja	Ajuste Directo	-----	2.170,80 €
EMP-DIV 54	Outros Revestimentos - Colocação de cilindro no Caffé Caffé em Fátima	Ajuste Directo	-----	956,78 €
EMP-DIV 55	Limpeza de Caminhos Florestais - Freguesia de Seiça	Ajuste Directo	-----	3.400,00 €
EMP-DIV 56	Limpeza de Caminhos Florestais - Freguesia de Urqueira	Ajuste Directo	-----	3.400,00 €
EMP-DIV 57	Parque Linear - Construção de Vedação na Zona do Espaço de Jogos Radicais	Ajuste Directo	-----	4.900,00 €
EMP-DIV 58	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares - Arranjo do Espaço Público	Ajuste Directo	-----	4.450,00 €
EMP-DIV 59	Conservação de Bens - Reparação de Material Eléctrico no Estádio Municipal de Fátima	Ajuste Directo	-----	544,66 €
EMP-DIV 60	Conservação de Bens - Reparação de Guarda de Passadico no Estádio Municipal de Fátima	Ajuste Directo	-----	180,00 €
EMP-DIV 61	Construção da Piscina de Aprendizagem de Caxarias - Arranjos Exteriores	Ajuste Directo	-----	4.800,00 €
EMP-DIV 62	Águas Pluviais - Execução de Ramal 160 mm na Avenida Beato Nuno - Cova de Iria -	Ajuste Directo	-----	525,00 €
EMP-DIV 63	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal de 160 mm na Rua Carvalho	Ajuste Directo	-----	350,00 €



Quadro – Contratos de empreitadas lançados a concurso em 2005 (continuação)

N.º	Designação da empreitada	Tipo	Estimativa de Concurso	Valor de Adjudicação
EMP-DIV 64	Conservação de Bens - Execução de Ramal e Anulação do Antigo - Rua do Cubal -	Ajuste Directo	-----	413,22 €
EMP-DIV 65	Outros Serviços - Marcação de um Campo de Ténis - Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro	Ajuste Directo	-----	730,00 €
EMP-DIV 66	Ampliação da Rede de Esgotos - Drenagem do Edifício "Aljustrel", Estrada de Minde -	Ajuste Directo	-----	2.350,00 €
EMP-DIV 67	Águas Pluviais - Execução de Ramal 160 mm - Rua São Paulo – Fátima	Ajuste Directo	-----	400,00 €
EMP-DIV 68	Conservação de Bens - Alteração de Ramal de Água, Rua Principal, Resouro - Urqueira	Ajuste Directo	-----	87,62 €
EMP-DIV 69	Conservação de Bens - Alteração de Boca de Incêndio e de Ventosa na Rua da Industria, Outeiro da Calcada - Gondemaria	Ajuste Directo	-----	66,53 €
EMP-DIV 70	Conservação de Bens - Alteração de Boca de Incêndio e de Ventosa na Rua do Forno - Cercal	Ajuste Directo	-----	91,40 €
EMP-DIV 71	Construção e beneficiação de Parques e Jardins - Arranjo do Largo junto à Escola dos Toucinhos	Ajuste Directo	-----	4.937,35 €
EMP-DIV 72	Ramais Domiciliários de Esgotos - Execução de Ramal 160 mm, Urbanização Pnhal Manso, Coroados – Seica	Ajuste Directo	-----	500,00 €
EMP-DIV 73	Remodelação da Rede de Esgotos - Túneis de Fátima - Ligação de Pluviais à Caixa n.º 26	Ajuste Directo	-----	4.784,81 €
EMP-DIV 74	Ampliação da Rede de Abastecimento de água - Beco dos Fogueteiros, Óbidos - Olival	Ajuste Directo	-----	398,38 €
EMP-DIV 75	Outros Investimentos - Climatização da Casa Mortuária – Ourém	Ajuste Directo	-----	
EMP-DIV 76	Remodelação do Sistema de Esgotos em Fátima - Ligação das Redes à Caixa n.º 15 dos Túneis	Ajuste Directo	-----	3.716,50 €
EMP-DIV 77	Complexo Desportivo de Fátima - Trabalhos decorrentes do aparecimento do algar no relvado	Ajuste Directo	-----	1.800,00 €
EMP-DIV 78	Complexo Desportivo de Fátima - Caixa de Ramal de MT ao Estádio de Fátima	Ajuste Directo	-----	450,00 €
EMP-DIV 79	Remodelação das Redes de Esgotos em Fátima - Ligação das Redes em Baixa à Caixa n.º 20 dos Túneis	Ajuste Directo	-----	2.066,60 €
EMP-DIV 80	Conservação de Bens - Alteração de Boca de Incêndio - Rua 9 de Junho - Caxarias	Ajuste Directo	-----	153,44 €
EMP-DIV 81	Conservação de Bens - Anulação de Boca de Incêndio e Construção de uma nova - Rua Vale de Leria / Mourã - Atouquia	Ajuste Directo	-----	413,22 €
EMP-DIV 82	Recuperação de Caminhos na Freguesia das Matas - Trabalhos Vários na Rua das Sismarias	Ajuste Directo	-----	2.587,50 €
EMP-DIV 83	Construção e beneficiação de Parques e Jardins - Trabalhos de Construção Civil - Gondemaria	Ajuste Directo	-----	4.908,86 €
EMP-DIV 84	Rede Viária e Sinalização - Beneficiação do CM 1001 (Espite / Freria)	Ajuste Directo	-----	4.940,00 €
EMP-DIV 85	Construção do Estádio de Fátima - Trabalhos Eléctricos	Ajuste Directo	-----	1.395,00 €
EMP-DIV 86	Construção do Estádio de Fátima - Colocação da Rede de Protecção de Bolas	Ajuste Directo	-----	3.509,58 €
EMP-DIV 87	Beneficiação e Recuperação de Estradas e Caminhos Municipais - Demolição / Beneficiação de Edificação que coloca em Perigo a Segurança Pública	Ajuste Directo	-----	4.044,72 €



Quadro – Contratos de empreitadas lançados a concurso em 2005 (continuação)

N.º	Designação da empreitada	Tipo	Estimativa de Concurso	Valor de Adjudicação
EMP-DIV 88	Estádio Municipal de Fátima - Protecção de Patamar e Abertura de Passagem para Deficientes, e Remates	Ajuste Directo	-----	620,00 €

* Propostas de Adjudicação

- Fiscalização

No âmbito das empreitadas referenciadas no quadro acima exposto, desenvolveram-se amplas acções de fiscalização, tendo em vista o acompanhamento das mesmas.

- Segurança e Higiene no Trabalho

Em 2005, desenvolveram-se os seguintes iniciativas;

- 1) Elaboração da planta de emergência para o Edifício Paços do Concelho;
- 2) Elaboração do modelo tipo de fichas de procedimento e segurança a implementar pela autarquia;
- 3) Levantamento dos equipamentos de protecção individual e fardamento para cada trabalhador afecto ao Sector de Administração Directa;
- 4) Elaboração do modelo de compilação técnica a implementar na autarquia;
- 5) Elaboração de inquérito de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho.

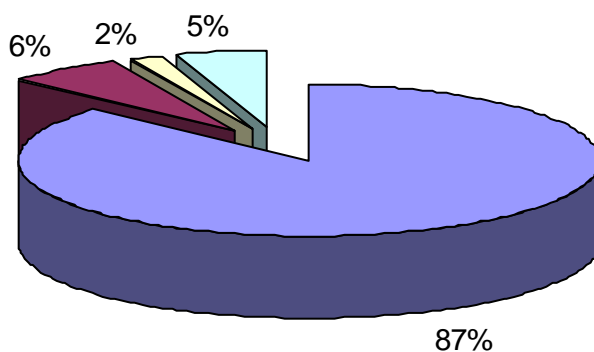
- Obras por administração directa

Trata esta vertente da acção da divisão das obras em que são executados os trabalhos com recurso aos meios humanos, de equipamento e de materiais do município, sendo talvez os trabalhos de beneficiação da rede viária, aqueles que mais visibilidade têm no público em geral, pela comodidade que geram na sua utilização e pela qualidade com que são realizados, dada a experiência que neste domínio tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos.



Estruturalmente, 87% dos trabalhos executados por administração directa reportam-se ao objectivo “Comunicações e Transportes”, sendo 6% relativos às “Instalações Municipais, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.

Gráfico - Estrutura das obras por administração directa por objectivo



■ Comunicações e Transportes ■ Instalações Municipais ■ Educação ■ Outros

- Protocolos com as Freguesias em matéria de rede viária

Quadro – Intervenções na rede viária ao abrigo de protocolos com Freguesias

Uni: euro

Designação	Área (m ²)	Custos de Pavimentação		Total
		Tratamento da Base	Massas Betuminosas	
Freguesia de Atouguia	22282,98	59.441,38	87.373,71	146.815,09
Freguesia de Caxarias	8134	71.626,25	32.536,00	104.162,25
Freguesia de Cercal	7592,5	17.332,50	30.370,00	47.702,50
Freguesia de Espite	19933	118.818,75	86.930,00	205.748,75
Freguesia de Freixianda	23319	97.005,00	93.276,00	190.281,00
Freguesia de Gondemaria	11990	75.874,00	47.960,00	123.834,00
Freguesia de Matas	14784	63.185,00	59.134,00	122.319,00
Freguesia de Olival	29130	87.620,00	116.520,00	204.140,00
Freguesia de Ribeira do Fárrio	8823	37.350,00	35.872,00	73.222,00
Freguesia de Urqueira	10290	32.087,75	41.161,00	73.248,75



Efectuaram-se trabalhos de pavimentação das vias tuteladas pelas Freguesias, mediante protocolo que oportunamente foi celebrado com o município, em que, de um modo geral, aquelas autarquias se comprometeram a adjudicar, nos termos legais, a empreitada de preparação da via, tendo os serviços municipais procedido à colocação de massas betuminosas por administração directa.

Divisão de Ordenamento do Território

- Auditoria da Qualidade

Em 24 de Março de 2005 verificou-se a recepção do Certificado de Conformidade e do Certificado IQNET (certificado internacional) com o n.º 2004/CEP2390, colmatando o processo de certificação da qualidade da Divisão de Ordenamento do Território ao abrigo da Norma NP EN ISSO 90001:2000. Esta acção implicou várias alterações no modo de funcionamento desta divisão, particularmente por observância aos seguintes vectores: satisfação do munícipe; cumprimento da legislação; formação e inovação e modernização.

Em resultado da existência de nova legislação e novos normativos, alteraram-se procedimentos e implementaram-se novos serviços, circunstância induzida por observância à legislação incidente sobre o Licenciamento de Postos de Combustível, o Licenciamento Industrial e o Licenciamento de Pedreiras.

Quadro – Evolução dos serviços prestados pela DOT

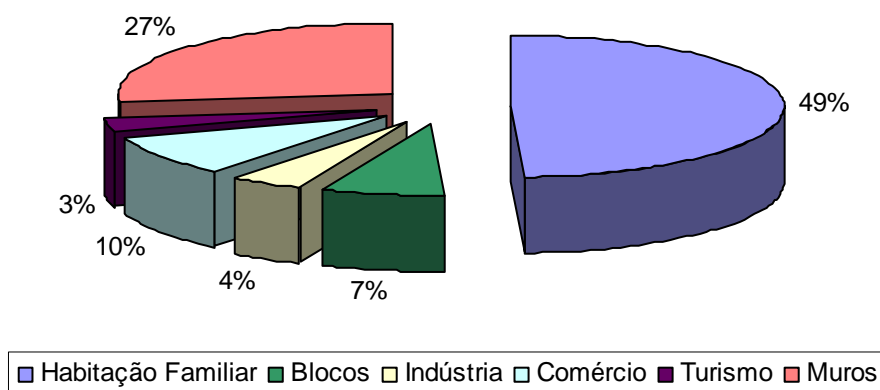
Descrição	2004	2005	Var. (%)
Requerimentos	4.280	4.314	0,79
Projectos de arquitectura	685	696	1,61
Total de Atendimentos (Ourém)	--	8.554	--
Manhã	--	4.519	--
Tarde	--	4.035	--
Total de Atendimentos (Fátima)	--	303	--
Total de Atendimentos	--	8.857	--



O número de requerimentos e de projectos de arquitectura, sofreu uma variação pouco significativa. O número total de atendimentos situou-se em 8.857, dos quais 303 respeitam à delegação de Fátima.

Sob o ponto de vista da representatividade, 49% dos projectos respeitam à categoria de habitação familiar e 27% à execução de muros.

Gráfico - Estrutura dos projectos por tipo



Projecto de Requalificação de Ourém e Fátima

A actividade desenvolvida neste projecto consistiu, essencialmente, no acompanhamento dos planos de pormenor em elaboração.

Divisão de Educação Desporto e Cultura

- Educação

Comemoração do “Dia Mundial da Criança”

Esta comemoração tem sido realizada todos os anos, por altura do dia 1 de Junho, procurando envolver todas as crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo. Em 2005, a Festa da Criança realizou-se no novo Estádio Municipal de Fátima, nos dias 1, 2 e 3 de Junho, envolvendo a participação de 3076 crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo,



transportadas em 14 autocarros por dia, cedidos pela Rodoviária do Tejo e pelo Centro de Estudos de Fátima. O programa de actividades incluiu a realização de 40 jogos pré-desportivos, distribuídos em todo o relvado, 3 insufláveis, distribuição de lanches a todas as crianças (colaboração de várias empresas) e ainda a participação, como monitores das actividades, de alunos do ensino secundário do concelho. Durante este evento, foram distribuídos 5 “kit’s” de material desportivo a cada agrupamento de escolas, (total = 600 bolas, 300 arcos e 300 cordas).

Comemoração do “Dia Mundial do Professor”

No início de cada ano lectivo, tornou-se já tradicional organizar uma recepção aos docentes em serviço no Concelho de Ourém, associada a uma homenagem aos docentes aposentados durante o ano lectivo anterior. Em 2005, a comemoração do dia do professor efectuou-se no dia 15 de Setembro, com a realização de um colóquio sobre Arqueologia e caracterização educativa do Concelho de Ourém, para além da atribuição de distinções aos docentes aposentados durante o último ano. Realizou-se em seguida o lanche convívio, no “Arte Café” do Parque Linear. Esta comemoração do Dia do Professor teve uma participação de docentes muito inferior ao habitual, presumivelmente por se ter realizado em período Pós-laboral, ou seja, a partir das 17 horas

Festival de Música Inter-Escolas

O Festival de Música Inter-Escolas é um evento que procura envolver as crianças e jovens de todos os níveis de ensino, numa actividade lúdica de grande impacto junto das crianças, das respectivas famílias e dos docentes. Organizados por escalões etários, os estudantes das várias escolas têm assim oportunidade de mostrar em público as suas capacidades vocais e interpretativas, o que contribui para a sua formação integral e, por vezes, para a descoberta de bons valores artísticos.

Em 2005 houve uma participação de vencedores do Festival de Música em Czestochowa (2 elementos e um acompanhante) e o Festival de Música Inter-escolas teve participações da Polónia, de França e de Malta.



Pela primeira vez, o festival realizou-se em Ourém (escalões D e E) e Fátima (escalões A, B e C), o que se revelou adequado, já que os alunos mais velhos envolvem um menor número de assistentes, o que é comportável no Cine-Teatro Municipal de Ourém; o público que assistiu ao espectáculo dos escalões A, B e C (pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo) seria incomportável no Cine-Teatro de Ourém, pelo que continua a ser necessário realizar este espectáculo no Centro Pastoral Paulo VI. Os espectáculos incluíram ainda a participação de grupos não concorrentes de dança, hip-hop e percussão.

Fórum Estudante do Centro

Inicialmente previsto apenas para alunos do Ensino Secundário, este evento desenvolveu-se nesta segunda edição, passando a envolver também os alunos do 9º ano, tendo em vista prestar informações sobre as possibilidades de prosseguimento de estudos logo após a escolaridade obrigatória. Assim, a segunda edição do Fórum Estudante do Centro teve a participação de 40 universidades e Institutos Superiores e de 12 Escolas Profissionais e Instituições de emprego, para além da animação de várias tunas académicas. De salientar a colaboração do Centro de Estudos de Fátima, e o envolvimento como organizadores, da Escola Secundária de Ourém, Escola Profissional de Ourém e Colégio de S.Miguel.

Carta Educativa

Para a elaboração deste importante documento de planeamento educativo, em execução pela AMAE, foi analisado, em reunião realizada no dia 14 de Setembro de 2005 naquela Associação de Municípios, o projecto da Carta Educativa do concelho de Ourém, elaborado pela empresa PROGITAPE.

Serviços de Apoio à Família



No âmbito do desenvolvimento da educação pré-escolar, foram criados os serviços de apoio à família, tendo como objectivo criar condições para o alargamento de horário e o fornecimento de refeições às crianças daqueles estabelecimentos educativos.

Celebrado um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Segurança Social e a Autarquia, efectua-se anualmente a candidatura para a realização destes serviços e posterior transferência, por parte da DREL, das verbas correspondentes aos mesmos. Os serviços de apoio à família estão activos em todos os 40 jardins de infância existentes na área do Município de Ourém. No sentido de regularizar todos os serviços e garantir a sua qualidade, o Executivo Municipal deliberou celebrar protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social e com outras associações legalmente constituídas. Também a necessidade de instalações levou a autarquia a solicitar a algumas associações, Freguesias e igrejas, a cedência, mediante protocolo, das instalações necessárias à prossecução dos Serviços de Apoio à Família.

Leite Escolar

O programa de leite escolar envolve a distribuição de leite pelas escolas do 1º ciclo e jardins de infância (actualmente num total de 115 estabelecimentos)

Internet nas Escolas

Durante o ano de 2005, foi preparado todo o processo de migração das ligações Internet das escolas para Banda Larga, assim como a proposta de ligação de redes informáticas internas nas escolas, de forma a permitir a ligação de todas as salas através de uma única ligação. Este processo prolongou-se para o ano de 2006.

Candidatura ao PRODEP III

No ano em relato, foi concluído o processo da candidatura ao PRODEP III. Este processo consistiu em apetrechar as escolas do 1º CEB com computadores, à razão de 1 computador e uma impressora por cada sala de aula, e software educativo. Foi



ainda possível, tendo em conta a verba aprovada, apetrechar algumas escolas de maior dimensão com computadores e impressoras multifunções para as respectivas bibliotecas, tendo-se cômputo total, colocado 71 conjuntos (computador e impressora).

Controlo alimentar

Com a colocação na DEDC de uma técnica de controlo alimentar, tem sido efectuado um acompanhamento do processo de controlo da qualidade alimentar dos serviços de apoio à família e das cantinas escolares, assim como a concepção de documentos de apoio e sugestões de ementas, conducentes à segurança e ao equilíbrio alimentar das crianças.

Manutenção de estabelecimentos educativos

A realização de pequenas reparações em edifícios escolares tem representado, para o Município de Ourém, uma preocupação constante, quer pela vontade sempre presente de proporcionar aos alunos boas condições de aprendizagem, quer pelo grande número de estabelecimentos existentes, quer ainda pela dificuldade de ter ao dispor equipas multifacetadas que possam responder, em tempo útil, às inúmeras solicitações que chegam quase todos os dias. Para procurar resposta eficaz a este problema, e procurando diminuir os circuitos burocráticos sempre existentes, o Município apostou na realização deste tipo de reparações através da Ambiourem, EM.

Aulas de Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico

Em Agosto de 2005, demos seguimento à proposta do Ministério da Educação, no sentido de organizar as aulas de inglês para todos os alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB. A candidatura foi aprovada, tendo o serviço sido consignado a duas escolas de línguas de Ourém. Foram organizadas 58 turmas, estando envolvidos 1073 alunos de todo o concelho. Foi ainda necessário articular os transportes, para que as turmas tivessem um número sustentável de alunos.

Refeições do 1º Ciclo do Ensino Básico



Até ao final de Dezembro, foi efectuada a candidatura ao apoio para refeições do 1º CEB. A regra será o pagamento, pelos alunos, de 1.34€, prevendo-se a comparticipação do Município em 0.58€ e do Ministério da Educação em 0.58€. Para este programa foi ainda necessário preparar protocolos com os prestadores do serviço de refeições, designadamente IPSS, Associações de Pais e Verourém, EM.

Desporto

Em 2005, continuo a manter-se a realização da Corrida da Liberdade, no dia 25 de Abril, que conta com a participação de atletas de toda a área do Município, bem como uma prova de cicloturismo, a qual decorreu durante as Festas da Cidade.

Neste âmbito destacam-se ainda os seguintes eventos:

- 1) Colóquio sobre futebol e arbitragem: Por proposta da AFSantarém, contando com a presença do ex-treinador e jogador do Benfica Toni, do árbitro e comentador Jorge Coroado e do jogador Kennedy.
- 2) Torneio – 80 anos da associação de futebol de Santarém.
- 3) Dia Mundial do Coração
- 4) Inauguração do Estádio Municipal – Fátima: Jogo de futebol entre o Clube Desportivo de Fátima e o Futebol Clube do Porto (entre outros eventos).
- 5) Percursos pedestres (com o envolvimento da estrutura da local da Quercus.
- 6) Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo: Centro Cultural e Desportivo de Caxarias, Centro Desportivo de Fátima, Grupo de Atletismo de Fátima, Casa do Povo de Fátima, Grupo Desportivo de Freixianda, Clube Atlético Ouriense, Juventude Ouriense, Grupo Desportivo e Cultural de Seiça e Pinheiro e Cabiçalva.

Cultura

1ª Festa do Vinho Novo



A primeira Festa do Vinho novo, levada a efeito pelo município, realizou-se pela primeira vez em Janeiro de 2005. Esta actividade, destinada a promover a visibilidade e qualidade da produção vinícola do Concelho de Ourém, foi articulada com o Centro de Negócios e com a Vitiourém. Dela fizeram parte as provas de vinhos, a mostra gastronómica e um programa de animação com Pedro Tochas, Ronda dos Quatro Caminhos e Quim Barreiros.

Casa Portuguesa

Nos dias 10 e 11 de Fevereiro, foi gravado, no cine-teatro Municipal de Ourém, um programa televisivo, posteriormente transmitido pela RTP internacional, contando com o envolvimento de diversas personalidades e grupos culturais locais.

Carnaval

Como habitual, realizou-se em 2005, o desfile de Carnaval e o Baile de Máscaras, com atribuição de prémios aos participantes e vencedores e a realização de um baile de máscaras.

Via Sacra ao Vivo

Esta actividade, que veio a revelar-se de grande impacto para a recuperação de tradições religiosas e para a promoção da Zona Histórica de Ourém, é desenvolvida em colaboração com várias entidades (Paróquia de N.^a Sr.^a das Misericórdias, Freguesia de N.^a Sr.^a das Misericórdias e Região de Turismo de Leiria-Fátima) e conta com a participação de 80 figurantes. A visibilidade externa do município devida a esta actividade foi muito significativa, não só pelos visitantes que atraiu mas também pelas participações de um dos “actores” do evento em vários programas televisivos de âmbito nacional.

Adicionalmente, tem sido introduzida a ideia de “Semana Santa em Ourém”, a qual englobou a programação de várias actividades complementares.



CENOURÉM

Actualmente a Cenourém conta com a participação de 8 grupos de teatro divididos por outras tantas semanas de espectáculos (5ª e 6ª feiras) Por impossibilidade de os grupos terem novas peças preparadas em tempo útil, não se iniciou a Cenourém em Novembro, como habitualmente. Em alternativa, os grupos participantes iniciaram actuações pelas várias freguesias, apresentando as peças já preparadas, o que possibilitou que as mesmas fossem apreciadas por outras pessoas.

Festas da Cidade e do Concelho

Em 2005, as Festas da Cidade contaram com uma significativa renovação de formato. Pela primeira vez, introduziu-se o conceito de entradas pagas, a preços simbólicos, o que permitiu investir mais no programa de animação.

Complementarmente às habituais participações das colectividades locais, foram negociados espectáculos em “Pacote”, o que permitiu a contratação de artistas de primeiro plano a nível nacional (Banda Eva, Tony Carreira e D’ZRT e Pedro Tochas). Além disso, foi ainda possível a instalação de uma tenda jovem, com a montagem de uma discoteca.

Durante as Festas da Cidade manteve-se a mostra de artesanato, tendo-se alargado o âmbito à participação de artesãos de fora do concelho, o que se revelou muito positivo, pela variedade que trouxe ao evento e pela visibilidade exterior criada. Manteve-se o funcionamento de “Tasquinhas”, o que representa sempre um grande factor de atracção de público. Destaca-se ainda a inauguração da sala Sala Luso-Galaica, com a realização de uma exposição de pintura de vários artistas de nível internacional (José Guimarães, Malangatana, Roberto Chichorro, entre outros).

Biblioteca

Em 2005, continuou a efectuar-se a informatização do espólio bibliográfico da Biblioteca, trabalho muito moroso e minucioso, que envolve o registo exaustivo de



todos os títulos, em programa próprio. Até final de 2005 estavam registados 11000 títulos. A biblioteca registou um total de 11941 utilizadores, sendo 6759 utilizadores da Internet, 3693 de leitura domiciliária e 1489 leitores presenciais.

Galeria de Exposições

Na Galeria de exposições, em funcionamento na Zona Histórica de Ourém, procurou-se promover a realização de exposições temporárias, de acordo com o regulamento estabelecido, tendo-se realizado 12 exposições, ou seja, à média de uma por mês. A sala Luso-Galaica, contou com a realização de duas exposições.

Património

A exemplo do já ocorrido em anos anteriores, realizaram-se, pela terceira vez, as Férias Arqueológicas, as quais implicaram a realização de sondagens no Castelo, tendo em vista o estudo conducente à intervenção de musealização e outros estudos importantes para o conhecimento da História de Ourém.

Destaca-se ainda o desenvolvimento programático do Museu Municipal (Núcleo museal – Casa do Administrador e Castelo/Paço do Conde), a edição do livro “D. Afonso, IV Conde de Ourém” de João Silva de Sousa e a elaboração do guião do vídeo documental “Ourém – Ciclos agrícolas”.

Acção Social

A área de acção social mereceu sempre alguma atenção, nomeadamente através do acompanhamento da medida Rendimento Social de Inserção, do relacionamento com as IPSS apoiadas pela Município de Ourém, da colaboração pontual com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e de outras acções.

Em Julho de 2005, realizou-se pela terceira vez, o Passeio dos Idosos (Peso da Régua), contando com a colaboração das Freguesias, do Centro de Saúde e dos alunos da Escola Profissional de Ourém, tendo participado 2550 pessoas.



Adicionalmente, realizou-se no dia 30 de Setembro o Dia do Idoso, envolvendo a participação da generalidade das IPSS locais.

Foi ainda possível estreitar contactos com as IPSS ligadas à deficiência, envolvendo-as num espectáculo realizado nas Festas da Cidade.

A partir da ocorrência dos incêndios que afectaram gravemente a área do Município de Ourém durante o verão de 2005, foi inevitável encetar várias medidas de emergência inadiáveis, para apoiar as famílias atingidas, designadamente no apoio durante os incêndios (evacuação, assistência nos cuidados básicos de alimentação e saúde) e após os mesmos (levantamento dos danos, apoio directo às famílias através de encaminhamento para serviços de segurança social e saúde, candidaturas para reconstrução de habitações ardidas, relacionamento com a Caritas, com o BES, com o INH e a Fundação Calouste Gulbenkian).

Juventude

Neste âmbito desenvolveram-se candidaturas para Ocupação dos Tempos Livres na Zona Histórica, na Biblioteca, nas Piscinas e, mais recentemente, no Espaço Internet.



3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Impostos directos	4.476.517,09	5.060.295,13	13,04	5.624.785,01	11,16
Imposto municipal sobre imóveis	1.972.120,95	1.909.320,49	-3,18	2.340.526,49	22,58
Impostos municipal sobre veículos	360.802,76	395.917,80	9,73	595.625,45	50,44
Impostos municipal sobre transmissões	1.255.682,60	994.052,18	-20,84	1.388.857,70	39,72
Derrama	887.910,78	1.248.701,50	40,63	924.760,24	-25,94
Impostos abolidos	0,00	512.303,16	--	375.015,13	-26,80
Impost. indirectos, taxas, multas ...	1.315.027,00	1.508.537,73	14,72	1.629.041,75	7,99
Mercados e feiras	82.701,39	95.025,54	14,90	102.408,51	7,77
Loteamentos e obras	955.659,25	1.213.851,88	27,02	906.824,62	-25,29
Ocupação da via pública	3.307,19	2.531,36	-23,46	2.962,30	17,02
Publicidade	22.206,68	41.411,88	86,48	31.446,84	-24,06
Saneamento	0,00	0,00	--	407.812,00	--
Outras	251.152,49	155.717,07	-38,00	177.587,48	14,04
Rendimentos de Propriedade	1.267.226,09	831.258,84	-34,40	1.680.652,17	102,18
Transferências correntes	7.042.883,64	7.309.282,12	3,78	8.123.406,57	11,14
Administração Central - Estado	6.747.602,04	7.032.699,11	4,23	7.811.328,61	11,07
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	55.345,83	39.132,54	-29,29	65.729,87	67,97
Outras (transferências correntes)	239.935,77	237.450,47	-1,04	246.348,09	3,75
Venda de bens e serviços correntes	667.979,82	1.085.520,46	62,51	1.289.533,03	18,79
Venda de bens	77.418,59	66.486,27	-14,12	88.225,04	32,70
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	39.530,56	30.969,55	-21,66	91.974,74	196,98
Saneamento - Ligação	101.079,93	97.771,03	-3,27	139.251,27	42,43
Resíduos Sólidos	227.458,55	745.196,29	227,62	753.226,83	1,08
Trabalhos por conta de particulares	169.165,72	80.121,02	-52,64	80.589,07	0,58
Cemitérios	17.125,80	22.274,00	30,06	13.273,60	-40,41
Parques de estacionamento	14.395,92	11.035,71	-23,34	24.658,08	123,44
Rendas	9.910,01	10.090,26	1,82	62.851,15	522,89
Outras (venda de bens e serv. correntes)	11.894,74	21.576,33	81,39	35.483,25	64,45



Quadro – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Outras receitas correntes	113.430,50	248.943,78	119,47	576.476,38	131,57
Venda de bens de investimentos	38.777,56	73.098,56	88,51	289.298,14	295,76
Transferências de capital	9.327.933,99	8.775.541,69	-5,92	7.122.572,27	-18,84
Administração Central - Estado	4.577.950,00	5.009.388,88	9,42	5.118.973,59	2,19
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	4.749.983,99	3.723.697,87	-21,61	1.946.206,33	-47,73
Outras (transferências de capital)	0,00	42.454,94	--	57.392,35	35,18
Activos financeiros	0,00	0,00	--	0,00	--
Passivos financeiros	1.482.886,63	1.521.144,37	2,58	2.796.689,60	83,85
Outras receitas de capital	20.572,24	0,00	-100,00	2.570,89	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	--	6.631,53	--
Total	25.753.234,56	26.413.622,68	2,56	29.141.657,34	10,33
Total ¹	24.231.570,37	24.819.379,75	2,43	26.055.669,60	4,98

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento e de passivos financeiros)

Quadro – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Receitas Correntes	14.883.064,14	16.043.838,06	7,80	18.923.894,91	17,95
Receitas de Capital	10.870.170,42	10.369.784,62	-4,60	10.211.130,90	-1,53
Outras receitas	0,00	0,00	--	6.631,53	--
Total das Receitas Liquidadas	25.753.234,56	26.413.622,68	2,56	29.141.657,34	10,33

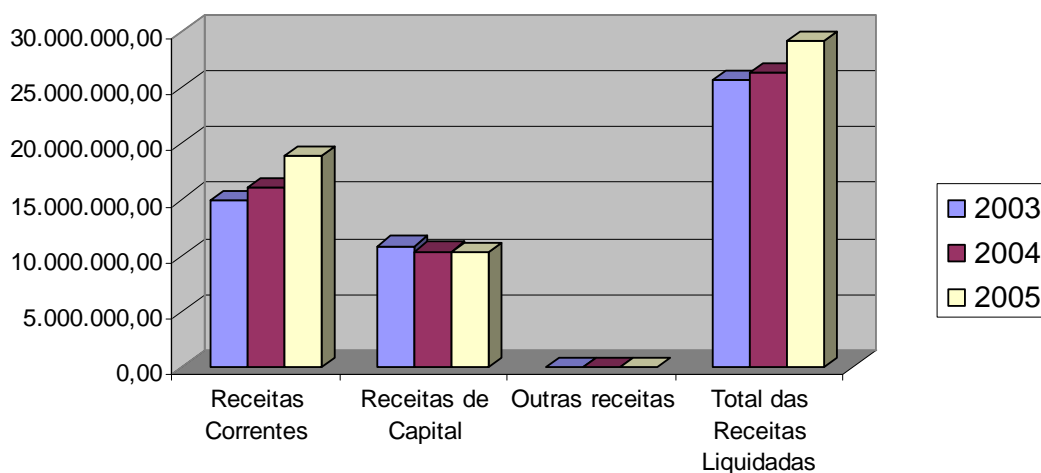
No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifestam um significativo aumento de 10,3%, face ao valor registado no ano anterior, reforçando a tendência de crescimento verificada no ano anterior. Contudo, será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento e de passivos financeiros, o crescimento foi mais moderado (na ordem dos 5%).

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um acréscimo em aproximadamente 2,7 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor ligeiramente superior a 29,1 milhões de euros.



As receitas correntes apresentam um aumento em aproximadamente 18%, em detrimento de uma variação negativa em 1,5% ocorrida nas receitas de capital.

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



Impostos directos

Compreende as receitas advindas dos impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o imposto municipal sobre imóveis, o imposto municipal sobre veículos, o imposto municipal sobre transmissões e a derrama.

As receitas relativas a estes impostos, apresentam um acréscimo em aproximadamente 11%, essencialmente por influência do forte aumento ocorrido no imposto municipal sobre imóveis (22,6%), no imposto municipal sobre veículos (50,4%) e no imposto municipal sobre transmissões (39,7%). Em sentido inverso, realça-se um decréscimo em 25,9% ocorrida na Derrama.

Impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indirectos, compreendem as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais,



nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um aumento em cerca de 8%, essencialmente por influência das cobranças reportadas à taxa de saneamento. O aumento referenciado, compensou a forte diminuição ocorrida nas receitas relativas a loteamentos e obras (-25%), que em termos absolutos representou uma diminuição das liquidações na ordem dos 307 mil euros. As receitas relativas a mercados e feiras continuaram a sua toada de crescimento (7,8%) atingindo em 2005, um valor ligeiramente superior a 102 mil euros.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um aumento destas receitas em 102%. No entanto, importa realçar que, em 2004, a liquidação relativa à renda de concessão da energia eléctrica à EDP reportada ao 4º Trimestre/2004, apenas foi liquidada em 2005. Note-se que as regras orçamentais não contemplam o princípio da especialização do exercício, mas têm em observância uma óptica de fluxos de caixa, ou seja, o recebimento. Deste modo, a liquidação orçamental na receita, reporta-se sempre à data vigente no documento e não ao período a que o valor respeita.



Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram um acréscimo de 11% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento em igual percentagem, das transferências correntes provenientes da Administração Central. Note-se que, parte destas transferências correntes, estão relacionadas com um apoio directo de determinadas despesas correntes, nomeadamente as que concernem a competências transferidas para os municípios, designadamente no âmbito dos acordos de colaboração do ensino pré-escolar e dos transportes escolares.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Face ao ano anterior, ocorreu um aumento em 18,8%, repercutindo essencialmente, os aumentos verificados ao nível da venda de bens (33%), serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto (197%), ligação ao saneamento (42%) e rendas (523%). Com uma forte quebra, apenas há a registar a diminuição das receitas relacionadas com cemitérios (-40%).

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas, sofreram um aumento em 132%, que em termos absolutos significou uma variação positiva em aproximadamente 327,5 mil euros, fortemente influenciadas pelos reembolsos de despesas correntes que advém das empresas municipais.



Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam um aumento em 296%. Em termos absolutos, a variação representa um valor próximo dos 216 mil euros e deriva essencialmente da alienação de terrenos.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2005 apresenta um decréscimo próximo dos 19%, em resultado da diminuição em cerca de 48% ocorrida nos valores auferidos relativos a fundos comunitários de capital. Importa salientar o aumento ocorrido nas transferências de capital, resultantes da Administração Central (2,2%).

Activos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação.

Não ocorreu qualquer variação nestas receitas, tendo estas sido nulas nos últimos períodos económicos.

Passivos Financeiros



Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas, cujo efeito é extraordinário, registou-se um aumento em cerca de 84% das receitas provenientes da contratação de empréstimos a médio e longo prazo. A variação ocorrida, encontra-se fortemente influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo, que no decurso de 2005, totalizou um acumulado próximo de 1,7 milhões de euros. Ocorre que no que concerne ao empréstimo de curto prazo, não transita qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, pelo que se reflecte igual montante no orçamento da despesa, inclusive no pagamento.

Deste modo, face ao exposto, só se deverão considerar as receitas extraordinárias resultantes de empréstimos de médio e longo prazo, as quais significaram no período um valor na ordem dos 1,1 milhões de euros. Esta circunstância (excluindo os efeitos reportados ao empréstimo de curto prazo), deriva numa diminuição destas receitas em cerca de 25% que, em termos absolutos, significou uma quebra no volume destes recebimento na ordem dos 384 mil euros.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receitas, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano de económico de 2005 e em similaridade com os exercícios anteriores, o nível destas receitas é pouco expressivo, registando um valor ligeiramente superior a 2,5 mil euros.

Reposições não abatidas aos pagamentos



Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

No decurso do ano em reporte, registaram-se reposições abatidas aos pagamentos na ordem dos 6,6 mil euros.

3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Despesas com pessoal	4.424.571,36	4.539.010,84	2,59	4.883.208,64	7,58
Remunerações certas e permanentes	3.451.635,60	3.628.200,77	5,12	3.908.344,94	7,72
Abonos variáveis ou eventuais	142.113,07	123.856,07	-12,85	120.683,87	-2,56
Segurança social	830.822,69	787.780,76	-5,18	854.179,83	8,43
Aquisição de bens	1.530.946,64	1.570.937,93	2,61	2.168.397,33	38,03
Matérias-Primas e subsidiárias	111.194,63	223.468,91	100,97	641.768,84	187,18
Combustíveis e lubrificantes	303.214,31	306.789,22	1,18	409.882,52	33,60
Material de escritório	105.648,93	66.835,44	-36,74	109.492,56	63,82
Material de transporte-peças	42.722,91	40.967,65	-4,11	42.710,20	4,25
Iluminação Pública	657.341,57	572.492,54	-12,91	686.807,56	19,97
Outros bens	310.824,29	360.384,17	15,94	277.735,65	-22,93
Aquisição de serviços	5.070.464,55	5.141.280,77	1,40	6.229.127,42	21,16
Encargos das instalações	358.876,57	380.373,41	5,99	446.047,33	17,27
Conservação de bens	228.223,00	261.585,12	14,62	377.113,99	44,16
Locação de edifícios	153.297,70	167.098,65	9,00	168.472,73	0,82
Comunicações	88.218,81	84.685,66	-4,00	95.110,83	12,31
Transportes	779.951,11	723.077,86	-7,29	769.020,29	6,35
Seguros	50.887,48	67.973,70	33,58	65.384,50	-3,81
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	333.123,97	488.770,06	46,72	368.120,04	-24,68
Publicidade	78.974,54	87.086,79	10,27	94.816,56	8,88
Vigilância e segurança	35.648,25	46.683,47	30,96	42.192,91	-9,62
Assistência Técnica	32.215,45	41.706,66	29,46	46.361,33	11,16



Quadro – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Despesa	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Encargos de cobrança	77.269,58	95.651,51	23,79	101.784,89	6,41
Conserv. manut. de espaços verdes	133.941,55	179.339,84	33,89	402.320,36	124,33
Exploração e manutenção de ETAR's	22.131,64	301.789,44	1263,61	329.693,18	9,25
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1.675.022,77	1.556.240,24	-7,09	1.941.967,28	24,79
Outros serviços	1.022.682,13	659.218,36	-35,54	980.721,20	48,77
Juros e outros encargos	475.094,89	361.222,70	-23,97	440.422,22	21,93
Transferências correntes	1.863.118,45	1.704.839,98	-8,50	1.420.914,77	-16,65
Administração Local	786.384,65	740.066,45	-5,89	409.456,45	-44,67
Instituições sem fins lucrativos	1.072.288,80	954.877,68	-10,95	1.003.567,92	5,10
Outras (transferências correntes)	4.434,00	9.895,85	123,18	7.890,40	-20,27
Subsídios	0,00	121.064,88	--	147.120,41	21,52
Outras despesas correntes	229.068,88	82.679,77	-63,91	420.123,75	408,13
Aquisição de bens de capital	12.781.525,62	19.175.969,15	50,03	18.267.240,40	-4,74
Investimentos	5.574.404,06	8.817.257,87	58,17	6.907.125,79	-21,66
Locação financeira	167.123,47	161.478,78	-3,38	154.410,55	-4,38
Bens de domínio público	7.039.998,09	10.197.232,50	44,85	11.205.704,06	9,89
Transferências de capital	1.102.743,75	1.340.386,87	21,55	1.844.163,11	37,58
Administração Local	186.720,17	729.184,54	290,52	882.776,13	21,06
Instituições sem fins lucrativos	905.340,80	575.502,33	-36,43	961.386,98	67,05
Outras (transferências capital)	10.682,78	35.700,00	234,18	0,00	-100,00
Activos financeiros	1.953,00	87.500,00	4380,29	50.000,00	-42,86
Passivos financeiros	663.514,71	1.138.077,96	71,52	2.894.190,68	154,31
Outras despesas de capital	0,00	95.174,00	--	73.469,00	-22,81
Total	28.143.001,85	35.358.144,85	25,64	38.838.377,73	9,84

Quadro – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

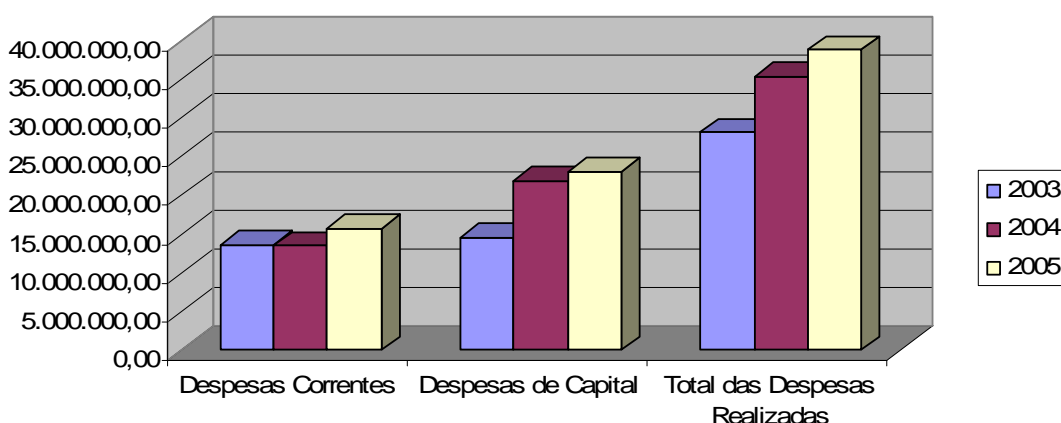
uni: Euro

Descrição da Despesa	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Despesas Correntes	13.593.264,77	13.521.036,87	-0,53	15.709.314,54	16,18
Despesas de Capital	14.549.737,08	21.837.107,98	50,09	23.129.063,19	5,92
Total das Despesas Realizadas	28.143.001,85	35.358.144,85	25,64	38.838.377,73	9,84



No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem um aumento em 9,8%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor absoluto obtido na ordem dos 38,8 milhões de euros. As despesas correntes denotam um acréscimo em aproximadamente 16%, sendo o crescimento das despesas de capital mais moderado (5,9%).

Gráfico - Resumo das Despesas realizadas



Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza, apresentam um crescimento na ordem dos 7,6%, embora os abonos eventuais ou variáveis tenham sofrido um quebra em cerca de 2,6%, atingindo em termos absolutos totais, um valor próximo dos 4,9 milhões de euros.



Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2005, regista um marcado aumento destas despesas (38%). Com uma variação positiva, destacam-se as despesas com matérias-primas e subsidiárias (187%), combustíveis e lubrificantes (34%), material de escritório (64%) e iluminação pública (20%). Contudo, importa reter que as despesas reportadas a matérias-primas concernem tendencialmente a investimentos efectuados por administração directa, pelo que a natureza destas despesas transpõe o conceito de despesas correntes. Deste modo, excluindo o efeito das matérias-primas e subsidiárias do presente capítulo, as despesas correntes sofreram um aumento na ordem dos 13%. Em termos absolutos, a aquisição de bens significa um valor superior a 2,1 milhões de euros.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efectuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transporte, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras eventuais despesas.

Face a 2004, o ano económico de 2005 regista uma significativa variação positiva em 21%, traduzindo, essencialmente, o aumento verificado nas despesas relacionadas com encargos de instalações (17%), conservação de bens (44%), comunicações (12%), transportes (6,4%), publicidade (8,8%), assistência técnica (11%), encargos de cobrança (6,4%), conservação de espaços verdes (124%) exploração e manutenção



de ETAR's (9,3%) e recolha, transporte e tratamento RSU's (25%). O aumento verificado é em larga medida, induzido pelo início em funcionamento de novas infra-estruturas, equipamentos e subseqüentemente de novos serviços, os quais impelem a emergência de novas despesas de funcionamento. Em oposição, verifica-se um decréscimo das despesas relativas a estudos, pareceres, projectos e consultadoria (25%), vigilância e segurança (9,6%) e seguros (3,8%). Em termos absolutos, as despesas com a aquisição de bens e serviços representam um montante ligeiramente superior a 6,2 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma aumento próximo dos 22%, contudo, manifesta um valor absoluto (440 mil euros) inferior ao verificado em 2003. O aumento repercute em parte, o aumento verificado no último trimestre, ao nível das taxas de juro.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza, diminuiram 17%, por força do decréscimo verificado nas transferências correntes efectuadas para a administração local (45%), embora tenham aumentado as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos (5,1%).

Subsídios



Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou factores de produção.

Estas despesas sofreram um aumento em 21% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas à empresa municipal VEROURÉM, dada a prática de preços sociais (inferiores aos custos) em determinados equipamentos, cuja responsabilidade de gestão, incide sobre a referida entidade. Em termos absolutos, as despesas reportadas a subsídios significam um valor na ordem dos 147 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, a qual sofreu uma variação positiva próxima dos 408% que em termos absolutos representa uma variação na ordem dos 337 mil euros. A circunstância constatada, deve-se substancialmente, ao volume de restituições de impostos e taxas ocorrido, o qual reporta na sua maioria, a incorrecções nas liquidações efectuadas pela IGF (Inspeção Geral de Finanças), particularmente ao nível do imposto municipal sobre veículos.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando por regra um aumento do activo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2005 e por comparação ao ano anterior, assinala um ligeiro decréscimo destas despesas em 4,7% que, em termos absolutos,



significa um variação na ordem dos 908 mil euros, para um total de despesas desta natureza próximo dos 18,3 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas, continuam a manifestar uma forte tendência de crescimento (38%), destacando-se o acréscimo do volume de transferências concedidas para as instituições sem fins lucrativos (67%) e para a administração local (21%).

Activos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, as quais denotaram uma variação absoluta em aproximadamente 85,5 mil euros, os quais se deverão à participação deste Município no capital de empresas que visam desenvolver parcerias público-privadas.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente, amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas, apresentam um aumento em 154%. Contudo, e por analogia às constatações referenciadas ao nível das receitas relativas a passivos financeiros, particularmente no que respeita à amortização do empréstimo de curto prazo, a variação referente à amortização de empréstimos de médio e longo prazo sofreu uma ligeira diminuição (1,2%). Em termos absolutos totais, a amortização de empréstimos



de médio e longo prazo representou um valor ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Rubrica de natureza residual.

3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Educação	2.168.534,88	1.425.212,18	-34,28	1.197.640,51	-15,97
Educação Pré-Escolar	1.138.793,04	1.129.463,54	-0,82	723.359,05	-35,96
Ensino Básico	886.897,79	257.400,67	-70,98	216.391,06	-15,93
Ensino Secundário e Profissional	89.151,35	31.755,17	-64,38	250.000,00	687,27
Ensino Superior	38.796,10	0,00	-100,00	0,00	--
Acções de Cooperação	14.896,60	6.592,80	-55,74	7.890,40	19,68
Cultura, Desporto e Tempos Livres	3.475.492,54	4.456.761,08	28,23	6.180.343,49	38,67
Cultura	506.028,57	413.419,87	-18,30	625.533,60	51,31
Desporto e lazer	2.353.217,66	3.354.457,10	42,55	5.518.689,31	64,52
Património	616.246,31	670.278,29	8,77	36.120,58	-94,61
Acção Social	62.690,18	22.500,00	-64,11	19.305,29	-14,20
Habituação e Urbanismo	1.863.549,02	2.873.072,10	54,17	982.388,88	-65,81
Habituação	0,00	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	233.474,95	278.705,71	19,37	216.494,34	-22,32
Iluminação	421.490,43	53.148,88	-87,39	197.029,98	270,71
Urbanização	593.281,10	432.118,25	-27,16	307.776,83	-28,77
Urbanismo Comercial	615.302,54	2.109.099,26	242,77	261.087,73	-87,62
Saneamento e Salubridade	3.254.127,85	5.275.473,42	62,12	6.450.592,40	22,28
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	1.498.085,67	3.506.432,12	134,06	4.508.625,12	28,58
Resíduos Sólidos	1.676.593,99	1.556.240,24	-7,18	1.941.967,28	24,79
Higiene Pública	4.448,19	9.249,84	107,95	0,00	-100,00
Cemitérios	75.000,00	203.551,22	171,40	0,00	-100,00



Quadro – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Protecção Civil	219.701,60	290.412,17	32,18	355.804,53	22,52
Serviços Municipais de Protecção Civil	6.497,40	38.412,17	491,19	120.751,24	214,36
Bombeiros	213.204,20	252.000,00	18,20	235.053,29	-6,72
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	802.997,85	658.121,70	-18,04	678.943,20	3,16
Água	409.672,80	251.590,97	-38,59	329.306,32	30,89
Energia	0,00	0,00	--	0,00	--
Turismo	149.076,90	150.298,88	0,82	159.733,86	6,28
Feiras e Mercados	300,23	0,00	-100,00	0,00	--
Apoio ao Tecido Empresarial	129.630,30	76.808,57	-40,75	32.507,07	-57,68
Outras Acções de Desenvolvimento	114.317,62	164.423,28	43,83	157.395,95	-4,27
Acções de Cooperação com o Exterior	0,00	15.000,00	--	0,00	--
Comunicações e Transportes	3.989.869,51	3.017.066,68	-24,38	1.982.742,45	-34,28
Rede Viária e Sinalização	3.932.862,50	2.931.074,85	-25,47	1.888.822,62	-35,56
Transportes	57.007,01	85.991,83	50,84	93.919,83	9,22
Defesa do Meio Ambiente	1.549.417,88	5.529.373,41	256,87	4.551.520,03	-17,68
Parques e Jardins	24.492,05	98.268,04	301,22	386.456,80	293,27
Protecção Ambiental	1.235,64	9.277,00	650,79	8.146,50	-12,19
Acção Integrada - Valourém	1.523.690,19	5.421.828,37	255,84	4.156.916,73	-23,33
Freguesias	70.018,03	50.000,00	-28,59	1.170.166,08	2240,33
Instalações e Serviços Municipais	907.313,13	1.448.392,50	59,64	1.236.162,97	-14,65
Edifícios	591.735,54	1.221.078,75	106,36	936.992,23	-23,27
Medidas de Modernização e Eficiência	294.844,49	213.992,80	-27,42	216.525,24	1,18
Outros investimentos	20.733,10	13.320,95	-35,75	82.645,50	520,42
Total	18.363.712,47	25.046.385,24	36,39	24.805.609,83	-0,96

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano, sofreram uma ligeiríssima diminuição em 2005 (0,96%), face ao valor ocorrido em 2004. O volume total realizado situou-se na ordem dos 24,8 milhões de euros.

Educação



No decurso de 2005, as despesas realizadas no presente objectivo, continuaram a manifestar uma tendência de decréscimo, tendo ocorrido quebras nos seguintes programas relativos à Educação Pré-Escolar (16%) e ao Ensino Básico (16%). Em sentido inverso, o Ensino Secundário e Profissional regista um crescimento de 687%, atingindo o valor de 250 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Aquisição de terreno para construção do Jardim de Infância de Gondemaria;
- Acordos de prolongamento de horários e fornecimento de refeições;
- Manutenção de jardins em escolas;
- Aquisição do Edifício dos Monfortinos em Fátima;
- Aquisição de equipamento e software informático para diversas escolas do ensino pré-escolar e do ensino básico;
- Bolsas de estudo e acções de cooperação com os PALOP.



Fig. – Edifício dos Monfortinos

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objectivo continua com uma marcada propensão para o crescimento, como evidencia a variação positiva de 39% face ao ano anterior.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

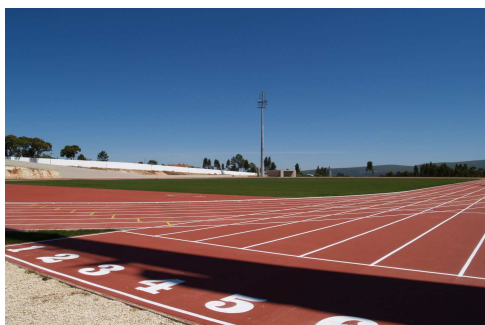


Fig. – Estádio Municipal (Fátima)

- Edições a publicações periódicas municipais;
- Programa Cultural;
- Apoios correntes e de capital atribuídos a diversas associações



culturais, desportivas e recreativas com sede na área do Município de Ourém;

- Construção do Estádio Municipal – Fátima;
- Construção de Piscina de Aprendizagem (Caxarias);
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas Piscinas Municipais)
- Apoio à recuperação de diverso património religioso.



Fig. – Piscina de Aprendizagem (Caxarias)

Acção Social

O ano de 2005, registou uma diminuição em 14%, face ao volume de despesas verificado no ano anterior, sendo o montante executado, reportado a apoio ao investimento atribuído às IPSS e a acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objectivo, denota uma diminuição destas em 66%, atingindo um valor ligeiramente superior a 982 mil euros. Esta ocorrência deve-se à significativa influência dos projectos Urbcom de Ourém e Fátima realizados no ano anterior (2004).

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Aquisição de terreno (situado no Carregal) para aumento do espaço afecto a Feiras e Mercados;
- Plano de Urbanização de Caxarias;
- Plano de Urbanização de Freixianda;
- Plano de Pormenor – Avenida Papa João XXIII e Av. D. José Alves Correia da Silva;
- Projecto de Edifício Comercial (Antigo Mercado);
- Remodelação da Rede Eléctrica do Centro Histórico;



- Urbanização das Cidades e Vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

A evolução positiva deste objectivo (22%), mantendo uma forte toada de crescimento nos últimos exercícios, demonstra um elevado esforço financeiro deste município, em suprir a carência existente no âmbito do saneamento básico.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Redes de Bacia 47 (Seiça);
- Redes de Bacia 51 (Alburitel);
- Remodelação das redes de esgotos em Fátima;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's..

Protecção Civil

As despesas inseridas neste objectivo sofreram um acréscimo de 23%, continuando a tendência de crescimento já verificada no ano anterior. Os Serviços Municipais de Protecção Civil denotam um aumento superior a 214%. As despesas totais realizadas neste objectivo são ligeiramente superiores a 355 mil euros.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objectivo, apresenta um ligeiro acréscimo em 2005 (3,2%), reportando um valor total das despesas realizadas, na ordem dos 679 mil euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Ampliação das redes de abastecimento de água;
- Remodelação do sistema de abastecimento de água;
- Produção de material promocional;



- Acções de apoio ao emprego;
- Participação no capital de empresas (realização de capital social na entidade Méciagolfe – Empreendimentos Turísticos, S.A.).

Comunicações e Transportes

Este objectivo tem vindo nos últimos anos a perder preponderância nas opções do plano da autarquia, impelido pelo facto deste Município já dispor de uma boa rede de infra-estruturas de redes viárias municipais. Desta forma, o ano de 2005, apresenta uma diminuição das despesas realizadas neste objectivo face ao ano de 2004 de 34%.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Beneficiação do C.M. 1009 (Cercal – Ninho Águia);
- Beneficiação da E.R. 356-3 Caxarias e Ourém – Alvaiázere;
- Beneficiação da E.M. 559 (Alburitel – Lagoa do Furadouro)
- Terminal Rodoviário de Ourém (estudos e projectos);
- Beneficiação de diversos caminhos municipais.

Defesa do Meio Ambiente

A preponderância deste objectivo denota um decréscimo da ordem dos 18%, fortemente influenciado pela preponderância relevada por este objectivo no ano de 2004, essencialmente por reporte da acção integrada Valourém. Em termos totais, as despesas realizadas neste objectivo atingiram um valor superior a 4,5 milhões de euros.



Fig. – Parque Linear

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Beneficiação de espaços envolventes – Quinta de Casal dos Frades;
- Parque Linear;



- Arranjo Paisagístico da Mata Municipal;
- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Aquisição de equipamentos de transporte em sistema de locação financeira.

Freguesias

O presente objectivo, denota um assinalável aumento, contudo, importa referir que, esta circunstância dever-se-á ao facto de no ano de 2005, se ter incluído neste objectivo, pela primeira vez, todas as despesas realizadas a favor das freguesias. Este objectivo totalizou uma despesa realizada próxima dos 1,2 milhões de euros.

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2005 assinala uma diminuição das despesas realizadas neste objectivo em cerca de 15%, apresentando um valor total ligeiramente superior a 1,2 milhões de euros.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:



Fig. – Edifícios Multiusos em Freixianda

- Const. do Edifício Multiusos de Freixianda;
- Construção do Estaleiro Municipal;
- Aquisição de diversos equipamento básico e administrativo.

3.3.2 Estrutura das GOP's

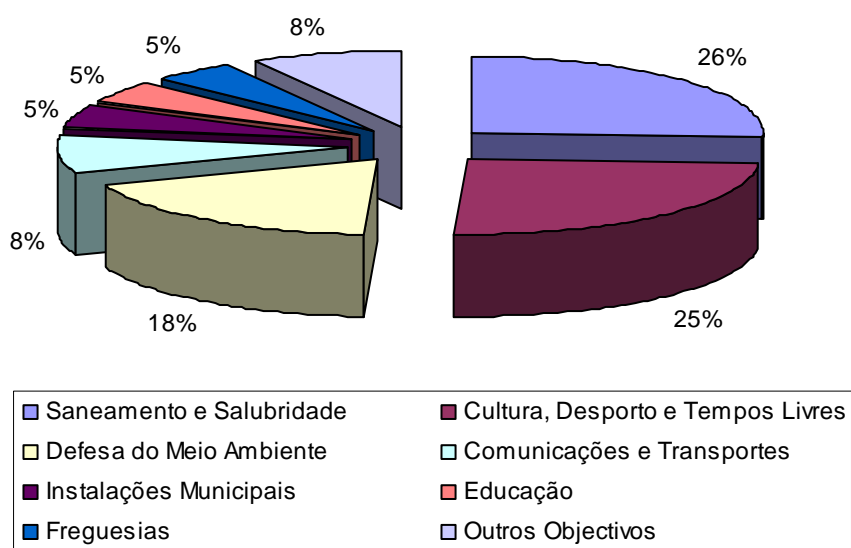
Conforme decorre da leitura do gráfico abaixo exposto, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's no ano de 2005, reporta-se aos objectivos de Saneamento e Salubridade, Cultura, Desporto e Tempos Livres e Defesa do Meio Ambiente, tendo um peso no cômputo total das despesas em GOP's de respectivamente, 26%, 25% e 18%.



Quadro – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's (em euros)

Descrição	2005	Peso (%)
Educação	1.197.640,51	4,83
Cultura, Desporto e Tempos Livres	6.180.343,49	24,92
Acção Social	19.305,29	0,08
Habitação e Urbanismo	982.388,88	3,96
Saneamento e Salubridade	6.450.592,40	26,00
Protecção Civil	355.804,53	1,43
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	678.943,20	2,74
Comunicações e Transportes	1.982.742,45	7,99
Defesa do Meio Ambiente	4.551.520,03	18,35
Freguesias	1.170.166,08	4,72
Instalações e Serviços Municipais	1.236.162,97	4,98
Total	24.805.609,83	100,00

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's





3.4 Evolução da execução orçamental

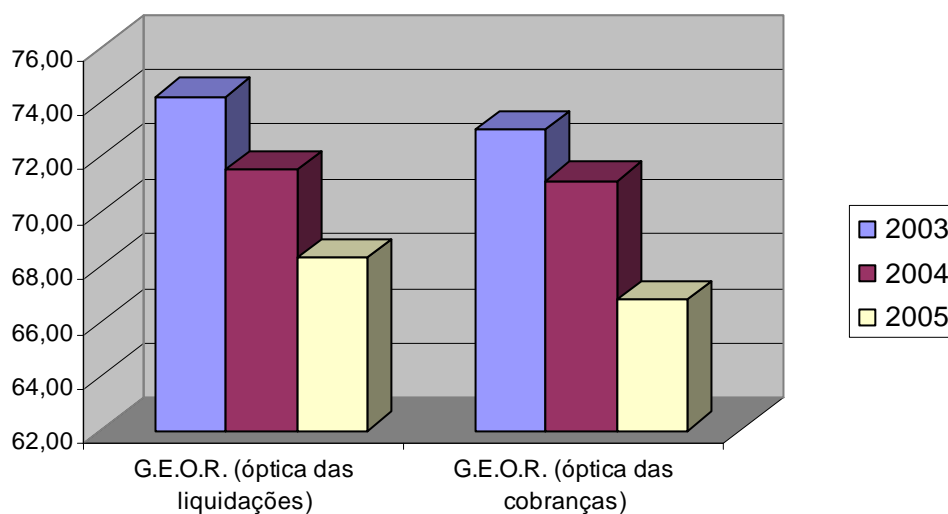
3.4.1 Orçamento da Receita

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
<i>(óptica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	73,39	87,95	19,84	86,74	-1,37
G.E.O.R (Capital)	75,27	55,43	-26,37	49,00	-11,59
G.E.O.R. (Total)	74,17	71,50	-3,60	68,31	-4,46
<i>(óptica das cobranças)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	71,38	87,32	22,33	83,76	-4,08
G.E.O.R (Capital)	75,17	55,29	-26,45	48,96	-11,44
G.E.O.R. (Total)	72,96	71,12	-2,52	66,77	-6,12

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita



O grau de execução orçamental da receita, visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada (óptica das cobranças), e da receita liquidada (óptica das liquidações) e o valor total previsto no orçamento da receita, num determinado ano económico.



Na óptica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita foi ligeiramente superior a 68%, sofrendo uma variação negativa em 3,2 pontos percentuais, face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente na óptica das liquidações apresentou um valor próximo dos 87%, mas no que concerne à receita de capital, o valor situou-se pelos 49%.

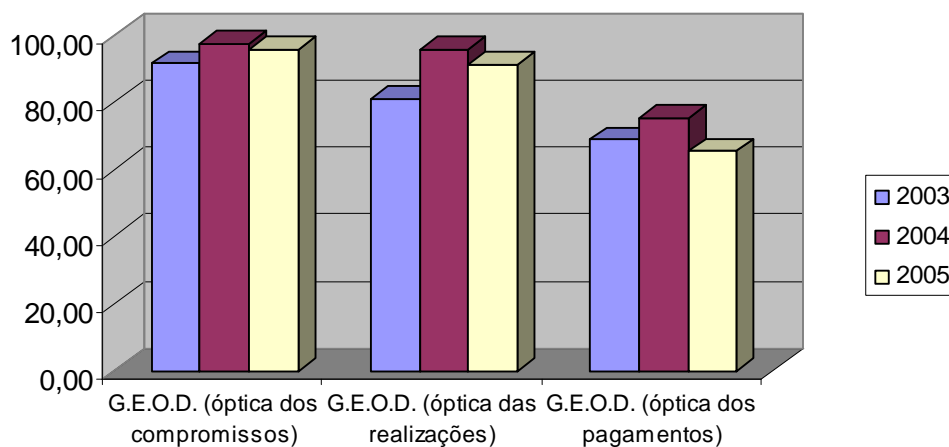
3.4.2 Orçamento da Despesa

Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	97,82	97,96	0,14	98,44	0,49
G.E.O.D (Capital)	87,15	97,15	11,47	93,96	-3,28
G.E.O.D. (Total)	91,46	97,45	6,56	95,65	-1,85
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	96,97	97,13	0,17	97,35	0,22
G.E.O.D (Capital)	70,28	94,97	35,13	87,20	-8,18
G.E.O.D. (Total)	81,06	95,79	18,17	91,04	-4,95
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	87,18	88,50	1,52	82,28	-7,02
G.E.O.D (Capital)	56,10	67,46	20,24	55,13	-18,28
G.E.O.D. (Total)	68,65	75,39	9,82	65,40	-13,25

Gráfico - Evolução do Grau de Execução do Orçamento da Despesa





O grau de execução orçamental da despesa, visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Os graus de execução referidos, denotam na sua quase totalidade uma diminuição do grau de execução orçamental da despesa. Na óptica dos compromissos o grau de execução orçamental foi de aproximadamente 96%. Na óptica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado, demonstra que se executaram, aproximadamente, 91% das despesas previstas. Na óptica dos pagamentos, o grau de execução situou-se pelos 65%, denotando uma variação negativa em 13 pontos percentuais, face ao valor ocorrido no ano anterior,

3.4.3 Grandes Opções do Plano

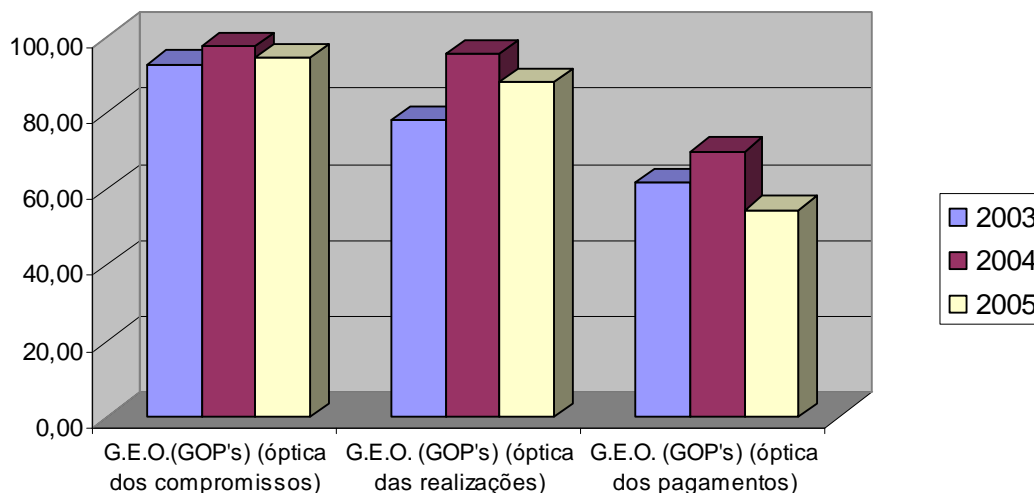
Quadro – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's
(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
<i>(óptica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	92,69	97,45	5,13	94,45	-3,08
G.E.O. (PPI)	92,41	97,06	5,03	93,01	-4,17
G.E.O. (AMR's)	93,51	98,79	5,64	99,14	0,36
<i>(óptica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	77,95	95,41	22,39	88,01	-7,76
G.E.O. (PPI)	72,90	94,59	29,76	84,70	-10,46
G.E.O. (AMR's)	92,67	98,18	5,95	98,79	0,62
<i>(óptica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	61,74	69,94	13,28	54,38	-22,24
G.E.O. (PPI)	56,51	63,59	12,53	46,76	-26,48
G.E.O. (AMR's)	76,95	91,44	18,84	79,23	-13,36



Gráfico - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Actividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

A análise do gráfico acima exposto, permite aferir que todos os índices relacionados com o grau de execução orçamental anual das GOP's, sofreram uma diminuição no decurso de 2005, face aos valores apurados em 2004. Assim, importa mencionar, que na óptica das realizações e na óptica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi respectivamente de 94% e 88%.

No que concerne ao PPI, assinala-se a variação negativa ocorrida no grau de execução orçamental anual, na óptica das realizações, em aproximadamente 10%, significando este em 2005, um grau de execução de 85%.

As AMR's, apresentam um grau de execução orçamental na óptica das realizações, próxima das 99%, tendo sofrido uma variação positiva, em 0,6%, face ao valor apurado no ano anterior.



3.5 Evolução dos resultados orçamentais

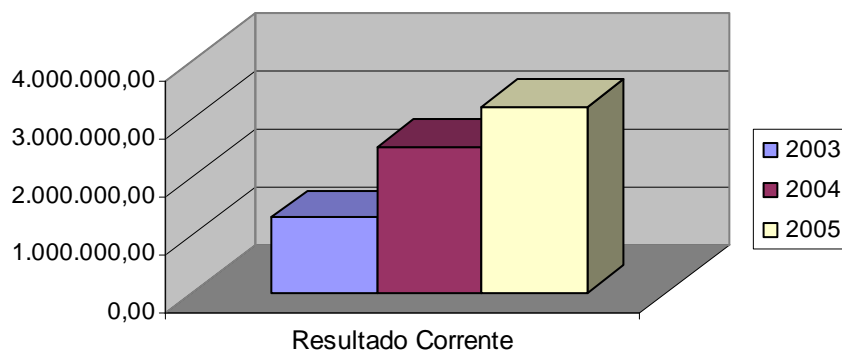
3.5.1 Resultado corrente

Quadro – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	14.883.064,14	16.043.838,06	7,80	18.923.894,91	17,95
Despesas correntes realizadas	13.593.264,77	13.521.036,87	-0,53	15.709.314,54	16,18
Resultado Corrente	1.289.799,37	2.522.801,19	95,60	3.214.580,37	27,42
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2005 evidencia, a exemplo dos anos anteriores, a ocorrência de poupança corrente, tendo esta sofrido um acentuado reforço, como demonstra a variação positiva de 27% ocorrida, quando efectuada comparação com o ano de 2004. Este facto fica inevitavelmente influenciado, pelo aumento de 18% ocorrido nas receitas correntes.

Em suma, a poupança corrente ocorrida que se cifrou num valor ligeiramente superior a 3,2 milhões de euros, permitiu financiar a realização de despesas de capital.

3.5.2 Resultado orçamental

O ano de 2005, regista um défice orçamental ligeiramente superior a 9,6 milhões de euros e evidencia um diminuição do seu volume em quase 26%, se efectuada



comparação com o valor apurado em 2004. Em termos de representatividade, o défice ocorrido significa 33 % do total da receita, sendo que 25% da despesa realizada, não dispõe de cobertura por parte da receita liquidada.

O facto acima disposto, resulta de um elevado volume de investimento e não de uma desequilibrada gestão corrente, veja-se o considerável volume de poupança corrente ocorrido. Desta forma, o reequilíbrio do orçamento municipal será facilmente obtido, através da aplicação de maiores limitações ao investimento no decurso de exercícios económicos seguintes.

Quadro – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	25.753.234,56	26.413.622,68	2,56	29.141.657,34	10,33
Total das Despesas Realizadas	28.143.737,08	39.456.635,31	40,20	38.838.377,73	-1,57
Resultado Orçamental	-2.390.502,52	-13.043.012,63	445,62	-9.696.720,39	-25,66
Nota Orçamental	Défice Orçamental	Défice Orçamental		Défice Orçamental	
(%) Total da Receita	9,28	49,38	431,98	33,27	-32,62
(%) Total da Despesa	8,49	33,06	289,18	24,97	-24,47



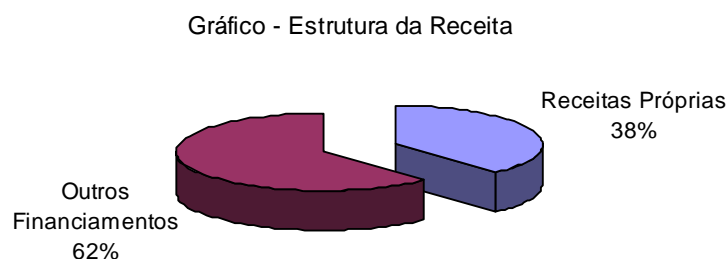
4. Fontes de Financiamento

4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, no termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia, em gerar localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objectivos propostos.



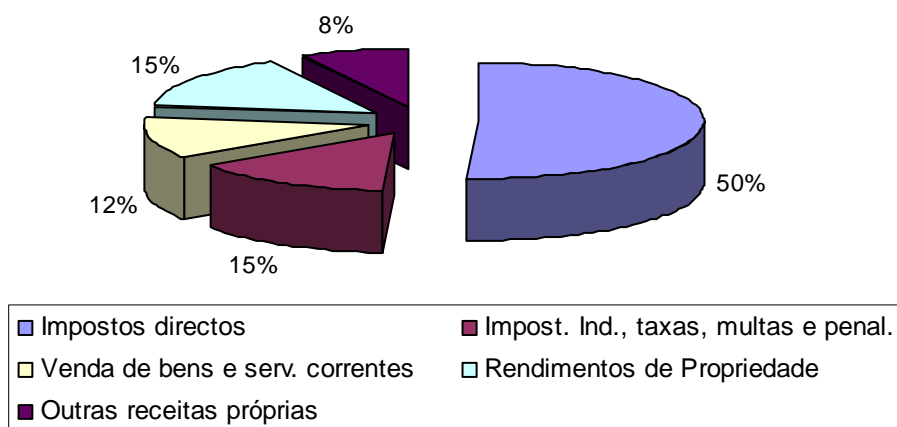
O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município apenas representam 38% das receitas totais, indicando uma excessiva dependência da autarquia face a financiamentos externos. Note-se que a média nacional em 2002 (último ano disponibilizado pela DGAL) no que concerne ao peso destas receitas foi de 41%, pelo que se poderá depreender que os montantes praticados em impostos, taxas e tarifas, estarão aquém dos valores praticados na média dos municípios portugueses, e/ou os mecanismos de cobrança em funcionamento se relevam pouco eficientes.

Os impostos directos onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 50%, seguidos dos impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades e dos



rendimentos de propriedade, os quais representam individualmente cerca de 15%. As receitas resultantes da venda de bens e serviços têm uma representatividade de 12%, no total das receitas próprias.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro – Evolução dos Receitas Próprias a preços correntes

Receitas Próprias	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	7.899.530,30	8.807.654,50	11,50	11.092.357,37	25,94

Em 2005, as receitas próprias estimaram-se num valor ligeiramente superior a 11 milhões de euros, denunciando uma variação positiva em 26%, face ao volume verificado no ano anterior.

Este facto, deriva em grande medida, do acréscimo verificado na generalidade dos capítulos associados às receitas próprias, com excepção dos impostos indirectos.

4.1.3 Indicadores



Quadro – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

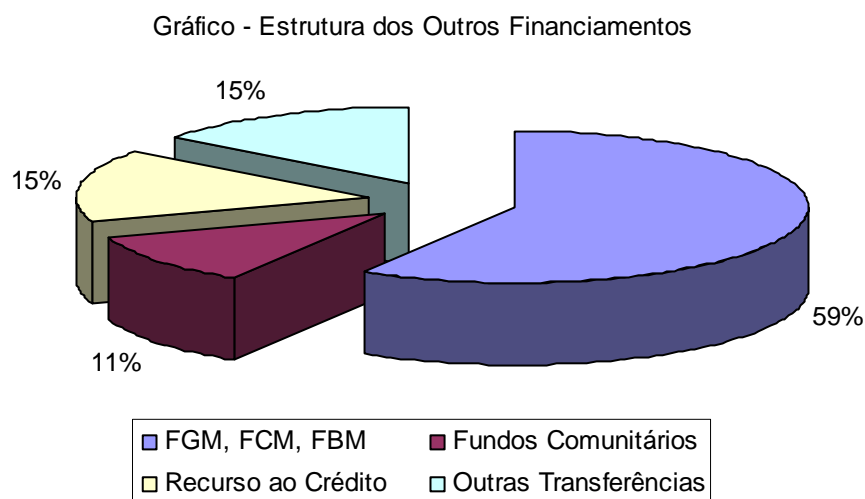
uni: Euro

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,31	0,33	8,79	0,38	14,06
Receitas Próprias / Despesa Total	0,28	0,25	-11,26	0,29	14,65
Receitas Próprias por Km2	18.984,69 €	21.167,16 €	11,50	26.657,91 €	25,94
Receitas Próprias <i>per capita</i>	163,72 €	178,77 €	9,19	220,59 €	23,40

Através da análise dos indicadores acima expostos, podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 14%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é agora de apenas 29%, indiciando um acréscimo de 15%, face ao valor ocorrido no ano anterior. As receitas próprias *per capita*, foram na ordem dos 220,59 euros (+26%), e por Km² de 26.657,91 euros (+23%).

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, o maior recurso financeiro provém a título de participação do município nos impostos do Estado, com um peso de 59%.



As receitas provenientes dos fundos comunitários, constituem por ordem de grandeza, a segunda maior fatia, com um peso de 15%. O recurso ao crédito, ou seja, a utilização de empréstimos, representou 15% do total das receitas relativas a Outros Financiamentos, estando influenciado pelo volume de empréstimos de curto prazo. Excluindo a influência referenciada, o recurso ao crédito de médio e longo prazo representa aproximadamente, 5,8% do total dos Outros Financiamentos.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

Outros Financiamentos	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	17.853.704,26	17.605.968,18	-1,39	18.049.299,97	2,52

Os Outros Financiamentos manifestam um ligeiro acréscimo em aproximadamente 2,5%, sendo o volume total verificado em 2005, na ordem dos 18 milhões de euros.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

A participação dos município nos impostos do Estado consubstancia-se no Fundo Geral Municipal (FGM), Fundo de Coesão Municipal (FCM) e Fundo de Base Municipal (FBM).

O FGM é distribuído pelos municípios de acordo com os seguintes critérios:

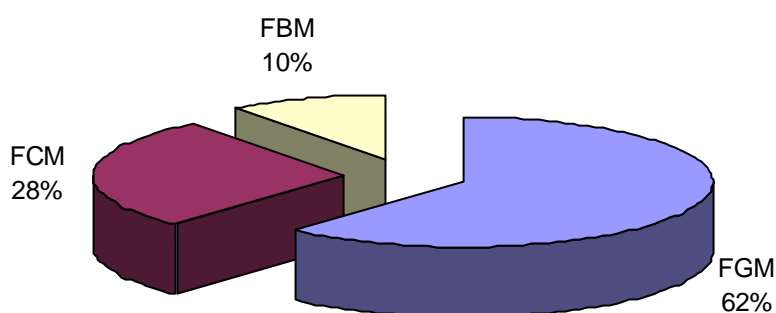
- 40% na razão directa da população residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo;
- 5% na razão directa da população residente com menos de 15 anos;
- 30% na razão directa da área ponderada por um factor relativo à amplitude altimétrica do município;
- 15% na razão directa do número de freguesias;
- 10% na razão directa do montante do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares cobrado aos sujeitos passivos residentes na área geográfica do município.



Relativamente ao FCM que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, é distribuído com base nos Índices de Carência Fiscal (ICF), e de Desigualdade de Oportunidades (IDO). O FBM traduz uma repartição equitativa por município, tendo adjacentes a satisfação de necessidades financeiras básicas, como as decorrentes do funcionamento das entidades.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

Gráfico - Estrutura dos Fundos Municipais



O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FGM que representa cerca de 62% do total dos três fundos. O FCM, que visa reforçar a coesão municipal, constitui 28% dos fundos municipais, cabendo os restantes 10% ao FBM.

4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Quadro – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

Descrição dos Fundos Municipais	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
FGM	5.506.649,00	6.234.302,00	13,21	6.512.046,00	4,46
FCM	3.360.641,00	3.055.271,00	-9,09	2.972.975,00	-2,69
FBM	1.028.836,00	1.078.295,00	4,81	1.090.205,00	1,10
Total	9.896.126,00	10.367.868,00	4,77	10.575.226,00	2,00



Ao nível evolutivo, o FGM registou um aumento de 4,5% e o FBM de aproximadamente 1,1%. Contudo, assinala-se a tendência para a diminuição do FCM, com uma quebra em 2005, de aproximadamente 2,7%, facto que evidencia uma significativa aproximação à média nacional, dos índices de Carência Fiscal e de Desigualdade de Oportunidades. No cômputo geral, os fundos aumentaram 2%, face aos valores ocorridos no ano anterior.

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Nos termos do artigo 7º da LFL, não são permitidas quaisquer formas de subsídios ou participações financeiras aos municípios por parte do Estado. Não obstante, o mesmo artigo prevê também que, excepcionalmente, sejam inscritas no Orçamento de Estado, por ministério, verbas para o financiamento de projectos de autarquias locais de grande relevância para o desenvolvimento regional e local, quando se verifique a sua urgência e manifesta incapacidade financeira das autarquias para lhes fazer face.

Quadro – Evolução da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

uni: Euro					
Cooperação Técnica e Financeira	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	619.500,00	862.241,88	39,18	823.183,59	-4,53

Em 2005, verificou-se uma diminuição destas receitas em 4,5% que, em termos absolutos, apenas significam um valor na ordem dos 39 mil euros. O volume total registado situa-se em cerca de 823 mil euros.

4.2.5 Fundos Comunitários

O apoio da União Europeia a Portugal continuou a desenvolver-se em 2005, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), que abrange o período de 2000 a 2006.

Às autarquias locais cabe um papel decisivo na concretização dos objectivos definidos para Portugal no QCA III, em particular pela sua participação nos programas operacionais regionais (POR).



Quadro – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro

Fundos Comunitários	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	4.805.329,82	3.762.830,00	-21,69	2.012.936,20	-46,50

No decurso de 2005, permaneceu a tendência para o decréscimo das receitas relativas a fundos comunitárias, já manifestada em 2004, tendo mesmo sofrido um agravamento. Deste modo, assinala-se o decréscimo destas receitas em aproximadamente 47%. Contudo, a sua representatividade no total dos Outros Financiamentos, continua a ser significativa (11%), permitindo a disponibilização de recursos de financiamento, indispensáveis para a realização de um vasto conjunto de infra-estruturas públicas.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2005, utilizou-se integralmente um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo o mesmo sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, reflectindo igual valor, que no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, acaba por representar um efeito nulo.

4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro – Evolução dos financiamento reportado a empréstimos de m.l.p a preços correntes

uni: Euro

Empréstimos de m.l.p	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	1.482.886,63	1.521.144,37	2,58	1.039.167,00	-31,69

Como se verifica no quadro acima exposto, o recurso a empréstimos de médio e longo prazo diminuiu, de forma assinalável, em 2005, registando uma quebra de 32%, face ao valor ocorrido no ano anterior. O volume total de empréstimos de médio e longo



prazo contraídos no decurso de 2005, situou-se num valor ligeiramente superior a 1 milhão de euros.

4.2.7 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,69	0,67	-3,78	0,62	-7,15
Outros Financ. / Despesa Total	0,63	0,50	-21,51	0,46	-6,67
Outros Financiamentos por Km2	42.907,24 €	42.311,87 €	-1,39	43.377,31 €	2,52
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	370,02 €	357,34 €	-3,43	358,95 €	0,45
Fundos Municipais / Receita Total	0,38	0,39	2,23	0,36	-7,62
Fundos Municipais / Despesa Total	0,35	0,29	-16,61	0,27	-7,14
Fundos Municipais por Km2	23.783,05 €	24.916,77 €	4,77	25.415,11 €	2,00
Fundos Municipais <i>per capita</i>	205,10 €	210,43 €	2,60	210,31 €	-0,06
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,02	0,03	35,81	0,03	-13,54
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,02	0,02	10,78	0,02	-13,08
Coop. Técn. Financeira por Km2	1.488,82 €	2.072,20 €	39,18	1.978,33 €	-4,53
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	12,84 €	17,50 €	36,30	16,37 €	-6,46
Fundos Comunitários / Receita Total	0,19	0,14	-23,59	0,07	-51,55
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,17	0,11	-37,67	0,05	-51,30
Fundos Comunitários por Km2	11.548,50 €	9.043,09 €	-21,69	4.837,63 €	-46,50
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	99,59 €	76,37 €	-23,31	40,03 €	-47,58
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,06	0,06	0,09	0,04	-38,13
Empréstimos m.l.p. / Despesa Total	0,05	0,04	-18,35	0,03	-37,81
Empréstimos m.l.p por Km2	3.563,77 €	3.655,72 €	2,58	2.497,40 €	-31,69
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	30,73 €	30,87 €	0,46	20,67 €	-33,06

O quadro apresentado permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu aproximadamente 7%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 46% das despesas totais realizadas em 2005. Os outros financiamentos *per capita* foram na ordem dos 358,95 euros, e por Km² de 43.377,31 euros.



Em 2005, os fundos municipais representaram 36% do total das receitas e cobriram 27% das despesas totais realizadas. Destacam-se ainda os fundos comunitários que, apesar da quebra ocorrida, significaram, em 2005, 7% do total das receitas, e financiaram 5% das despesas realizadas. O recurso ao crédito contribuiu para aproximadamente 4% das receitas totais e suportou 3% das despesas realizadas.



5. Aplicação dos Recursos Financeiros

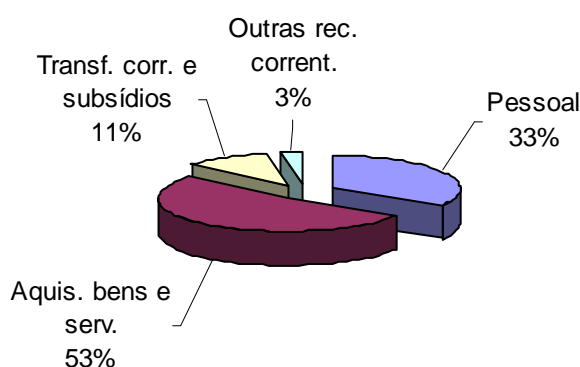
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projectos por administração directa que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas pela residual designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2005 reporta-se à aquisição de bens e serviços (53%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências



correntes e subsídios, representam respectivamente 33% e 11% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

Outros Financiamentos	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	13.118.169,68	13.159.814,17	0,32	14.627.123,48	11,15

As despesas de funcionamento sofreram um aumento de 11%, no entanto, importa não só atender aos efeitos externos, associados essencialmente, ao aumento do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), sendo relevante destacar o aumento do preço do petróleo, bem como o aumento da taxa normal de IVA de 19 para 21%, mas também os efeitos internos, relacionados com a disponibilização de novas infra-estruturas e conseqüentemente de novos serviços públicos, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento.

5.1.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,88	0,82	-6,94	0,77	-5,77
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,97	0,97	0,85	0,93	-4,33
Desp. Func. / Despesas Totais	0,47	0,37	-20,15	0,38	1,19
Despesas de Funcionamento por Km ²	31.526,48 €	31.626,57 €	0,32	35.152,90 €	11,15
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	271,88 €	267,10 €	-1,76	290,89 €	8,91

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento, registou uma quebra em aproximadamente 5,8%. No ano em análise, estas despesas representam 38% das despesas totais. As despesas de funcionamento *per capita* foram na ordem dos 290,89 euros, e por Km² de 35.152,90 euros.

5.2 Despesas com pessoal



5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	4.424.571,36	4.539.010,84	2,59	4.883.208,64	7,58

Estas despesas, sofreram um acréscimo em aproximadamente 7,6%, reflectindo as crescentes competências dos municípios, mas também, o aumento do grau de tecnicidade do quadro de pessoal da autarquia.

5.2.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,30	0,28	-4,84	0,26	-8,79
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,33	0,34	3,13	0,31	-7,40
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,16	0,13	-18,35	0,13	-2,06
Despesas de Pessoal por Km ²	10.633,43 €	10.908,46 €	259	11.735,66 €	7,58
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	91,70 €	92,13 €	0,46	97,11 €	5,41

As despesas com pessoal consumiram 26% das receitas correntes liquidadas, evidenciando uma quebra da absorção das receitas correntes pelas despesas com pessoal em aproximadamente 2 pontos percentuais. A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas correntes foi de 31%, e significando *per capita*, um valor na ordem dos 97,11 euros, e por Km² de 11.735,66 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços



Quadro – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	6.601.411,19	6.712.218,70	1,68	8.397.524,75	25,11

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um crescimento destas, face ao ano anterior, em aproximadamente 25%. Esta variação encontra-se influenciada pelos efeitos externos referenciados no ponto 5.1.2 do presente documento.

Adicionalmente, importa mencionar que o volume de despesas respeitantes à aquisição de bens e serviços, também se encontra influenciado pela execução de obras por administração directa, as quais incutem um aumento das despesas correntes, nomeadamente com a aquisição de matérias-primas e combustíveis, circunstância que influi não só uma sobreavaliação das despesas correntes verificadas, como também uma subavaliação do investimento realizado.

5.3.2 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,44	0,42	-5,68	0,44	6,07
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,49	0,50	2,22	0,53	7,68
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,23	0,19	-19,07	0,22	13,90
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	15.864,96 €	16.131,26 €	1,68	20.181,51 €	25,11
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	136,82 €	136,24 €	-0,42	167,00 €	22,58

Em 2005, 44% das receitas correntes foram afectas às despesas com a aquisição de bens e serviços. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi respectivamente de 53% e 22%. As despesas de funcionamento *per capita*, foram de 167,00 euros, e por Km² de 20.181,51 euros.

5.4 Serviço da dívida



O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da actividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

uni: Euro					
Serviço da Dívida	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	1.138.609,60	1.499.300,66	31,68	3.337.612,90	122,61
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	1.138.609,60	1.499.300,66	31,68	1.580.090,30	5,39

Estas despesas sofreram um aumento em aproximadamente 122%, no entanto, esta circunstância está influenciada pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo este factor, estas despesas apresentam um acréscimo na ordem dos 5,4%, e resultam não só do término do período de carência da amortização de alguns empréstimos de médio e longo prazo contraídos em anos anteriores, mas também do aumento ocorrido nas taxas de juro, no último trimestre de 2005.

5.4.2 Indicadores

Nos indicadores que abaixo se expõem, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Quadro – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,04	0,06	28,49	0,05	-4,55
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,04	0,04	4,81	0,04	-4,06
Serviço da Dívida por Km ²	2.736,38 €	3.603,22 €	31,68	3797,38 €	5,39
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	23,60 €	30,43 €	28,95	31,42 €	3,26

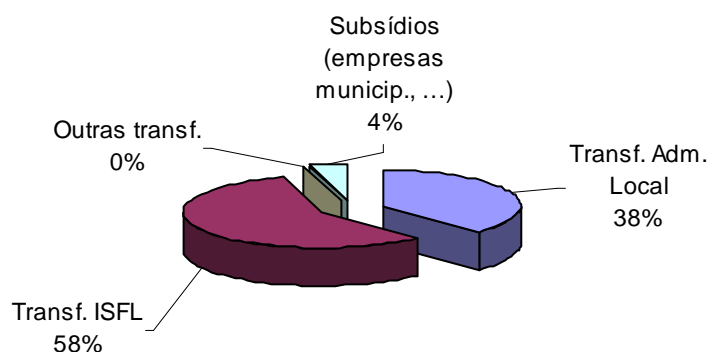
O serviço da dívida representa 4% das despesas totais e absorve 5% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida *per capita*, foram de 31,42 euros, e por Km² de 3.797,38 euros.



5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Gráfico - Estrutura dos apoios concedidos



Quase 58% dos apoios concedidos, são respeitantes a verbas cedidas a instituições sem fins lucrativos. Note-se ainda o peso relevante dos apoios concedidos à Administração Local (38%), e em particular para as Freguesias. No decurso de 2005, as empresas municipais absorveram através de subsídios, aproximadamente, 5% destas despesas.

5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

Apoios Concedidos	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	2.965.862,20	3.166.291,73	6,76	3.412.198,29	7,77

No decurso de 2005, os apoios concedidos a terceiros foram na ordem dos 3,4 milhões de euros, os quais significaram um aumento próximo dos 8%, face ao valor verificado no ano anterior, acentuando ligeiramente a tendência de crescimento verificada em anos anteriores.



5.5.3 Indicadores

Quadro – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,12	0,12	4,17	0,12	-2,40
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,11	0,09	-15,03	0,09	-1,89
Apoios concedidos por Km2	7.127,76 €	7.609,45 €	6,76	8200,43 €	7,77
Apoios concedidos <i>per capita</i>	61,47 €	64,27 €	4,55	67,86 €	5,59

Os apoios concedidos afectam cerca de 12% das receitas totais, significam 9% do somatório das despesas realizadas e uma capitação de 67,86 euros.

5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento directo

5.6.1.1 Evolução do investimento directo

Quadro – Evolução dos Investimento Directo Municipal a preços correntes

Investimento Directo Municipal	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	12.781.525,62	19.175.969,15	50,03	18.267.240,40	-4,74

uni: Euro

O período em análise evidencia uma diminuição do volume de investimento directo municipal em 4,8%, cujo montante realizado ascendeu a um valor próximo dos 18,3 milhões de euros, Esta circunstância, deriva da influência do volume de investimento assinalavelmente elevado ocorrido em 2004 e que, de certa forma, permaneceu em 2005, embora com uma ligeira quebra.

5.6.1.2 Indicadores



Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Directo

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Investimento Directo / Receitas Totais	0,50	0,73	46,39	0,63	-13,73
Investimento Directo / Despesas Totais	0,45	0,54	19,41	0,47	-13,28
Investimento Directo por Km2	30.717,44 €	46.085,00 €	50,03	43.901,08 €	-4,74
Investimento Directo <i>per capita</i>	264,90 €	389,21 €	46,93	363,28 €	-6,66

Em 2005, o investimento directo realizado absorveu 63% das receitas totais e significou 47% das despesas totais. Os volume de investimentos directos *per capita*, foram de 363,28 euros, e por Km² de 43.901,08 euros.

5.6.2 Investimento total (directo e indirecto)

Nesta análise considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento directo, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro – Evolução dos Investimento Total Municipal (directo e indirecto) a preços correntes

Investimento Total Municipal	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	13.884.269,35	20.516.356,02	47,77	20.111.403,51	-1,97

uni: Euro

O investimento directo total reporta uma ligeira diminuição (2%), e representa um volume superior a 20,1 milhões de euros.

5.6.2.2 Indicadores



Quadro – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (directo e indirecto)

Indicadores	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,54	0,78	44,19	0,69	-11,22
Investimento Total / Despesas Totais	0,49	0,58	17,61	0,52	-10,76
Investimento Total por Km2	33.367,63 €	49.306,31 €	47,77	48.333,10 €	-1,97
Investimento Total <i>per capita</i>	287,76 €	416,42 €	44,71	399,96 €	-3,95

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento totais, registou uma diminuição em aproximadamente 9 pontos percentuais. No ano em análise, estas despesas representaram 52% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 399,96 euros, e por Km², de 48.333,10 euros.

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

Designação	uni: Euro					
	2003	Peso (%)	2004	Peso (%)	2005	Peso (%)
Investimento Total a)	13.884.269,35	--	20.516.356,02	--	20.111.403,51	--
Receitas de Capital (1)	10.870.170,42	89,39	10.369.784,62	85,28	10.211.130,90	79,20
Venda de Bens de Investimento	38.777,56	0,32	73.098,56	0,60	289.298,14	2,24
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	3.958.450,00	32,55	4.147.147,00	34,10	4.230.090,00	32,81
Cooperação Técnica e Financeira	619.500,00	5,09	862.241,88	7,09	823.183,59	6,38
Fundos Comunitários (Capital)	4.749.983,99	39,06	3.723.697,87	30,62	1.946.206,33	15,10
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	42.454,94	0,35	123.092,35	0,95
Recurso ao Crédito	1.482.886,63	12,19	1.521.144,37	12,51	2.796.689,60	21,69
Outras Receitas de Capital	20.572,24	0,17	0,00	0,00	2.570,89	0,02
Poupança Corrente (2)	1.289.799,37	10,61	2.522.801,19	20,75	3.214.580,37	24,93
Total das Fontes de Financiamento (b)	12.159.969,79	100,00	12.892.585,81	106,02	13.425.711,27	104,14
Fontes de Financiamento / Investimento	0,88	--	0,63	--	0,67	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	-1.724.299,56		-7.623.770,21		-6.685.692,24	

a) Investimento directo e indirecto

b) (1) + (2)

Através da análise efectuada ao quadro apresentado, tem-se facilmente a percepção de que as fontes de financiamento não cobrem a totalidade das despesas de investimento efectuadas.



Desta forma, o ano de 2005 denota uma cobertura de apenas 67% das despesas de investimento por relação às fontes de financiamento, valor que significa um défice de financiamento do investimento realizado na ordem dos 6,7 milhões de euros.

Este facto apenas foi minimizado, dada a verificação e reforço da denominada “Regra de Ouro”, no que concerne à gestão orçamental, cumprindo-se a disposição de equilíbrio corrente, a qual refere que as despesas correntes devem ser financiadas por receitas correntes e nunca por receitas de capital. Veja-se a ocorrência em 2005, e a exemplo dos anos anteriores, de um volume de poupança corrente superior a 3,2 milhões de euros, o qual permitiu atenuar o saldo negativo que se tende a verificar.



6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

As despesas municipais com pessoal são limitadas pelas disposições constantes no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro. Tais limites reportam-se a despesas com pessoal do quadro que não podem anualmente exceder 60% das receitas correntes do ano anterior e a despesas com pessoal em qualquer outra situação que não podem ultrapassar 25% do anterior limite.

Conforme definido pelo SATAPOCAL, e por observação ao classificador das receitas e despesas públicas definido pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, relevam para o limite as despesas pagas pelo subagrupamento 01.01 – Remunerações certas e permanentes, ignorando-se então as despesas pagas pelos subagrupamentos 01.02 – Abonos variáveis ou eventuais e 01.03 – Segurança social.

6.1.1 Limite dos encargos com pessoal do quadro

Quadro – Limite dos encargos com pessoal do quadro

Designação	2004	2005	Var. (%)
60 % das Receitas Correntes (cobradas) do ano anterior	8.685.537,64 €	9.557.163,22 €	10,04
Despesas com pessoal do quadro	2.934.452,68 €	3.235.915,92 €	10,27
Capacidade de despesas com pessoal do quadro utilizada (%)	33,79	33,86	0,22
Capacidade de despesas com pessoal do quadro por utilizar (%)	66,21	66,14	-0,11

Conforme disposto no quadro acima apresentado, a autarquia apenas utiliza aproximadamente 34 % dos limites legais definidos para despesas com pessoal do quadro.

6.1.2 Limites dos encargos com pessoal fora do quadro



Quadro – Limite dos encargos com pessoal fora do quadro

Designação	2004	2005	Var. (%)
25 % dos limites definidos para despesas com pessoal do quadro	2.171.384,41 €	2.389.290,81 €	10,04
Despesas com pessoal em qualquer outra situação	398.033,10 €	398.882,32 €	0,21
Capacidade de despesas com pessoal em qualquer outra situação utilizada (%)	18,33	16,69	-8,93
Capacidade de despesas com pessoal em qualquer outra situação por utilizar (%)	81,67	83,31	2,00

O quadro evidencia, que no decurso do ano económico, apenas se utilizou 17% da capacidade relacionada com as despesas com pessoal em qualquer outra situação.

6.2 Cumprimento ao limite da capacidade de endividamento

O limite da capacidade de endividamento dos Municípios esta prevista na Lei n.º 42/98 (Lei das Finanças Locais), nomeadamente por consideração ao definido no ponto 3 do artigo 24º da referida Lei.

No entanto e com o objectivo de se alcançarem os objectivos propostos pelo pacto de estabilidade e crescimento, o Orçamento de Estado para 2005, aprovado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro (LOE/2005) impôs para o mencionado ano económico, e a exemplo do já ocorrido no Orçamento de Estado de 2003 e 2004, limitações ao endividamento municipal, designadamente onde se estipula que o montante global do endividamento líquido do conjunto dos municípios, incluindo todas as formas de dívida, não poderia exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2003.

Note-se que os limites definidos na Lei 55-B/2004 suspendem os limites previstos na Lei das Finanças Locais, por aplicação de uma redução destes em 50%.

Como se verifica no quadro apresentado na página seguinte, a autarquia utilizou cerca de 86% da capacidade de endividamento disponível (em consonância com a definição estabelecida na Lei das Finanças Locais), ou seja, da capacidade legal de recurso a empréstimos de médio e longo prazo.



Note-se que caso não ocorresse a suspensão dos limites definidos na LFL, pela LOE/2004, a autarquia apenas teria utilizado 43% da sua capacidade de endividamento.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO (CE)		
CE = (C + F - D - E - G - H) / (Maior dos limites (A ou B)) * 100		
A	12,5% fundos municipais atribuídos ao município em 2005	€ 1.321.903,25
B	10% do investimento pago em 2004 pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município, em relação a estes dois tipos de entidades	€ 1.289.141,49
C	Juros de todos os empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) pagos em 2005 pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	€ 378.667,47
D	Juros dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento (1)	€ 78.088,88
E	Juros dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) pagos pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	€ 0,00
F	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) pagos pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	€ 1.142.820,02
G	Amortizações dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento (1)	€ 302.312,96
H	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) pagos pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	€ 0,00
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA (%)		86,32
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO POR UTILIZAR (%)		13,68

(1) Em consonância com as disposições legais em vigor



7. Análise Económico-Financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

MAPA DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Designações	Exercícios	
	2005	2004
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	3,27%	18,63%
1.2 Económica	2,42%	6,70%
1.3 Vendas	360,83%	448,09%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	0,035	0,17
2.2 Alavancagem	0,06	0,23
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	0,02	0,07
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,007	0,015
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,79	2,26
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,007	0,015
4. Gestão		
4.1 de Matérias	7,15	10,58
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	39,6	10,3
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	156,5	109,2

(a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios



Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.

Os indicadores de rendibilidade denotam uma quebra, estritamente relacionada com o facto de o exercício de 2004 apresentar um valor do activo, significativamente aquém do valor real, mormente ao nível dos bens de domínio público. No decurso de 2005, com recurso ao outsourcing, procedeu-se ao levantamento e avaliação dos bens do domínio público do município e respectiva inclusão no Balanço Municipal. Desta forma, qualquer comparabilidade será desprovida de rigor técnico, em virtude das significativas alterações ocorridas.

Não obstante o disposto, a rendibilidade financeira situou-se em 3,27%, reflectindo o R.L.E. obtido, o qual, porém, se encontra influenciado pelos motivos explicitados nas notas ao balanço e à demonstração de resultados, particularmente, em observância à data de inclusão dos bens avaliados no património municipal (31 de Dezembro) que, pela aplicação de amortizações duodecimais, apenas reflectiram amortizações reportadas a 1/12 do exercício.

Importa ainda mencionar que as taxas de amortização previstas no CIBE, estão definidas por consideração à óptica da natureza económica e não por relação à óptica de natureza fiscal, facto que induz períodos de amortização significativamente prolongados e conseqüentemente custos de amortizações expressivamente reduzidos, induzindo a obtenção de um volume do R.L.E. consideravelmente positivo.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio registou uma redução em 0,13 pontos, directamente relacionada com o manifesto aumento ocorrido nos fundos próprios em 2005, pela avaliação ocorrida nos bens do domínio público.



A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2005 (1,35) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador um valor positivo, pese embora registe uma diminuição em 1,43 pontos face ao grau obtido em 2004.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo, no entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município

Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento em aproximadamente 29 dias, face ao prazo denotado no ano anterior.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c, indica um agravamento em aproximadamente 47 dias, facto que resulta num prazo médio no decurso do ano económico de 2005, de 157 dias.

7.1.2 Proveitos

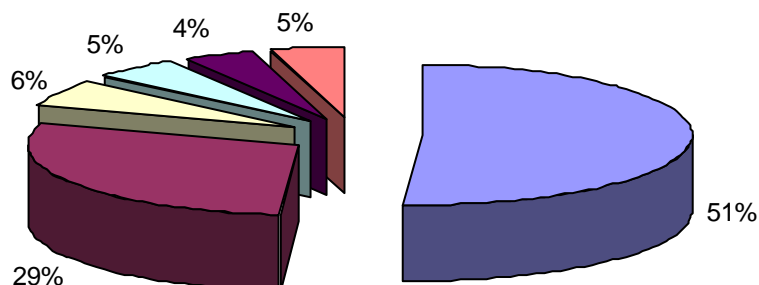
7.1.2.1 Estrutura dos proveitos

A estrutura dos proveitos demonstra que 51% destes, resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 29 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos financeiros, as vendas e prestações



de serviços e os trabalhos para a própria entidade, significam respectivamente, 6%, 5% e 4% do cômputo total dos proveitos.

Gráfico - Estrutura dos Proveitos



■ Transf. e sub. obtidos
 ■ Imp. e taxas
 ■ Prov. e ganhos financ.
■ Vend. e prest. de serv.
 ■ Trab. p/ entidade
 ■ Outros

7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	558.473,05	974.194,19	74,44	1.270.650,67	30,43
Vendas	50.852,63	43.568,30	-14,32	60.287,16	38,37
Prestação de serviços	507.620,42	930.625,89	83,33	1.210.363,51	30,06
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	31.210,74	28.979,62	-7,15	80.000,78	176,06
Saneamento - Tarifa de Ligação	87.092,15	82.207,66	-5,61	115.710,54	40,75
Resíduos Sólidos	227.151,79	711.135,68	213,07	902.711,15	26,94
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	9.870,62	15.865,98	60,74	21.123,10	33,13
Trabalho por conta de particulares	122.861,32	60.416,67	-50,83	49.953,25	-17,32
Cemitérios	17.125,80	22.274,00	30,06	13.273,60	-40,41
Parques de Estacionamento	12.097,39	9.273,73	-23,34	20.517,25	121,24
Outros	210,61	472,55	124,37	7.073,84	1396,95
Impostos e taxas	5.699.073,91	6.182.780,23	8,49	6.961.461,08	12,59
Impostos directos	4.461.435,53	4.746.100,58	6,38	5.612.180,13	18,25
Imposto municipal sobre imóveis	1.961.697,18	1.913.299,05	-2,47	2.333.336,96	21,95



Quadro – Evolução dos proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Impostos municipal sobre veículos	357.824,69	394.192,02	10,16	595.625,45	51,10
Imposto municipal sobre transmissões	1.254.002,88	992.552,18	-20,85	1.388.788,32	39,92
Derrama	887.910,78	1.150.971,69	29,63	924.760,24	-19,65
Impostos abolidos	0,00	295.085,64	--	369.669,16	25,28
Impostos indirectos e taxas	1.237.638,38	1.439.511,51	16,31	1.618.341,73	12,42
Mercados e feiras	82.701,39	95.025,54	14,90	102.408,51	7,77
Loteamentos e obras	955.628,08	1.213.820,71	27,02	914.448,77	-24,66
Ocupação da via pública	3.307,19	2.531,36	-23,46	2.962,30	17,02
Publicidade	22.206,68	41.411,88	86,48	31.446,84	-24,06
Saneamento (Conserv. e tratamento)	0,00	0,00	--	472.954,04	--
Outros	173.795,04	86.722,02	-50,10	94.121,27	8,53
Proveitos Suplementares	76.691,01	218.774,20	185,27	499.940,65	128,52
Transferências e subsídios obtidos	11.001.604,64	11.725.134,24	6,58	12.365.277,84	5,46
Trabalho para a própria entidade	2.171.850,93	1.042.844,58	--	975.855,09	-6,42
Proveitos e ganhos financeiros	1.052.968,97	1.098.650,83	4,34	1.468.748,36	33,69
Juros obtidos	31.625,43	26.420,08	-16,46	18.361,21	-30,50
Ganhos em entidades participadas	7.017,95	3.059,78	-56,40	10.640,90	247,77
Rendimentos de imóveis	1.014.075,59	1.069.170,97	5,43	1.439.746,25	34,66
Proveitos e ganhos extraordinários	270.790,51	336.286,27	24,19	589.988,78	75,44
Ganhos em imobilizações	24.049,88	591,23	-97,54	0,00	-100,00
Benefícios de penalidades contratuais	76.989,31	61.779,95	-19,76	83.042,51	34,42
Transferências de capital	165.489,44	267.611,94	--	437.151,49	63,35
Outros proveitos e ganhos extraordinários	4.261,88	6.303,15	47,90	69.794,78	--
Total	20.831.453,02	21.578.664,54	3,59	24.131.922,47	11,83

Os proveitos totais evidenciam um aumento em quase 12%, reflectindo o aumento quase generalizado de todas as famílias de proveitos, com excepção dos trabalhos para a própria entidade, os quais apresentaram uma quebra em aproximadamente 6,4%, devendo-se essencialmente a uma diminuição na execução de obras de investimento por administração directa, ou mesmo, à externalização de algumas actividades para as empresas municipais.



Os proveitos relativos às vendas e prestações de serviços aumentaram 30%, em particular pelo acréscimo verificado nos proveitos respeitantes à tarifa de resíduos sólidos urbanos (27%), cuja variação absoluta, significou um acréscimo superior a 191 mil euros.

Os proveitos com impostos e taxas aumentaram 13%, onde se destaca a variação positiva registada no imposto municipal sobre veículos (51%), no IMT (40%), no IMI (22%), e o efeito provocado pelo início de cobrança das taxas de saneamento. Ao invés, verifica-se uma quebra nos proveitos relacionados com a derrama (20%) e loteamento e obras (25%).

O aumento verificado nos proveitos e ganhos financeiros, deve-se a um incremento ocorrido nos rendimentos de imóveis (35%), reflectindo os investimentos financeiros efectuados.

Denote-se ainda o crescimento dos proveitos e ganhos extraordinários (75%), o qual se relaciona pela transferência de parte do volume registado em proveitos diferidos para proveitos do exercício (transferências de capital).

7.1.3 Custos

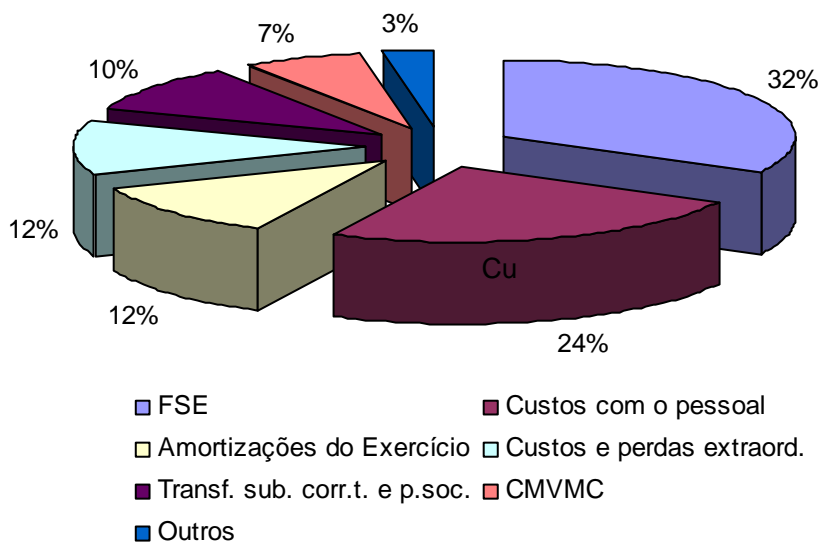
7.1.3.1 Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, os quais representam respectivamente 32% e 24% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos relativos às amortizações (12%) com as perdas extraordinárias (12%) e com as transferências e subsídios correntes e prestações sociais (10%). O custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas representam aproximadamente 7% da estrutura total dos custos.



Gráfico - Estrutura dos Proveitos



7.1.3.2 Evolução dos custos

Quadro – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	1.046.869,46	1.362.157,20	30,12	1.309.625,51	-3,86
Fornecimentos e Serviços Externos	5.276.076,41	5.517.538,57	4,58	6.422.343,54	16,40
Electricidade	789.443,98	839.952,47	6,40	871.613,38	3,77
Combustíveis	209.459,70	232.610,79	11,05	330.780,34	42,20
Água	40.199,88	45.604,64	13,44	37.643,03	-17,46
Material de Escritório	67.048,67	74.052,22	10,45	76.150,20	2,83
Rendas e Alugueres	153.790,21	179.078,74	16,44	220.534,04	23,15
Comunicação	88.463,22	85.637,72	-3,19	95.454,79	11,46
Seguros	39.659,18	56.612,16	42,75	65.760,68	16,16
Deslocações e Estadas	37.956,64	23.923,53	-36,97	18.455,65	-22,86
Honorários	68.372,02	68.208,32	-0,24	58.231,41	-14,63
Conservação e reparação	250.469,47	288.501,60	15,18	363.838,29	26,11
Publicidade e propaganda	7.316,57	18.764,50	156,47	72.711,09	287,49
Limpeza, Higiene e Conforto	31.337,96	55.142,38	75,96	101.445,35	83,97
Vigilância e Segurança	33.306,41	46.686,21	40,17	37.104,37	-20,52



Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Trabalhos Especializados	253.388,05	369.440,19	45,80	349.834,09	-5,31
Edições e Publicações Periódicas Municipais	88.512,84	81.321,50	-8,12	53.722,88	-33,94
Exploração e Manutenção de ETAR's	192.175,69	238.858,19	24,29	312.604,68	30,87
Encargos de Cobrança	77.269,58	95.844,73	24,04	96.435,88	0,62
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.393.119,65	1.325.846,24	-4,83	1.422.411,93	7,28
Transportes Escolares	622.150,00	621.953,61	-0,03	670.685,81	7,84
Manutenção de espaços verdes	90.275,20	169.080,03	87,29	329.061,39	94,62
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	742.361,49	600.418,80	-19,12	837.864,26	39,55
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1.708.263,16	1.634.751,18	-4,30	1.947.539,03	19,13
Transferências Correntes Conced.	1.708.263,16	1.531.709,53	-10,34	1.793.436,96	17,09
Freguesias	784.924,73	657.841,39	-8,73	671.988,89	2,15
Associações de Municípios		58.530,51		1.027,80	-98,24
Instituições s/fins lucrativos	918.604,43	783.244,25	-14,74	1.112.811,87	42,08
Famílias	4.134,00	2.922,80	-29,30	4.038,40	38,17
Outras transferências correntes concedidas	600,00	29.170,58	4761,76	3.570,00	-87,76
Subsídios Correntes Concedidos	918.604,43	103.041,65	-88,78	154.102,07	49,55
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	103.041,65	--	154.102,07	49,55
Custos com o Pessoal	4.374.174,79	4.572.836,67	--	4.760.599,45	4,11
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	233.071,72	209.077,85	-10,29	276.881,17	32,43
Remunerações do pessoal	3.393.227,81	3.580.435,89	5,52	3.807.309,42	6,34
Pensões	28.644,96	21.779,20	-23,97	10.385,11	-52,32
Encargos sobre remunerações	346.326,10	384.209,54	10,94	366.347,69	-4,65
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	140.656,20	113.206,13	-19,52	121.426,16	7,26
Outros custos com pessoal	232.248,00	264.128,06	13,73	178.249,90	-32,51
Outros custos e perdas operacionais	7.057,61	7.504,68	6,33	67.723,01	802,41
Amortizações do exercício	1.692.527,14	1.807.146,94	6,77	2.309.157,35	27,78
Provisões do Exercício	0,00	262.413,81	-	0,00	--
Custos e perdas financeiros	475.404,00	449.001,46	-5,55	466.088,34	3,81
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	474.983,14	439.730,09	-7,42	377.614,37	-14,13
Outros custos e perdas financeiros	420,86	9.271,37	2102,96	88.473,97	854,27



Quadro – Evolução dos custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Custos e Perdas Extraordinários	1.111.207,42	1.600.063,17	43,99	2.263.945,60	41,49
Transf. de capital concedidas	901.089,32	1.206.115,89	33,85	2.121.409,85	75,89
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	20.700,00	--	0,00	--
Freguesias		710.359,87		962.677,14	0,00
Associações de Municípios	146.329,65	12.390,35	385,45	2.956,75	0,00
Instituições s/fins lucrativos	744.076,89	445.502,33	-40,13	1.125.158,87	152,56
Outras transferências de capital concedidas	10.682,78	17.163,34	60,66	30.617,09	78,39
Outros custos e perdas extraord.	210.118,10	393.947,28	87,49	142.535,75	-63,82
Total	15.691.579,99	17.213.413,68	9,70	19.547.021,83	13,56
Total (s/amortizações)	13.999.052,85	15.406.266,74	10,05	17.237.864,48	11,89

Os custos totais apresentam um aumento em aproximadamente 13,5%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 19,5 milhões de euros.

Os fornecimentos e serviços externos denotam um aumento em 16,4%. Considerando que o IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor), relativo ao ano económico de 2004, foi de 2,1%, deduz-se que estes custos registaram um aumento real na ordem dos 14,3%.

No lado dos acréscimos dos custos mencionados no parágrafo anterior, e com uma variação muito significativa, surgem os combustíveis (42,%) a conservação e reparação (26%) , a manutenção e exploração de ETAR's, manutenção de espaços verdes (95%) e limpeza, higiene e conforto. No que concerne aos combustíveis, importa atender aos efeitos externos da subida do preço do petróleo, sendo que a subida relacionada com a conservação e reparação, repercute os custos de funcionamento que se associam ao aumento dos serviços públicos prestados. A variação registada ao nível da manutenção e exploração de ETAR's, manutenção de espaços verdes e limpeza, higiene e conforto, deve-se à externalização destes serviços, pelo que se repercutem de forma directa, os custos relacionados.



No âmbito dos fornecimentos e serviços externos, será ainda de registar o crescimento dos custos com electricidade (3,8%), rendas e alugueres (23%), comunicação (11%), seguros (16%), publicidade e propaganda (287%), recolha, transporte e tratamento de RSU's (7,3%), transportes escolares (7,8%). Em sentido inverso, denotam uma quebra, os custos com água (17%), deslocações e estadas (23%), honorários (15%), vigilância e segurança (21%), trabalhos especializados (5,3%) e edições e publicações periódicas municipais (34%).

Os custos com transferências e subsídios correntes apresentam um acréscimo em 19%, reflectindo aumento dos apoios correntes concedidos às instituições sem fins lucrativos (42%) e às freguesias (2,2%). Em termos totais, estes custos representaram um valor superior a 1,9 milhões de euros.

A variação dos custos com pessoal manifestam uma variação positiva em 4,1%, face ao valor registado em 2004, denunciando as restrições vigentes em matéria de política salarial.

No período em análise, os custos e perdas financeiras registam um aumento na ordem dos 3,8%, contrariando a diminuição verificada ao nível dos juros suportados relativos a empréstimos bancários de médio e longo prazo (14%).

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional

Quadro – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro					
Resultado Operacional	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	5.402.724,97	4.949.378,39	-8,39	5.256.197,44	6,20

O resultado operacional apresentou um crescimento em aproximadamente -7,8%. Contudo, importa atender às observações efectuadas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.



7.1.4.2 Resultado financeiro

Quadro – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	577.564,97	649.649,37	12,48	1.002.660,02	54,34

Este indicador denota uma variação positiva em 54%, e representa um valor na ordem de 1 milhão de euros.

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

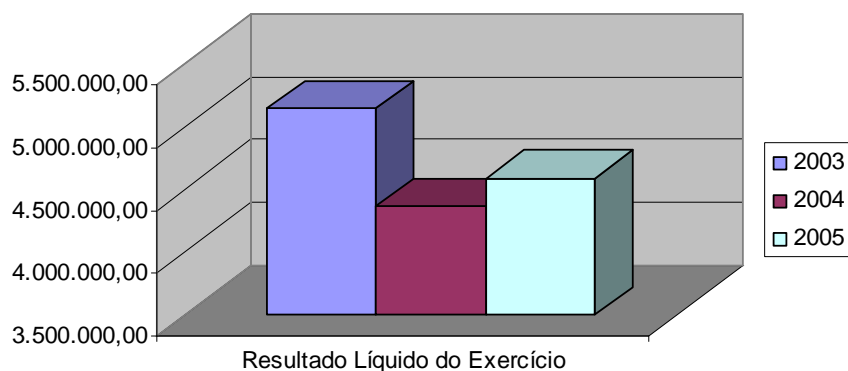
uni: Euro

Resultado Corrente	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	5.980.289,97	5.629.027,76	-5,87	6.258.857,46	11,19

O quadro apresentado, demonstra um aumento deste resultado próximo dos 11%, registando um valor na ordem dos 6,2 milhões euros.

7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Gráfico - Resultado Líquido do Exercício





Quadro – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

Resultado Líquido do Exercício	uni: Euro				
	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Total	5.139.873,03	4.365.250,86	-15,07	4.584.900,64	5,03

Note-se que a análise do resultado líquido do exercício obtido, deverá considerar as disposições evidenciadas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Sobre a interpretação do resultado, não será consentâneo quer com os objectivos das autarquias locais, quer sob a óptica conceptual, a associação do R.L.E. ao termo lucro, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efectuada com base nos conceitos vigentes para o sector privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o sector privado.

7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras

MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Designações	Exercícios	
	2005	2004
(Fundo de Maneio)	-11.015.194,63 €	-9.681.851,16 €
(Cash Flow Estático (MLL))	6.894.057,99 €	6.434.811,61 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	4,28	1,74
1.2 Autonomia	0,77	0,43
1.3 Estabilidade (s.r.)	3,28	0,74


MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Designações	Exercícios	
	2005	2004
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,77	0,43
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,87	0,70
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	99,03%	98,92%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,13	0,04
3.2 Liquidez Reduzida	0,11	0,03
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	11,36%	29,85%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-6,83	-22,44
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,31	1,34
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-1,78	-1,81
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	11,48	2,75
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,27	0,27
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,10	0,27
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,05	0,11

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado, indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente, desta forma o fundo de maneio reflecte-se num valor negativo, indicando que a curto prazo a autarquia irá ter alguma dificuldade em fazer face ao



exigível a curto prazo. Note-se que o valor apurado é manifestamente negativo, situando-se ligeiramente acima de 11 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.

O ano de 2005, denota uma variação positiva deste indicador, circunstância resultante do aumento verificado no volume do resultado líquido do exercício obtido.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta uma considerável melhoria assinalável de todos os rácios de estabilidade, apresentando um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.), pese embora parte do aumento verificado se dever aos acréscimos efectuados ao inventário municipal no decurso de 2005. Quanto à autonomia, o valor transpôs a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do activo, ocorreu um aumento da cobertura do activo imobilizado pelos fundos próprios, passando estes a representar um valor de 0,77. A cobertura do activo imobilizado por capitais permanentes, registou uma acréscimo. O peso relativo do activo imobilizado no activo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 99%.

Liquidez



Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma melhoria destes indicadores, contudo, continuam a manifestar valores francamente débeis. Assim, denotam-se dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

No entanto, considerando a especificidade das actividades desenvolvidas pela entidade em apreço, a fase do ciclo e conjuntura económica a que a análise se refere, bem como ao extenso volume e concentração de investimento verificado no último período, os indicadores apresentados não constituem motivo de preocupação, visto que a ocorrência deriva de factos extraordinários e não de um aumento exponencial dos custos de funcionamento, os quais poderiam indiciar algumas dificuldades de sustentabilidade.

A representatividade das existências no total do activo corrente registou uma quebra, significando em 31 de Dezembro, 11% deste total, quer por influência de um aumento directo ocorrido no saldo das dívidas de terceiros de curto prazo, quer pelo aumento do volume de depósitos em instituições financeiras e caixa.

O financiamento do activo corrente continua denotar um valor negativo em reflexo da negatividade do fundo de maneo, embora menos acentuado que no ano anterior.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma notória e evidente melhoria desta capacidade, no entanto, a comparabilidade efectuada com o ano anterior, encontra-se influenciada pelo acréscimo verificado ao inventário municipal. Apesar do disposto, imposta observar que o valor apresentado é claramente inferior à unidade (1), pelo que segundo este indicador, a autarquia ainda dispõe de uma boa capacidade de endividamento.



Convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais. Veja-se que, para efeitos da contratação de empréstimos de médio e longo prazo, as autarquias se encontram condicionadas pelos limites definidos na Lei das Finanças Locais, entretanto suspensa pelas definições constantes na Lei do Orçamento de Estado, a exemplo do que já havia ocorrido em anos anteriores. Para melhor compreensão, deverá ser efectuada leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O financiamento do fundo de maneo pelo passivo de financiamento permanece negativo, dada a negatividade do fundo de maneo. O passivo corrente encontra-se coberto pelos fundos próprios, sendo os primeiros aproximadamente 3,5 vezes superiores.

O grau de dependência do activo líquido total, face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo, reflecte que 10% do activo líquido total se deve a financiamento externo.

Neste âmbito, a autarquia reflecte que 26% do activo líquido total se deve ao financiamento relativo a empréstimos de médio e longo prazo. Será relevante mencionar que o valor apresentado será significativamente inferior, pois o valor líquido total registado no Balanço Municipal se encontra aquém dos valores reais, pelas razões já expostas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor bastante reduzido, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 Dívidas de terceiros

No que concerne a dívidas de terceiros, apenas se verificam dívidas de curto prazo, tendo o volume destas sofrido uma aumento na ordem dos 356%. O valor total das dívidas de terceiros, ronda os 662 mil euros.

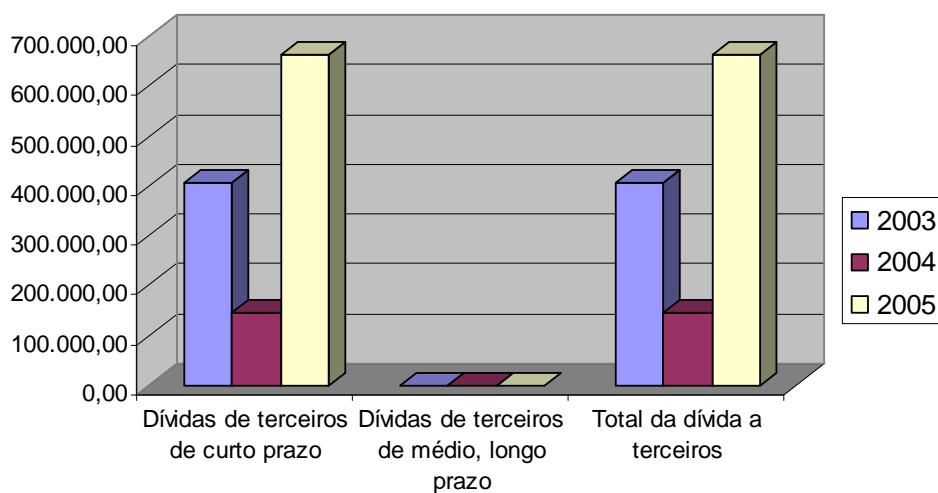


Quadro – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni : euro

Dívidas de terceiros	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	406.029,65	145.314,13	-64,21	662.674,14	356,03
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	0,00	20.460,36	--	49.390,14	--
Contribuintes, c/c	315.543,86	0,00	--	66.691,44	#DIV/0!
Utentes, c/c	0,00	7.048,98	--	21.931,56	--
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a forneced. de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	19,95	--	0,00	--
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros devedores	90.485,79	117.784,84	30,17	524.661,00	345,44
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Total da dívida a terceiros	406.029,65	145.314,13	-64,21	662.674,14	356,03

Gráfico - Evolução das dívidas de terceiros



7.2.3 Dívidas a terceiros

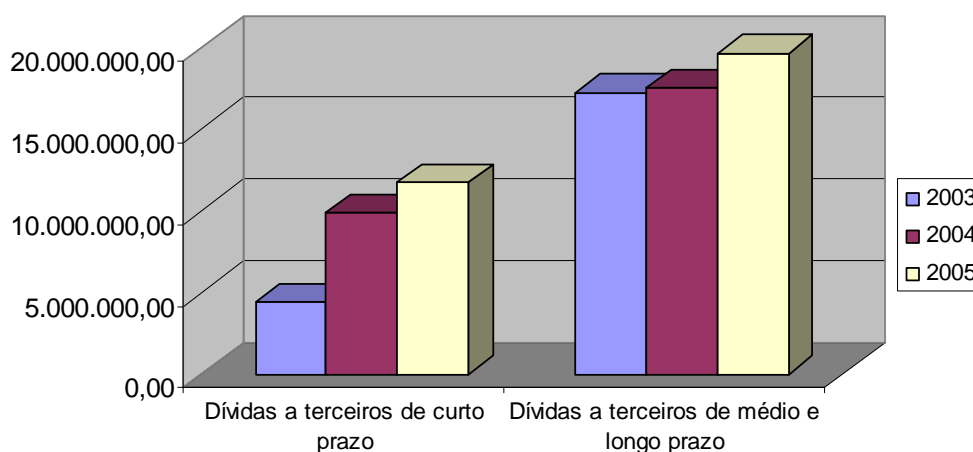


Quadro – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni : euro

Dívidas de terceiros	2003	2004	var. (%)	2005	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	4.443.769,00	9.924.118,93	123,33	11.780.608,63	18,71
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	21.000,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	1.525.013,24	1.366.494,51	-10,39	3.021.256,88	121,10
Fornecedores c/c - Facturas em recepção e conferência	15.786,64	691.478,13	--	294.480,09	-57,41
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/ cauções	20.041,58	20.199,70	0,79	18.198,50	-9,91
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	2.301.152,88	5.951.074,45	158,61	7.476.801,81	25,64
Estado e outros entes públicos	85.638,92	99.811,46	16,55	69.950,59	-29,92
Administração autárquica	155.713,76	123.799,83	-20,50	708,16	-99,43
Outros credores	340.421,98	69.255,75	-79,66	486.595,07	602,61
Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	1.581.005,10	--	412.617,53	-73,90
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	17.264.956,06	17.538.636,40	1,59	19.661.470,35	12,10
Dívidas a instituições de crédito	16.942.960,84	17.326.027,25	2,26	17.228.526,16	-0,56
Dívidas a fornec. de imobilizado (loc. financ)	321.995,22	212.609,15	-33,97	182.944,19	-13,95
Dívidas a fornec. Imobilizado - aquis. Mlp	0,00	0,00	--	2.250.000,00	--
Total da dívida a terceiros	21.708.725,06	27.462.755,33	26,51	31.442.078,98	14,49

Gráfico - Evolução das dívidas a terceiros





As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam um aumento na ordem dos 12%, significando um valor total ligeiramente superior a 19,6 milhões de euros. O aumento verificado, deve-se à aquisição do edifícios dos Monfortinos, cujo pagamento se irá processar ao longo de 10 anos. No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um acréscimo destas dívidas em 19%, as quais ascenderam em 2005, a um valor superior a 11,7 milhões de euros.

O valor total das dívidas a terceiros é de 31,4 milhões de euros, e apresenta uma variação positiva face ao valor registado no ano anterior, em aproximadamente 15%.



8. Outras disposições

8.1 Proposta de aplicação de resultados

Para saldo de 4.584.900,64€, referente ao Resultado Líquido do Exercício, propõe-se a seguinte aplicação, tendo em consideração a legislação aplicável e os interesses da autarquia:

- a) 1.833.960,26€ para reforço do património (40% do R.L.E.);
- b) 2.750.940,38€ para reforço da reserva de investimento (60% do R.L.E.)

8.2 Evolução previsível da actividade

A evolução previsível da actividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2006 e Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2006 – 2009.

Importa no entanto atender à revisão das previsões apontadas para Portugal pela União Europeia. Assim, as previsões da Primavera da U.E. apontam para um crescimento da economia portuguesa de 0,8% em 2006 e 1,2% em 2006. As perspectivas para o mercado de trabalho não se apresentam positivas e o BCE equaciona uma subida das taxas de juro, as quais poderão atingir os 3,25 p.p.

No contexto nacional e dando ênfase à especificidade das autarquias locais, o desenvolvimento da actividade será essencialmente influenciado pelas seguintes disposições previstas na LOE2006:

Artigo 17.º

Despesas com pessoal das autarquias locais

As despesas com pessoal das autarquias locais, incluindo as relativas a contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços a pessoas singulares, devem manter-se ao mesmo nível verificado em 2005, excepto nas situações relacionadas com a transferência de competências



da Administração Central e sem prejuízo do montante relativo ao aumento dos vencimentos funcionários públicos, ao cumprimento de disposições legais e à execução de sentenças judiciais.

(...)

Artigo 21º

Participação das autarquias locais nos impostos do Estado

Em 2006, a participação das autarquias locais nos impostos do Estado mantém o mesmo nível do ano de 2005, nos termos e par os efeitos do artigo 88º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 45/2004, de 24 de Agosto, não se aplicando o n.º 1 do artigo 14º-A e os n.ºs 4 e 5 do artigo 15º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

(...)

Artigo 25º

Transferências de competências para os municípios

1 - É prorrogado até 31 de Dezembro de 2006 o prazo previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, para a transferência de competências para os municípios.

2 - Durante o ano de 2006, fica o Governo autorizado a legislar no sentido de regulamentar, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, os poderes tributários dos municípios, relativamente aos impostos a cuja receita tenham direito.

3 - No ano de 2006, para efeitos do disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios as verbas necessárias ao exercício por estes das novas competências transferidas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

(...)

Artigo 32.º

Obrigações municipais

Durante o ano de 2006, fica o Governo autorizado a legislar no sentido da regulamentação da emissão de obrigações municipais, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

Artigo 33º

Endividamento municipal em 2006

1 – No ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que onerem as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participem, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podem exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabe ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior.

...



4 – Em 31 de Dezembro de 2006, o montante global do endividamento líquido do conjunto dos municípios, incluindo todas as formas de dívida, não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2005.

5 – O montante do endividamento líquido compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.

6 – O endividamento líquido de cada município, calculado de acordo com os n.ºs 4 e 5, não pode exceder, em 31 de Dezembro de 2006, o existente na mesma data do ano anterior, acrescido do valor que caiba ao município no procedimento de rateio a que se refere o n.º3 deste artigo e diminuído do valor das amortizações de empréstimos que tenha que efectuar durante o ano de 2006.

(...)

Artigo 34º

Taxas dos municípios

Durante o ano de 2006 fica o Governo autorizado a legislar, com vista à criação de um regime geral de taxas municipais e das freguesias visando alargar a sustentabilidade financeira das autarquias locais e a autonomia na definição das prioridades das políticas públicas.

Ainda no âmbito governativo, aguarda-se com expectativa uma revisão à lei das finanças locais, a qual poderá alterar significativamente o modelo de financiamento das autarquias.

8.3 Factores relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Após o término do ano económico em análise, houve lugar à ocorrência de eleições presidenciais, da qual resultou a eleição de um novo Presidente da República Portuguesa.